

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

SAINDO DOS TRILHOS:

**OS FERROVIÁRIOS RIOGRANDINOS DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR (1960 - 1970)**

LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS

Pelotas, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPel
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



DISSERTAÇÃO

SAINDO DOS TRILHOS:

**OS FERROVIÁRIOS RIOGRANDINOS DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR (1960 - 1970)**

LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS

PELOTAS, 2013

LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS

SAINDO DOS TRILHOS:

**OS FERROVIÁRIOS RIOGRANDINOS DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR (1960 - 1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADOR: PROF. Dr. Edgar Ávila Gandra

Pelotas, 2013

Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F898s Friderichs, Lidiane Elizabete

Saindo dos trilhos : os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970) / Lidiane Elizabete Friderichs ; Edgar Ávila Gandra; orientador. Pelotas, 2013.

188 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2013.

1. História. 2. Ditadura militar-civil. 3. Trabalhadores ferroviários – repressão. 4. Oposição-Rio Grande. I. Gandra, Edgar Ávila, orient. II. Título.

CDD: 981.65

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (orientador)
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof.^a Dr.^a Beatriz Ana Loner
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Agradecimentos

Ao longo da pesquisa e da escrita da dissertação passamos por muitas dificuldades e algumas crises. Essas além de trazer amadurecimento pessoal, nos fazem valorizar o precioso carinho das pessoas que nos cercam. Agradecer a elas, depois do trabalho finalizado, é essencial.

Agradeço a minha mãe Roseli e ao meu irmão Marcelo, as bases do meu afeto, pelo apoio, exemplo e amor.

Agradeço a meu orientador Edgar Ávila Gandra, por acreditar nesse projeto e por ser um orientador no mais amplo sentido do termo. Sua ajuda, dedicação e amizade foram essenciais para a concretização desta dissertação.

Agradeço a minhas queridas e sempre amigas: Luísa, Clara e Luiane pelo apoio, carinho e preciosa amizade que construímos ao longo desses anos.

Ao Pablo, Diogo, Everton, Vanderlise e Igor, pelo companheirismo e amizade.

Agradeço aos colegas da UFPEL, Mariana, Aline, André, Maira, Diego, Felipe e Rodrigo pela companhia dos últimos dois anos. Especialmente para Ana Paula, Marília e Geza, pelas grandes amigas que se tornaram.

Agradeço aos ferroviários que gentilmente me receberam e me concederam entrevistas. Saturnino Novo (*in memoriam*), Paulo Carvalho, Cláudio Lima, Ney Moraes, Moron e Rubens Pinto. Agradeço também aos ferroviários da Associação dos Aposentados, pela forma atenciosa com que me receberam e por terem me permitido pesquisar em seus arquivos.

Agradeço ao PPGH da UFPEL e aos professores deste pelos sábios conselhos e pelo comprometimento com nossa formação. Em especial agradeço aos professores com quem tive aula Lorena Gill, Márcia Espig, Elizabete Leal e Edgar Gandra.

À CAPES pela bolsa.

Agradeço a Alessandra Gasparotto pela preciosa ajuda com esse trabalho e pela sua amizade. Agradeço igualmente ao professor Enrique Padrós, pelas contribuições que foram essenciais para essa dissertação.

Agradeço aos professores e amigos Aristeu Lopes e Tiago Goulart, que muito me incentivaram e ajudaram.

Agradeço aos atendentes do Arquivo Histórico e do Museu do Trem pela forma atenciosa que me receberam

Agradeço ao pessoal do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Pelotas e Região, pelo seu exemplo e dedicação na luta pelo respeito aos direitos humanos.

A todos, Muito Obrigada!

É!

A gente quer valer o nosso amor
A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor...

A gente quer carinho e atenção
A gente quer calor no coração
A gente quer suar, mas de prazer
A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade...

É!

A gente não tem cara de panaca
A gente não tem jeito de babaca
A gente não está
Com a bunda exposta na janela
Prá passar a mão nela...

É!

A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação...

Gonzaguinha

É

RESUMO

Esse estudo analisará como o movimento operário/sindical ferroviário da cidade do Rio Grande/RS se organizava anterior e posteriormente ao golpe civil-militar de 1964. Tendo como objetivo principal, entender como a Ditadura afetou a organização desses trabalhadores e como eles estruturaram suas ações sindicais após a implantação desta.

PALAVRAS-CHAVE: História. Ditadura civil-militar. Trabalhadores ferroviários. Repressão. Oposição. Rio Grande.

ABSTRACT

This study will analyse how the railway worker/trade union movement was organized in the city of Rio Grande/RS before and after the civil-militar coup of 1964. The main objective will be to understand how the dictatorship has affected the organization of these workers and how they structured their trade union actions after its implantation.

KEY WORDS: History. Civil-militar Dictatorship. Railway worker. Repression. Oposition Party. Rio Grande.

LISTA DE SIGLAS

- ADP** - Ação Democrática Parlamentar
- ARENA** - Aliança Renovadora Nacional
- CGT** - Comando Geral dos Trabalhadores
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- COOPFER** - Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, Ltda.
- DOPS** - Departamento de Ordem Política e Social
- DSN** – Doutrina de Segurança Nacional
- ESG** – Escola Superior de Guerra
- IBAD** - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IPES** - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- IPM** - Inquéritos Policiais Militares
- MDB** – Movimento Democrático Brasileiro
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PR** – Partido Republicano
- PSD** - Partido Social Democrático
- PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro
- RFFSA** – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
- SNI** – Sistema Nacional de Informações
- SOPS/RG** – Secretária de Ordem Política e Social de Rio Grande
- SUO** - Sociedade União Operária
- UDN** - União Democrática Nacional
- UFG** - União dos Ferroviários Gaúchos
- UNE** - União Nacional dos Estudantes
- VFRGS** – Viação Férrea do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 - OS ATORES E A TRAMA: DISCUSSÃO CONCEITUAL E HISTORIOGRÁFICA	11
1.1 – Classe, Memória e Ditadura civil-militar de Segurança Nacional	11
1.2 – Aquela época foi um desastre. Historiografia, Trabalhadores e Ditadura civil-militar	27
CAPÍTULO 2 - OS FERROVIÁRIOS NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO (1960 – 1964)	48
2.1 – Rio Grande, contexto histórico	48
2.2 - Histórico dos Ferroviários Gaúchos	58
2.3 - Trabalho e Luta: Os ferroviários de Rio Grande e suas mobilizações nos anos 1960 a 1964	65
CAPÍTULO 3 - TRABALHO, REPRESSÃO E OPOSIÇÃO: O PÓS-1964 E O DIFÍCIL RECOMEÇO	93
3.1 – Golpe civil-militar em Rio Grande	93
3.2 – Repressão e Controle	107
3.3 – A gente vai contra a corrente, até não poder resistir	137
CONCLUSÃO	162
LISTA DE FONTES	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
ANEXO	176

INTRODUÇÃO

O historiador argentino Pablo Pozzi, no prólogo de seu livro, *La oposición obrera a la dictadura (1976-1982)*, desenvolve uma discussão que norteará os caminhos desse estudo. Assim como na Argentina, existe/existiu no Brasil a perspectiva de uma derrota histórica da classe trabalhadora¹ durante a Ditadura civil-militar, o que muitas vezes, limitou as análises a um reducionismo de derrota *versus* vitória.

Nesse sentido, Pablo Pozzi se utiliza dos escritos de Tim Mason² sobre a classe operária alemã, durante o nazismo, para discutir a diferença entre *oposição* e *resistência*. Para Pozzi, "la resistencia tenía objetivos políticos explícitos. En cambio la oposición era un accionar clasista colectivo para defenderse de lo que era una agresión salvaje sobre las conquistas y la vida del trabajador (2008, p.9)".

Dessa forma, o autor traz dois importantes questionamentos. Primeiro: Houve oposição da classe trabalhadora argentina à ditadura? Segundo: Se ela existiu, que efeito teve? (POZZI, 2008, p.10-11). Assim, se o entendimento por oposição consiste em enfrentamento direto e agressivo, a resposta, obviamente, é não. No entanto, se oposição for considerada como conflitos e reivindicações menos hostis, ou seja, iniciativas que não envolvam greves, passeatas e grande exposição pública, a resposta é sim. Desse modo, a oposição teria como traços principais a defesa dos direitos adquiridos e a defesa à violência generalizada aos trabalhadores e suas associações.

¹ Obviamente, as diferentes perspectivas interpretativas dos historiadores estão ligadas ao momento histórico em escreveram, as fontes disponíveis para a sua análise e sua posição ideológica.

² Marxista inglês, tem sua obra reunida no livro, *Social Policy in the Third Reich. The Working Class and the 'National Community'*. Nueva York. Berg, 1993. Nesse livro, Mason assinala que a repressão nazista aniquilou o ativismo e a resistência operária, assim com destruiu formas de organização e uma série de redes culturais que os trabalhadores haviam desenvolvido durante décadas. No entanto, o autor também visualizou, que estas características não levaram a apatia e a quietude, mas a conflitividades e lutas, as quais se desenvolveram dentro das particularidades daquele regime político (POZZI, 2008, p.7-8).

É a partir dessa perspectiva de *oposição* e não de *resistência* declarada que se interpreta o movimento operário brasileiro durante a Ditadura civil-militar de 1964. Logicamente, não se supõe que a classe trabalhadora sempre luta. Mas parece ilógico pensar que uma classe mobilizada, com fortes níveis de organização e tradição esquerdista, simplesmente se transformasse em passiva da noite para o dia (POZZI, 2008, p.7).

Nesse sentido, é importante situar algumas reflexões sobre a Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Como um efeito dominó, uma série de Ditaduras civil-militares de Segurança Nacional vão ser deflagradas na América Latina entre os anos 1960 e 1980³. Sob o pretexto do “perigo comunista”, governos democraticamente eleitos foram derrubados pelas Forças Armadas e pelas elites nacionais. As liberdades individuais foram suspensas, a censura foi imposta e um clima de “guerra eminente” foi criado, para justificar, tanto a intervenção, quanto a repressão imposta.

No Brasil, o golpe civil-militar de 31 de março de 1964/01 de abril de 1964, o qual derrubou o governo de João Goulart, não pode ser pensado como algo que se estruturou da noite por dia. Foi antes, uma articulação bem planejada, a qual envolveu “corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros” (ALVES, 2005, p.27). Algumas instituições foram fundamentais para a preparação e a justificação do golpe como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)⁴. Essas instituições foram criadas para a desestruturação política e pessoal de Goulart. Uma grande rede de informações orquestrada pelo complexo ESG/IPES/IBAD e coordenada pelo General Golbery do Couto e Silva, dispunha, antes do

³ Brasil (1964-1985), Argentina (1976-1983), Uruguai (1973-1985), Paraguai (1954-1989), Chile (1973-1990), Bolívia (1971-1985), Peru (1968-1980), entre outros.

⁴ O IPES, foi uma organização de direita fundada em 1961 e tinha como objetivo criar um núcleo oposicionista ao governo Goulart e sua suposta tentativa de “comunização” do Brasil. O IBAD, fundado em maio de 1959, assim como seu co-irmão, IPES, teve participação decisiva na conspiração e posterior queda do governo constitucional de Goulart. Associadas a estas instituições ainda participaram ativamente do processo conspiratório outras entidades de direita e extrema-direita, como a TFP (Tradição, Família e propriedade), ADP (Ação Democrática parlamentar), CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) e LIMDE (Liga da Mulher Democrática), além dos grandes oligopólios da imprensa nacional e setores conservadores da Igreja Católica (Berni, 2012, p.84. N.R.).

golpe, de um dossiê, com informações de mais de 400 mil brasileiros⁵, fato que facilitou a rápida desestruturação da oposição. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) serviu como base ideológica para a implantação e a sustentação do governo autoritário.⁶

A vertente brasileira da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento continha “uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente” (ALVES, 2005, p.31). Ao seguir os preceitos da DSN, “as Forças Armadas assumiram uma função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social” (BORGES, 2009, p. 21).

A Doutrina de Segurança Nacional surgiu como justificativa para a imposição de um sistema de controle social e de dominação econômica, que acabaram por aumentar o abismo entre ricos e pobres. A necessidade de crescimento econômico “não encontrava limites em preocupações com questões como equidade, ou melhoria das condições de vida da população, a não ser quando isso afetava a segurança do regime” (PRADO; EARP, 2009, p. 234).

Todo um sistema de informação e espionagem foi montado, ou reelaborado, a partir de 1964. Além do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado logo após o início do governo Castelo Branco, e coordenado pelo General Golbery do Couto e Silva, cada um dos três braços das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) possuía seu próprio aparato de

⁵ DREIFUSS, 1981, p.361.

⁶ Como reflexo de uma política da Escola Superior de Guerra (ESG), a Doutrina de Segurança Nacional, foi gestada desde 1949 e planejada pela *National War College*, pelo *Industrial College of the Armed Forces*, (localizados em Washington), e pela doutrina francesa da *Guerre Révolutionnaire*.

informações.⁷ “Ao longo do regime, esses serviços, além da obtenção de informações, passaram, também a contribuir com a repressão política” (BORGES, 2009, p. 32).

Uma característica importante da Ditadura civil-militar brasileira foi a tentativa de ocultação de seu caráter ditatorial e repressivo. Assim, o governo militar criou uma Legislação própria, a qual serviu para legitimar legalmente as suas ações; além de manter um rodízio eleitoral dos generais-presidentes; e permitir a existência de dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido “que apoiaria o governo em tudo, especialmente no Congresso”, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), “partido destinado a ‘oposição leal e ordeira” (ALVES, 2005, p.10). Além dessas ações que tinham por objetivo dar uma aparência “democrática” ao governo civil-militar, a Ditadura negou a existência de presos políticos, das torturas, da censura e dos desaparecimentos. Também tentou ocultar que as violações dos direitos humanos faziam parte de uma política de Estado, orquestrada desde os primeiros momentos do Golpe.

Na verdade, a montagem de um “setor especialmente repressivo”, paralelamente à constituição, do sistema de informações, era um projeto que, apoiado em outros instrumentos, como a censura e a propaganda política, pretendia eliminar ou ocultar do país tudo o que constituísse divergência em relação à diretriz geral da “segurança nacional” (FICO, 2001, p.63).

Entre os debates sobre a Ditadura civil-militar, as análises sobre a deflagração do golpe são de diferentes perspectivas. O que cabe destacar nessa dissertação, são aquelas que envolvem o movimento operário e as agremiações de esquerda⁸. Dessa forma, tanto a memória militar, quanto

⁷ São eles: o Centro de Informações do Exército (CIEX), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), ambos implantados no final dos 1960, e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), esta possuía seu próprio serviço de informações, desde 1955.

⁸ Discussão realizada a partir dos seguintes textos e autores: MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. História e Luta de Classes, 2005, p.-7-18. KONRAD, Diorge; LAMEIRA, Rafael. A luta de classes e o golpe civil-militar de 1964. IV Jornada do GT Mundos do Trabalho – RS. Pelotas, 2007, p.358-377. TOLEDO, Caio N. de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. Crítica Marxista, 2006, p. 27-48.

alguns autores, como Argelina Figueiredo e Elio Gaspari⁹, entre outros¹⁰, afirmaram que a democracia não era um compromisso nem da direita, nem da esquerda. Ou seja, haveria dois golpes em marcha, se ele não fosse efetivado pelos primeiros, seria articulado pelos segundos. Estando, assim, os grupos que disputavam o poder numa corrida, para ver quem impunha seus projetos de sociedade primeiro.

Essa interpretação é muito problemática, por diversos motivos. A primeira coloca em pé de igualdade as condições estruturais que esquerda e direita teriam para tomar o poder. Fazendo uma análise da conjuntura, apenas com o que foi citado anteriormente, percebe-se que os golpistas, estavam ligados ao grande capital financeiro, tinham apoio dos setores conservadores das Forças Armadas, além de todo um suporte bélico e logístico, proporcionado tanto pelos militares, quanto pelos Estados Unidos.¹¹ Logo, esse argumento não se sustenta.

A segunda trata como fato, a hipótese formulada pelos golpistas, de que tanto a esquerda como a direita teriam planos antidemocráticos. Nesse sentido, cabe destacar, que em nenhum momento o conjunto das organizações de esquerda reivindicaram a ruptura da ordem institucional (embora alguns partidos o tenham o feito paralelamente)¹². Além do PCB (Partido Comunista Brasileiro), a maior parte da esquerda estava comprometida com a efetivação das Reformas de Base, propostas no governo de João Goulart, respeitando a

⁹ FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Cia das letras, 2002.

¹⁰ Outros historiadores que corroboram com essa posição são: Daniel Aarão Reis Filho, este afirmou em uma reportagem para o jornal *O Globo* (Rio de Janeiro, 20/03/2004), que as esquerdas tiveram caráter antidemocrático, quando da luta contra a ditadura, e, se fossem vitoriosas teriam gerado um governo ainda mais violento; Marco Villa também afirmou que tanto direita como esquerda queriam chegar o poder através do golpismo (*Jornal Folha de S. Paulo*, 13/03/2004); Jorge Ferreira, explorou a questão que nenhum dos lados valorizava a democracia (2008, p.400); e Leandro Konder, afirmou que “a reação contra o golpismo do campo da esquerda resultou no golpe da direita” (2004).

¹¹ O apoio político e militar dos Estados Unidos veio através do seu embaixador Lincoln Gordon e este esteve presente desde a desestabilização e conspiração contra João Goulart, até o apoio econômico e bélico para o Golpe. Em caso de resistência, os EUA estavam prontos a intervir em favor dos golpistas.

¹² LAMEIRA; KONRAD, 2007, p.362

ordem democrática e a forma tímida que essas foram propostas.¹³ Dessa forma, reiterando o questionamento de Mattos, “onde estariam as evidências concretas de tal ‘golpismo’ das esquerdas, se os trabalhadores não pegaram em armas, os militares fiéis a Goulart evitaram o combate aguardando as ordens legais e o próprio presidente retirou-se evitando a confrontação?” (MATTOS, 2005, p.16).

Afirmar que tanto esquerda como direita não tinham compromisso com a democracia, reitera a visão dos vencedores/desencadeadores do golpe civil-militar, o qual só teria ocorrido devido a ameaça eminente de uma ditadura comunista. Logo, teria sentido defensivo. Essas argumentações atenuam ou retiram as responsabilidades dos militares e da direita civil na supressão da democracia e reforça a versão daqueles que defendem a ditadura¹⁴. Nesse sentido, “os valores são invertidos, e as vítimas se tornam algozes, minimizando o papel das direitas e dos militares na conspiração golpista” (KONRAD; LAMEIRA, 2007, p. 362).

Essa discussão acerca do “golpe inevitável” se liga ao primeiro tópico abordado nessa introdução: a possível passividade e quietude do movimento operário brasileiro, durante a ditadura civil-militar de 1964. Considerei importante situá-las no início dessa dissertação, porque essas precisam ser repensadas e rediscutidas dentro das análises históricas. É nesse sentido que se formulou o tema e o problema que será focado nessa dissertação.

Esse estudo analisará como o movimento operário/sindical ferroviário da cidade do Rio Grande se organizava anterior e posteriormente ao golpe

¹³ Cabe destacar que “as reformas não eram radicais, embora a retórica às vezes fosse”. Marcelo Badaró Mattos, explica que “[...]a reforma agrária – a principal reforma de base proposta – foi uma tarefa cumprida pelos governos burgueses na maior parte do mundo e o que se propunha no parlamento, sem encontrar espaço para negociação com a maioria, era apenas garantir as condições para a indenização em prazo mais lardo (sequer a expropriação) dos latifundiários. A Reforma Universitária concentrava-se em democratizar a gestão das instituições e ampliar o acesso, tarefas já cumpridas em outros países da América Latina desde o início do século XX. Já o controle da remessa de lucros poderia ser parte de um plano econômico de qualquer governo menos comprometido com os interesses das multinacionais, sem significar necessariamente, um fechamento do mercado” (MATTOS, 2005, p.14). Dessa forma, percebe-se como a elite brasileira foi/é extremamente conservadora, pois encarava reformas estruturais, as quais poderiam proporcionar um desenvolvimento mais equilibrado, com temor.

¹⁴ TOLEDO, 2006, p.44/45

civil-militar de 1964. Tendo como objetivo principal, entender como a Ditadura afetou a organização desses trabalhadores, quais as formas de controle e repressão lhes foram impostas e como os ferroviários estruturaram suas ações sindicais após a implantação desta.

Delimitou-se para este trabalho a década de 1960. Justifica-se iniciar essa análise no ano de 1960, devido à necessidade de compreender como os ferroviários riograndinos se organizaram antes do golpe, como se inseriram no espectro político e efetivaram sua luta na busca por direitos. O que muda no seu cotidiano e como os militantes edificaram sua ação sindical a partir de 1964 e do fechamento político, é o motivo para a utilização do restante dessa década. A análise tem um fechamento no ano de 1970, pois é quando se visualizou o encerramento de um ciclo e começo de um outro momento. Por mais que a década de 1960 seja o principal foco da dissertação, adentra-se, em alguns momentos na década de 1970, visto que um recorte muito hermético dificulta a compreensão do processo de forma mais ampla.

Salienta-se, que a maior parte da historiografia do período, quando foca seus estudos na classe trabalhadora, tem se detido a compreender os momentos anteriores ao golpe, quando havia uma profusão de lutas políticas que reivindicavam melhores salários, ampliação dos direitos e maior participação política. A partir de 1964 há um salto histórico, e os trabalhos voltam a existir, em número significativo, quando se inicia a abertura política e os direitos, a organização de sindicatos e a existência de greves, voltam a ser minimamente respeitados. Durante o fechamento político, quando a classe trabalhadora foi impedida de se manifestar, e a Ditadura iniciou uma tentativa de desestruturação de sua cultura reivindicatória, a historiografia pouco produziu entendimentos de como os sindicatos e as associações se articularam nesses duros anos.

O desafio está justamente em reconstruir e interpretar os conflitos sociais também em épocas de 'aparente aquiescência social' além de compreender que classe não pode ser definida somente a partir de identidade políticas, mas também pela fissura social e cultural que estabelece a percepção da diferença entre nós e eles. (COSTA; SILVA, 2001, p.218)

É nesse sentido que esse trabalho visa contribuir: analisar um período de aparente silêncio, onde os conflitos e as lutas dos trabalhadores se dão num plano muito menos visível. Buscando compreender como essas lutas ocorriam, que alcance tinham e o que era possível concretizar num período ditatorial.

As fontes utilizadas são bastante diversificadas. Havendo três fontes principais: a História Oral, as Atas da Coligação Pró-Reivindicação e os Boletins administrativos da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima/Viação Férrea do Rio Grande do Sul (RFFSA/VFRGS).

A partir da História Oral realizou-se entrevistas com alguns ferroviários aposentados da cidade do Rio Grande. Os entrevistados têm algumas características em comum. Todos eles são homens, se tornaram trabalhadores ferroviários em meados da década de 1950 e aposentaram-se no começo da década de 1980, com exceção de um entrevistado, que entrou para a ferrovia na metade dos anos 1970. Os narradores, no entanto, não seguem o mesmo padrão de militância, sendo alguns mais envolvidos na política sindical e outros menos engajados. Essas distintas posturas foram importantes para entender as diferentes posições sobre esse conflituoso momento histórico. As perguntas norteadoras das entrevistas foram realizadas da forma mais ampla possível, para que os narradores pudessem livremente expressar seus anseios e opiniões políticas¹⁵. Na transcrição das entrevistas, foi feita uma pequena edição no texto, retirando-se alguns vícios de linguagem (como alguns “aí” e “né”), mas foram mantidos os verbos como falados.

Outra fonte utilizada foram as Atas da Coligação Pró Reivindicação,¹⁶ dos ferroviários riograndinos. Essas trazem inúmeras informações sobre mobilizações, lideranças, pautas reivindicatórias, posições políticas, entre outras questões. Foram pesquisadas as Atas das décadas de 1960 e 1970.

¹⁵ As entrevistas foram baseadas no seguinte roteiro: 1) Quando foi a entrada deles na ferrovia e que função exerciam; 2) Havia era a participação deles nas associações ferroviárias; 3) Como os trabalhadores se organizavam; 4) Qual o impacto do golpe para as suas vidas e organizações e 5) Como se organizaram a partir de 1964. Entre outras questões que surgem no decorrer das entrevistas.

¹⁶ Consultadas da Associação dos Ferroviários Aposentados do Rio Grande – RS, localizada na Rua Teixeira Júnior 624, Bairro Cidade Nova.

Foram consultados também, alguns livros administrativos da RFFSA/VFRGS.¹⁷ Esses foram de essencial relevância para compreender a lógica administrativa da Empresa e a forma como essa entendia e tratava seus empregados. Essa fonte também trouxe informações sobre vencimentos e direitos trabalhistas dos ferroviários.

Ainda foram utilizados os documentos da Seção de Ordem Política e Social do Rio Grande (SOPS/RG)¹⁸, esses, por mais que contenham poucas informações específicas sobre os ferroviários, auxiliam na compreensão das principais ordens e denúncias que chegavam até a cidade do Rio Grande, assim como, as principais investigações realizadas nela.

Outro documento utilizado foram os Processos Incriminatórios da Casa Civil do Rio Grande do Sul, os quais fazem parte dos autos dos Inquéritos Policial Militares do Estado (IPM's).¹⁹ Esses processos, em sua maioria, estão divididos por cidade, onde eram indiciados funcionários públicos por crimes políticos. Desses processos se analisou apenas os que abordam os ferroviários.

Esta dissertação está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo se levantou alguns pressupostos teóricos, os quais explicam a partir de que bases conceituais foi pensada esta dissertação. A seguir, se realizou uma discussão historiográfica, abordando como se efetivou a organização de algumas categorias de trabalhadores durante a ditadura civil-militar. Nesse capítulo, também analisou-se algumas produções historiográficas sobre os ferroviários, nas temáticas e períodos que mais se aproximam com a problemática desta dissertação. Juntamente com a teoria e a historiografia, foram mescladas informações e discussões sobre o objeto de estudo.

No segundo capítulo foi abordada a organização dos ferroviários riograndinos nos primeiros anos da década de 1960, até a deflagração do Golpe civil-militar de 1964. Foram analisadas as principais pautas de

¹⁷ Consultados no Centro de Preservação da História Ferroviária no RS – Museu do Trem – São Leopoldo

¹⁸ Consultados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), em Porto Alegre.

¹⁹ Consultados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), em Porto Alegre.

reivindicação desses trabalhadores, sua interligação com os demais ferroviários gaúchos e com a cidade do Rio Grande. Nesse capítulo também foi realizada uma breve discussão envolta da trajetória dos ferroviários gaúchos, bem como, levantadas algumas questões sobre a história do movimento operário riograndino durante o século XX.

No terceiro capítulo foi discutido o impacto do golpe para a cidade do Rio Grande e para os ferroviários, bem como os setores que lhe deram apoio e os que o combateram. Na sequência, foi analisada a repressão imposta aos ferroviários gaúchos e riograndinos e as formas de controle as suas ações sindicais. Também foi discutida a forma como esses trabalhadores lidaram com a Ditadura, como se efetivou a oposição a ela e as formas de luta que os ferroviários conseguiram desenvolver nesse período.

CAPÍTULO 1

OS ATORES E A TRAMA: DISCUSSÃO CONCEITUAL E HISTORIOGRÁFICA

Esse capítulo busca relacionar questões conceituais e historiográficas com o objeto de estudo. A presente discussão servirá para apresentar a temática e a forma como a autora entende e interpreta a década de 1960, assim como a inserção dos trabalhadores ferroviários riograndinos nesse período.

1.1 Classe, Memória e Ditadura civil-militar de Segurança Nacional

Pensar a organização dos trabalhadores ferroviários da cidade do Rio Grande no pré e pós-golpe civil-militar de 1964 exige a identificação de alguns pressupostos, os quais nortearam os demais capítulos. Esses conceitos oportunizaram o diálogo com esse momento tensionado. Assim, o presente trabalho se baseia em três principais aportes conceituais que ajudaram a entender o objeto em análise, são eles: Classe, Memória e Ditadura civil-militar de Segurança Nacional. É importante salientar que, apesar de eles serem discutidos de forma compartimentada, estão articulados em todo o texto.

A utilização do conceito de classe se justifica na medida em que se entendem os sujeitos históricos analisados, enquanto pertencentes a uma classe social. Uma vez que possuem uma cultura organizacional e reivindicatória própria, bem como outras características que os identificam, como a questão de serem considerados e automeados *trabalhadores ferroviários*. Assim, enquanto membros de um grupo, pretende-se compreender

os trabalhadores ferroviários riograndinos, percebendo as formas pelas quais se articulavam enquanto coletivo, em um momento democrático e, posteriormente, como passaram a agir dentro de um espaço repressor, onde o Estado autoritário cerceava a liberdade de expressão e de mobilização contrária ao regime imposto.

Para apresentar o conceito de classe, recorreu-se as formulações de Edward P. Thompson, autor que, mesmo sendo clássico e já muito discutido na historiografia, apresenta aspectos julgados relevantes. Thompson, nas obras *A Formação da Classe Operária Inglesa e As Peculiaridades dos Ingleses*, faz uma crítica aos círculos acadêmicos, muitos dos quais marxistas, portanto com a mesma base conceitual do autor, os quais, julgam saber, melhor que os trabalhadores, qual seria a “correta” atitude de classe que esses deveriam tomar para serem entendidos como agentes conscientes. Esses estudiosos, criticados por Thompson²⁰, entendem a classe como um processo acabado, algo estático que deveria seguir um modelo de luta preestabelecido. Dessa forma, reduzem a importância das vivências e das experiências dos trabalhadores na contínua re/formulação de suas lutas. Assim, muitas críticas negativas ao movimento operário se baseiam nas pré-concepções do que a classe deveria ser ou fazer, e não no que ela realmente é.

Thompson, ao criticar essa forma fechada de interpretação, formula um novo conceito, no qual entende a classe como um processo ativo, que está em contínuo fazer-se (como o próprio título original do livro ‘*The Making of the English Working Class*’ sugere) e não como fenômeno estático e acabado, o qual deve seguir determinadas etapas, já traçadas por outros. Para o autor, a classe “não pode ser nem ‘verdadeira’ nem ‘falsa’. É simplesmente o que é” (2001, p. 280). Thompson define que

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em

²⁰ Entre os quais cita-se Perry Anderson e Tom Nairn. A crítica a esses autores é formalizada no livro *As Peculiaridades dos Ingleses*.

tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 2011, p. 10).

Para Thompson, não são apenas os meios materiais de existência que caracterizam a classe, mas sim uma série de fatores, tanto econômicos, quanto culturais e políticos que se constituem ao longo das gerações, indicando sua consciência e formas de agir. É através do conflito e da necessidade de defender alguns direitos em detrimento de outros, que homens e mulheres se entendem enquanto classe, a qual está em contínuo fazer-se, elaborando-se a partir de novas e velhas experiências. Essa troca de experiências vai definir a classe trabalhadora com objetivos, interesses e pensamentos próprios, os quais nem sempre são os mesmos, mas se reformulam de acordo com o período histórico e com as vivências partilhadas.

É a partir dessa concepção, que se entende os trabalhadores ferroviários como agentes que compreenderam e atuaram sobre sua história, de forma classista. Nesse sentido, essa categoria é percebida por muitos estudiosos do *Mundo do Trabalho* como uma das precursoras na luta por direitos no Brasil. Os ferroviários foram uma das primeiras agremiações de trabalhadores a se organizar “em grandes movimentos grevistas, foi também o primeiro grande núcleo de trabalhadores assalariados em um momento da história brasileira em que a mão-de-obra escrava ainda era preponderante” (MONTEIRO, 2007, p.31). Os ferroviários, se organizaram em diferentes associações de classe ao longo de sua história, e suas formas de luta nem sempre seguiram um padrão, passando por períodos em que seus direitos eram garantidos legalmente, e por outros – de fechamento político – nos quais não os viram respeitados, nem assegurados. Assim, utilizando a teoria de Thompson, nota-se que foi a partir da vivência/experiência dos ferroviários que essa categoria formulou e constituiu um espaço de luta na busca e conquista de direitos. Fato esse que pode ser observado no diálogo com as fontes dessa pesquisa.

De acordo com os ferroviários riograndinos, a primeira luta que enfrentaram após sua entrada para a ferrovia foi pela efetivação no emprego, esta, além de conceder estabilidade, também proporcionava a participação

efetiva dentro das associações ferroviárias. Segundo o ferroviário Saturnino Novo²¹, “nossa pauta de reivindicação, principalmente da Coligação dos Ferroviários era [...]. Nós queria ser efetivado porque nós vivia dia e noite na tensão [...]. E pra nós poder participar do segmento corporativo”²². De acordo com o mesmo, sua efetivação no emprego se deu, depois de muito luta, no ano de 1954 ou 1955.

Outro exemplo citado pelo entrevistado, o qual permite visualizar a força de luta desses trabalhadores, foi a campanha contrária dos ferroviários gaúchos para que a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) não fosse federalizada. As negativas e as pressões dos trabalhadores para com o governo do Estado do Rio Grande do Sul (no governo de Ildo Meneghetti, PSD), não foram suficientes para frear a federalização, que começou a ser acordada em 1957, mas foi efetivada em 1959 (já no governo de Leonel Brizola, PTB). Assim, a VFRGS passou a integrar a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), pela Lei nº 3. 115 / 1959. Porém, em 1961, foi assinada a “Lei de Reversão”, pela qual “os funcionários que atuavam na VFRGS foram cedidos, na condição de servidores estatutários do Estado do Rio Grande do Sul, à RFFSA, mantendo conquistas funcionais auferidas em anos anteriores” (FLÔRES, 2009, p. 282). Segundo Saturnino Novo,

[...] a Rede queria encampá [...]. Aí, entrou essa batalha da Rede com o Estado. O Estado querendo entregar a Viação Férrea do Rio Grande do Sul pra Rede. Mas aí tinha muita divergência. Nós tava num problema, nós dizia, nós não podemos passar pra Rede assim de braço cruzado, tem que migrar pra lá com segurança. Foi aí que se deu a função do Brizola, que foi muito precisa, muito ativa, né. Ele disse: - Não, vocês se reúnam e façam um estatuto. [...] Isso aí gerou num termo de reversão²³.

²¹ Foram realizadas duas entrevistas com Saturnino Novo. A primeira delas foi feita pela autora e por Edgar Gandra no dia 20/06/2011 na residência de Saturnino Novo, na cidade de Rio Grande. A segunda foi realizada apenas pela autora em 24/06/2011, na mesma cidade e endereço. Saturnino é uma figura bastante emblemática nessa pesquisa, pois se manteve todo o período ditatorial como atuante dentro do meio sindical ferroviário.

²² Entrevista realizada pela autora em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

²³ Entrevista realizada pela autora em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

Saturnino Novo expressou que a ajuda de Leonel Brizola foi de fundamental importância para a aprovação do termo de reversão, demonstrando para com este político certa dívida de gratidão e grande admiração, o que deixa claro em vários momentos da entrevista. Esse sentimento se compreende, em parte, pela garantia proporcionada por Brizola para que os ferroviários gaúchos pudessem continuar ligados ao Estado, fato que proporcionou a manutenção de uma série de direitos conquistados anteriormente e que a União não dispunha. Salienta-se que a VFRGS não alterou seu nome, ficando sua denominação válida tanto como VFRGS, quanto RFFSA. Nos próprios livros administrativos da empresa aparece VFRGS/RFFSA, por isso nessa dissertação não se usa apenas um termo.

No período posterior ao golpe de 1964, as antigas formas de luta e reivindicação foram minimizadas ao extremo, pois o Estado brasileiro implantou uma série de restrições que cercearam a livre manifestação de reivindicações. No caso dos ferroviários riograndinos, a ditadura civil-militar exigiu uma ressignificação de suas práticas políticas e de sua ação sindical. Observou-se, a partir das entrevistas realizadas, que havia pleno entendimento, por parte desses trabalhadores, de que se tratava de outro momento, no qual se fazia indispensável reformular muitas de suas antigas práticas. Por isso, entende-se o conceito de Thompson como extremamente válido para este objeto de estudo, já que não se podem identificar estruturas fixas nas formas de organização da classe, mas sim, uma contínua reformulação, ligada ao contexto histórico e aos aspectos culturais e econômicos vivenciados.

Nessa perspectiva, não existe uma postura definida/correta a ser seguida, principalmente quando se trata de um período autoritário. Entretanto, os trabalhadores brasileiros foram muitas vezes acusados de não se posicionar num enfrentamento de classe contra a ditadura civil-militar. Contrariamente a essa ideia entende-se os trabalhadores como indivíduos que também temiam a repressão, tinham um emprego para zelar e uma família para sustentar, precisando preocupar-se, além da militância, com pessoas que dependiam deles.

Uma das fundamentações teóricas da Ditadura era a negação da diferença entre as classes sociais, silenciando o conflito existente entre elas e defendendo que as disputas de interesse deveriam ser relegadas a um segundo plano, em prol da “pacificação” e da união nacional. Segundo Enrique Padrós,

Um das principais premissas da doutrina de segurança nacional (DSN), marco de diretrizes gerais presentes nas ditaduras da região, é a rejeição da idéia da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificado como nocivo aos interesses da “nação” e, portanto, deve ser combatido como tal (PADRÓS, 2008, p. 144).

Esse “pertencimento nacional”, idealizado/estruturado pela DSN, não aceitava a particularidade dos diversos grupos existentes na sociedade brasileira, nem as divergências quanto a projetos políticos para o país, impondo-se como uma cartilha única e condenando tudo que fugia aos princípios desta. A defesa dos interesses classistas foi considerada, portanto, como algo perigoso. Dentro dessa lógica, os trabalhadores tinham de ser disciplinados e resignar-se a perder direitos em prol da unidade nacional, pois qualquer contestação que viesse a questionar suas precárias condições de sobrevivência poderia ser entendida como subversão.

Assim, quando se entende os trabalhadores na perspectiva de classe formulada por Thompson, tem-se presente que os processos sociais aos quais ela está submetida, determinam suas ações. Para o autor, “As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. [...] Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real” (THOMPSON, 2011, p.274). Dessa forma,

A formação da classe operária é um processo em contínuo andamento e sujeito a inúmeras diferenciações, conforme os condicionantes econômicos, culturais e políticos atuantes na sociedade na qual se insere. Por isso, cada episódio de formação de classe é uma experiência concreta, condicionada e condicionante da sociedade em que se situa (LONER, 1999, p.1).

Feita essa discussão sobre classe, faz-se importante articulá-la com a memória dos trabalhadores e, para isso, passa-se a focar o segundo aporte teórico pelo qual se pensará o objeto de estudo: a Memória. Levando em consideração que parte das fontes são as entrevistas construídas metodologicamente a partir da História Oral, a utilização dos conceitos que envolvem a Memória são de fundamental importância para que se consiga interpretar/dialogar com as entrevistas. Luisa Passerini afirma que,

A oralidade apresenta um quadro distinto. O papel é muito mais fortemente, e imediatamente, emotivo – isso porque o interlocutor está presente, faz perguntas ou pelo menos acena positivamente ou faz expressões de desaprovação. (...) Este aspecto, longe de ser um atentado contra a objetividade, é um modo de recuperá-la. A emotividade faz emergir, na relação intersubjetiva, indícios preciosos que de outro modo seriam perdidos (PASSERINI, 2011, p.40)

Como bem aponta Passerini, a oralidade permite remontar detalhes e emoções da vida cotidiana das pessoas, proporcionando entender, de forma mais atenta/micro o dia-a-dia dos trabalhadores e muitas de suas expectativas e desilusões, dando espaço para um “mundo” que geralmente não está expresso nas fontes escritas. Para Pablo Pozzi,

De hecho el concepto de clase social en si mismo es inseparable de las “estructuras de sentimiento” que conforman la argamasa cohesionadora del mismo. Es aquí donde la historia oral puede hacer un aporte fundamental a través del análisis de las tradiciones clasistas expresadas en las más diversas fuentes orales (POZZI, 2010, p.45)

Dessa forma a História Oral possibilita a análise de tradições e culturas classistas, alimenta o surgimento de novos pontos de vista, novos debates e um enriquecimento do conhecimento histórico, visto que, busca visualizar o

protagonismo dos setores marginalizados da sociedade²⁴. Deve-se observar que a História Oral também é necessária quando existem documentos escritos: “Ela é vital também para produzir outras versões produzidas à luz de documentos cartoriais consagrados e oficiais” (HOLANDA; MEIHY, 2007, p. 26).

Para compreender essas visões de mundo que passam a ser conhecidas com a História Oral, é necessário entender algumas concepções sobre a Memória. Para isso, partiu-se dos escritos de Maurice Halbwachs. Esse entende a Memória como um processo coletivo, ou seja, é a partir da interação com o outro que, segundo ele, as pessoas lembram-se de determinado fato. Assim, os membros de um mesmo grupo (sindicato, partido) tendem a estabelecer, a partir dos marcos sociais da memória, uma identificação e possuir um discurso comum sobre o seu passado, o qual, com o passar dos anos e as mudanças nos grupos de convivência, pode adquirir maior ou menor importância. “O ponto essencial da teoria de Halbwachs é, pois, considerar a memória como um fenômeno social, uma reconstrução do passado a partir dos quadros sociais do presente” (SCHMIDT, 2006, p.92).

Halbwachs, o primeiro autor a formular o conceito de memória coletiva, foi muito questionado por diferentes pesquisadores, porque reduzia ou excluía a lembrança individual. Joël Candau é um dos autores que critica essa concepção, preferindo a noção de marcos sociais da memória, também formulada por Halbwachs. Esta parece mais correta por ser mais abrangente e enfatizar que as lembranças são completadas com a ajuda da memória dos outros, mas que a lembrança individual existe e tem um papel importante. “De hecho, no existen ni memoria estrictamente individual, ni memoria estrictamente colectiva” (CANDAU, 2002, p. 66).

Candau discute, em um dos capítulos de *Antropologia de la memoria* (2002), as batalhas que se constroem pela posse e a manutenção da memória oficial sobre determinado acontecimento, enfocando a manipulação e, até mesmo, a negação do passado (entre outros exemplos, cita a tentativa de negar o holocausto) para se construir uma História sem marcos negativos.

²⁴ POZZI, 2010, p.55

Como afirma Candau, memória e História não são sinônimos, mas se colocam em contínuo confronto pelas suas representações do passado. A negociação coletiva da memória em relação ao que se deve perpetuar e ao que se deve esquecer, dá-se através dos marcos sociais da memória. Logo, os sujeitos que vivenciaram as mesmas situações históricas e compartilharam o mesmo espaço social tendem a ter relatos parecidos sobre o passado, estabelecendo o que se considera pertinente de ser lembrado.

No Brasil a disputa pelas versões acerca da Ditadura civil-militar de 1964, indicam alguns conflitos sobre a memória do período. De um lado, existe a versão dos golpistas e apoiadores do golpe. Esses afirmam que a Ditadura foi necessária para implantar a ordem no país e evitar um “mal” maior (a ditadura comunista)²⁵. Por outro lado, há a memória das vítimas e dos seus familiares que denunciam as atrocidades cometidas pelo regime e lutam pelo reconhecimento e pela punição dos crimes. Martins Filho afirma que enquanto “os ex-militantes se esforçam por manter viva a memória dos anos 60 e 70; a maior parte dos oficiais, [...] gostaria que se baixasse sobre certos aspectos desse período o manto do esquecimento” (2002, p.28). Nesse sentido Elizabeth Jelin afirma que

Los momentos de cambio de régimen político, los períodos de transición, crean un escenario de confrontación, entre actores con experiencias y expectativas políticas diferentes, generalmente contrapuestas. Y cada una de esas posturas involucra una visión del pasado y un programa (implícito en muchos casos) de tratamiento de ese pasado en la nueva etapa que es definida como ruptura y cambio en relación con la anterior (JELIN, 2002, p.45).

Com a abertura política em 1985, foi imposto, por parte do Estado e dos meios civis e militares envolvidos na repressão, um silenciamento em relação à Ditadura. Sendo salientada a necessidade de “virar a página” e não trazer à tona traumas e “ódios pessoais” que pudessem abalar a “frágil” democracia brasileira. Assim, a pressão das vítimas e dos familiares das vítimas da Ditadura, para que as violações dos direitos humanos emergissem, foram abafados e tratados como revanchismo. Dessa forma, a negação da

²⁵ Além das justificativas de cunho ideológico, os militares se utilizam do negacionismo para esconder e camuflar os abusos cometidos e as violações dos direitos humanos.

divulgação ou do conhecimento mais detalhado da história da Ditadura civil-militar brasileira, foi responsável pela criação de um mito/senso comum de que ela teria sido uma “ditabranda”, ou seja, teria sido tão amena que se poderia desprezar seu caráter opressor.

A não discussão do passado fez com que o medo (mesmo que inconsciente) impedisse as pessoas de falar abertamente sobre o período. Percebe-se que, muitos temores ainda não se desvincularam do dia-a-dia dos indivíduos, pois, durante a Ditadura civil-militar, as pessoas tinham necessidade de estar sempre se policiando sobre o que iriam falar e ter cuidado com suas atitudes, já que qualquer declaração ambígua poderia ser entendida como subversão.

Logo, tem-se presente que as declarações sobre a Ditadura podem ser imprecisas, hora enfatizando seu caráter controlador, hora descrevendo seu caráter ameno. Nas entrevistas realizadas com os ferroviários riograndinos notou-se muitas questões contraditórias, sem uma posição ou definição muito clara. Todavia, como afirma Daniel James, na tentativa de se remontar o cotidiano obreiro, lida-se inevitavelmente com contradições

não resolvidas, silêncios, esquecimentos e temas conflitantes. [...] O testemunho oral é mais desorganizado, mais paradoxal, mais carregado de contradições e, talvez, por causa disso, mais fiel à complexidade das vidas da classe trabalhadora e da memória desta (JAMES, 2004, p. 311).

Como expressa James, não compete ao estudioso deter-se em relatos coesos, como se a vida fosse uma linha reta na qual todas as escolhas tivessem um porquê predefinido. A vida cotidiana do local de trabalho revela imprecisões, conflitos e disputas, nem sempre tornando as atuações coerentes e únicas, mas revelando as complexidades de um ambiente ditatorial, que tentou dismantelar as formas de cultura e organização traçadas pelos trabalhadores, conforme será discutido ao longo do trabalho.

Alessandro Portelli ajuda na compreensão dessa questão, visto que, para o autor, “as versões das pessoas sobre seu passado mudam quando elas próprias mudam” (2000, p. 298). Ao interpretar sua história, os narradores não

se desvinculam do presente e formulam ressignificações para suas lutas operárias. Observa-se, a partir disso, que a memória não é estática, não vê os acontecimentos da mesma forma de quando se concretizaram, mas os entende e os interpreta de acordo com as diferentes concepções adquiridas durante a vida.

A memória sindical tende a estabelecer certas semelhanças entre si. As lutas, por mais que se diferenciem em lugares e profissões, têm em comum inúmeras reivindicações e posições. Pode-se observar que existem, dentro do espaço sindical, tanto conflito por ideias e poder, quanto união em torno de uma causa e, também, por afinidades pessoais. Contudo, também se percebeu a tentativa dos narradores em manter um sentido para as suas vidas, buscando relembrar ações que se mostrassem coerentes nas suas escolhas. Segundo Bourdieu,

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Nessa perspectiva, nos relatos autobiográficos, procura-se encontrar uma coerência, uma linearidade lógica para a vida, buscando sempre conferir um sentido para as ações, por mais casuais que elas pareçam. Desse modo, foi possível identificar os entrevistados, pois eles, ao reavivarem suas memórias para que ficassem inteligíveis a quem contavam, tentaram estabelecer uma linearidade e uma explicação de causa-efeito para os acontecimentos de suas vidas, dificilmente analisando alguma escolha como ocasional ou imprevisível.

Passa-se, agora, a fazer uma discussão sobre o terceiro aporte com o qual será pensado o objeto de estudo, a Ditadura civil-militar de Segurança Nacional. A compreensão desta é imprescindível, visto que se analisará um período no qual os direitos civis estavam cerceados e a população, sob

vigilância permanente. Logo, tendo em vista as transformações que advieram com o Golpe, não se pode analisar os trabalhadores ferroviários de Rio Grande e suas associações da mesma forma como se estivesse investigando um período democrático. Um aparato policial de medo e insegurança foi montado para tentar assegurar, por parte do Estado, que toda a ameaça subversiva fosse afastada do território nacional. A lógica de punição se inverteu, e era o indivíduo quem teria de provar sua inocência frente ao Estado, e não mais este quem teria de reunir provas contra o cidadão.

Destaca-se também o caráter civil da Ditadura, visto que boa parte da população apoiou e colaborou com ela. Entre os setores da sociedade civil que mais contribuíram para sua sustentação, enfatiza-se a participação dos grupos empresariais, desde a conspiração para o Golpe, até seu financiamento e, em alguns casos, participação direta nas torturas²⁶. Boa parte da mídia nacional²⁷ também apoiou e legitimou a Ditadura. A classe média foi outra colaboracionista com o regime. Logo, a participação civil foi ativa e constante durante toda a Ditadura, por isso é importante enfatizar seu caráter civil-militar.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que foi a base de legitimação e sustentação do regime, pode ser entendida a partir das formulações de Joseph Comblin (1976). Para ele, a DSN gira em torno de quatro conceitos principais: os Objetivos Nacionais, a Segurança Nacional, o Poder Nacional e a Estratégia Nacional. Os Objetivos Nacionais, expunham que o que se vivia era uma guerra total, onde estava em jogo a sobrevivência da nação. A meta da guerra era uma meta política e vice-versa. Ela englobava a preocupação com a manutenção das fronteiras nacionais, a unificação dos valores culturais e cristãos dos brasileiros e a necessidade da solidariedade e da harmonia entre as classes. Esses objetivos tinham uma missão principal: lutar contra o comunismo (COMBLIN, 1976, p.50-53).

²⁶ A Operação Bandeirante reunia a “parte civil” da Ditadura, que participava das torturas aos presos políticos.

²⁷ No que se refere a grande imprensa, que teve como primeira atuação o apoio ao golpe cita-se *O Estado de S. Paulo, Folha da Tarde, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo e O Globo*. Alguns desses, como o decorrer do tempo, passam a tecer algumas críticas a Ditadura.

O segundo preceito, a Segurança Nacional, era o cerne da doutrina. Na sua definição a Nação estava sempre em perigo. Não se colocava com clareza o que exatamente estava sob ameaça. Sabia-se, contudo, contra o que se lutava: o comunismo. A Segurança Nacional tinha como meta “impor seus objetivos a todas as forças oponentes”. As forças oponentes, dado o sentido extremamente vago que o inimigo tinha, poderiam estar em qualquer lugar, o que legitimava o uso da força em qualquer situação e contra qualquer adversário. Posto que, a subversão poderia se manifestar em qualquer lugar (na vida política, econômica ou cultural), era necessário controlar a tudo e todos, estando a Segurança Nacional desprovida de limites. (COMBLIN, 1976, p.54-57).

Outro basilar da DSN era o Poder Nacional. Esse se caracterizava por abranger todas as capacidades de interferência e ação do Estado, fossem eles políticos, econômicos, psicossociais ou militares. “O poder é a um tempo capacidade de ação sobre a natureza e sobre os homens, capacidade de manipular os recursos naturais graças ao capital, à técnica, à capacidade de trabalho, e capacidade de impor aos homens a vontade do Estado, seja através da lei, do prestígio, da pressão social, dos costumes ou da sujeição” (COMBLIN, 1976, p.58).

Por último, a Estratégia Nacional era “a arte de aplicar o Poder Nacional para obter ou manter os objetivos fixados pela Política Nacional”. A Estratégia Nacional erigia todos os seus planejamentos objetivando a criação de uma sociedade militar. Ou seja, todos os habitantes de um país deveriam fazer parte da busca, identificação e destruição dos inimigos da Nação (COMBLIN, 1976, p.62-54).

A partir desses preceitos que ligaram a Segurança Nacional e o desenvolvimento econômico, as ditaduras civil-militares do Cone Sul compuseram um quadro de perseguição e opressão, que se efetivou, de acordo com Enrique Padrós, como abrangente, prolongado, indiscriminado, retroativo, preventivo e extraterritorial.

Abrangente porque não houve setor da sociedade que permanecesse imune ao alcance das ações repressivas ou estivesse livre das suas

ameaças. [...] Prolongado porque suas modalidades foram aplicadas, sempre que necessárias, até o final de cada uma das ditaduras, e suas sequelas se projetaram no período posterior. [...] Indiscriminado porque a ação repressiva contra a população não teve limites. O uso flexível do conceito de “inimigo interno” permitiu incorporar “novos subversivos”, num processo sem fim [...]. Retroativo porque, após o combate contra guerrilheiros, comunistas e outros esquerdistas, alvos óbvios da lógica da SN, desenvolveu-se uma prática de vasculhar, no passado das pessoas, suas simpatias políticas, a existência de militância sindical ou estudantil, ou qualquer outra atitude que colocasse em questão sua fidelidade ao novo regime [...]. Preventivo porque um dos seus principais objetivos foi a geração da “cultura do medo”, o que contribuiu para combater as correntes de solidariedade e isolar vítimas, ao fomentar a passividade, a alienação e a indiferença pelo amedrontamento das demais pessoas – vítimas indiretas. [...] Extraterritorial [...] principalmente como perseguição fora das fronteiras nacionais (PADRÓS, 2008.p. 154).

A mão do Estado buscava controlar todos os âmbitos sociais, o passado e o presente da população, gerando um clima de insegurança cotidiana e de imobilismo social. Diante desse aparato policial e repressor, as velhas formas de solidariedade classista sofreram uma queda considerável. A simples participação em manifestações políticas anos antes do golpe, assim como a convivência com determinadas pessoas tidas como perigosas à Segurança Nacional, poderia ser considerado como um ato de subversão. Aspecto esse, perceptível nas entrevistas realizadas com os ferroviários.

Pensar a articulação dos trabalhadores riograndinos pós-golpe de 1964 é refletir sobre um ambiente de medo e silêncio, no qual as possibilidades de luta estavam restritas e intensamente vigiadas. A forma como se implantou o poder ditatorial foi além da violência física, pois a lógica policial e o medo da delação tomaram conta do cotidiano da população. Essa se via obrigada a se autocensurar e era estimulada a vigiar os outros, denunciando qualquer comportamento que pudesse ser considerado uma ameaça à segurança nacional. Da mesma forma, cartilhas de como reconhecer um subversivo eram amplamente divulgadas e explicitavam a atenção, que cada indivíduo deveria ter, com novos vizinhos e colegas de trabalho, e até conversas “inocentes” em mesas de bar e encontros festivos. Segundo Padrós, “Na medida em que se impôs a autocensura, o Terror de Estado cumpriu sua função pedagógica, dobrando vontades e resistências, o que, combinado com a sensação de impunidade, gerou medo e imobilismo (PADRÓS, 2005, p. 31)”.

Elizabeth Cancelli (1994) e Regina Célia Pedroso (2005), que centraram suas análises na Ditadura do Estado Novo (1937-1945) posta em prática no governo de Getúlio Vargas, explicitam que as práticas de cerceamento policial não foram invenção da Ditadura de 1964, mas se constituíram como uma política bastante recorrente do Estado brasileiro, para silenciar e controlar tanto a oposição, quanto as classes menos privilegiadas.

Segundo Cancelli, através dessa ânsia controladora do Estado, os homens não conseguem mais se integrar em projetos comuns da sociedade, o que muitas vezes restringe os cidadãos a usar o espaço público apenas para garantir sua subsistência e de sua família. Por consequência, o aparato policial busca “disciplinar o dia-a-dia dos trabalhadores e da sociedade como um todo e, ainda, negar a individualidade dos homens a partir do estabelecimento de parâmetros comuns de comportamento e sentimento” (1994, p. 26). Já Pedroso expressa que “a polícia produziu ideologia própria”, atualizando-se e mudando suas ações conforme o momento político e os “inimigos” estabelecidos pelo Estado. Para ela, “o que diferenciou a atuação repressiva durante a ditadura militar da dos governos das primeiras décadas do século XIX foi que o último utilizou o exército como principal força repressiva” (2005, p. 148).

A ditadura civil-militar brasileira tornou legais as medidas repressivas e de caça aos inimigos, delegando a todos os brasileiros a responsabilidade pela manutenção da segurança nacional, tendo bases jurídicas para espionar, perseguir, prender e condenar todos os cidadãos que considerava perigosos, sem ter de prestar satisfações à sociedade sobre os motivos do aprisionamento e o paradeiro dos indivíduos. Como explica Carlos Fico,

A Constituição de 1967, aprovada menos de dois meses antes da posse de Costa e Silva, incorporou boa parte das medidas arbitrárias estabelecidas pelos atos institucionais. O que importa para o entendimento da criação de um setor especificamente voltado para a repressão política foi o postulado de que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites da lei”. Com igual impacto, o foro militar ficou definitivamente estendido aos civis, nos casos de crimes contra a segurança nacional. Logo, urgia aprovar uma Lei de Segurança Nacional, tipificando os crimes previstos na Constituição. [...] O próprio Castelo colaborou com a definição de “segurança interna”, “guerra psicológica” e “guerra revolucionária”, [...]. Portanto, coube a Castelo Branco tornar legal a noção “guerra interna” e permitir que brasileiros civis fossem

indiscriminadamente acusados de “subversivos” – base jurídica e conceitual indispensável para que a linha dura passasse da simples condição de grupo de pressão para a perigosa posição de “sistema de segurança”, com permissão para investigar, prender e interrogar, erigindo-se em polícia política (FICO, 2001, p. 56).

O aporte que legitimava a caça ao inimigo revestia-se de moldes legais/ jurídicos e dava sustentação a todos os abusos policiais e às violações dos direitos humanos, visto que buscava eliminar qualquer tipo de oposição e tornar os cidadãos subservientes ao Estado. Portanto, analisar as associações dos ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar envolve a reflexão dessas questões e o entendimento dessas restrições no momento de interpretar suas ações. As antigas formas de organização, manifestação e reivindicação operária/sindical não podiam ser mais operadas da mesma maneira, pois, além da repressão, a ditadura civil-militar estipulou uma série de medidas legais que tornavam ilegítimas e condenáveis judicialmente greves, reuniões e outras práticas sindicais.

Os anos pós-64 fazem parte de um período de transformação política e adaptação, por parte dos trabalhadores, ao novo tipo de possibilidades de atuação, exigindo deles a formulação de uma nova cultura organizacional reivindicatória.

Pode-se afirmar que, em um sentido mais amplo, modificaram-se as estruturas políticas, as leis e as relações entre sociedade e Estado. Ou seja, transformou-se a forma como os trabalhadores se relacionavam e interagem com o poder (que pode ser o Estado, ou o patrão), tendo aqueles a necessidade de redimensionar a noção de controle político e policial que os cercava. Permaneceu, no entanto, a cultura reivindicatória dos trabalhadores, a experiência das formas de luta vividas até então e a indignação frente a projetos que os prejudicassem. Manteve-se o modo de conceber determinadas situações e a antiga experiência de como lidar com elas, no entanto, essas não podiam mais ser aplicadas como no período anterior a 31 de março de 1964. Assim, ao se tecer análises focadas no aspecto micro, se tem

[...]centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretação e liberdades pessoais (LEVI, 1992, p, 135).

Por conseguinte, pensar os ferroviários riograndinos no pós-golpe é levar em consideração esses conflitos e negociações, assim como respeitar as escolhas que fizeram, enxergando-os como sujeitos que agiram de acordo com o que o período histórico proporcionava.

1.2 *Aquela época foi um desastre*²⁸ Historiografia, Trabalhadores e Ditadura civil-militar

A forma como a historiografia elabora interpretações sobre a classe operária, nos momentos anteriores e posteriores ao golpe, ajuda a refletir sobre o papel da classe operária nesse contexto tensionado. Como são insuficientes as produções específicas a respeito do objeto desta dissertação, a discussão será pautada em algumas produções acadêmicas que abordam o impacto do golpe nas organizações operárias dos metalúrgicos, em São Paulo, e dos portuários, em Rio Grande e Porto Alegre. Posteriormente, será realizada uma problematização específica sobre os ferroviários, num período anterior à ditadura de 1964 e no período que se propõe trabalhar, sendo analisadas produções que abordam os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. Justifica-se a abordagem de outras categorias de trabalhadores, nesta discussão, porque ainda são poucos os trabalhos que fazem uma análise mais aprofundada dos trabalhadores ferroviários no período em tela. Por isso, existe a necessidade de examinar a literatura existente, para, a partir dela, obter exemplificações e marcos comparativos de como os trabalhadores vivenciaram a ditadura.

²⁸ Frase retirada de uma das falas da entrevista feita com o ferroviário Saturnino Novo.

De acordo com Angela de Castro Gomes, a constituição da classe trabalhadora brasileira como participante ativa no processo político está dividida em dois momentos. O primeiro se articula na República Velha, com lutas e propostas políticas comandadas pelos próprios trabalhadores. O segundo se estrutura no pós-30 e tem seus principais projetos nos anos de 1942 a 1945; nesse período, mesmo não desprezando a continuidade das lutas autônomas, a classe trabalhadora se vê bastante atrelada ao Estado, o qual tenta assumir o controle do embate político entre trabalhadores e patrões. Ainda, acompanhando Gomes, o processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil está associado com a edificação da cidadania e a extensão desta aos setores populares. A cidadania, no Brasil, foi definida pelo Estado, e a forma como a classe trabalhadora se constituiu como ator político foi consequência de um projeto articulado e implementado por ele, porém os trabalhadores utilizaram seus próprios filtros e interações, aspectos que podem ser observados na discussão do trabalhismo brasileiro. Após o excessivo controle estatal implantado por Vargas – o qual não impediu a organização autônoma dos trabalhadores em alguns contextos - o movimento operário começou a retomar sua força (com a queda do Estado Novo, em 1945). Assim, os anos de 1945 a 1964 foram marcados pelo aumento gradativo da participação popular no processo político. As lutas dos trabalhadores intensificaram-se entre os anos de 1961 e 1963, quando os movimentos reivindicatórios passaram a obter sucesso e uma certa confiança de que o governo de João Goulart significava um avanço em comparação ao sistema político vivido até então, embora tendo presente que as reformas eram limitadas. Elas significavam uma alteração, porque aumentariam e assegurariam os direitos sociais.

Existe uma grande discussão dentro da historiografia referente aos anos de 1945 a 1964, debatendo-se, se nesses, os trabalhadores teriam empreendido lutas autônomas, ou, se estas estariam vinculadas a princípios e a líderes considerados populistas. Não é objetivo desta revisão historiográfica abarcar esse longo debate, entretanto, considera-se importante salientar que, juntamente com autores, como Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, entre outros, acredita-se que os trabalhadores não se constituíam em simples

massa de manobra, nem em vítimas, que aceitavam as imposições do Estado e do governo dito populista/trabalhista. Eram, sim, indivíduos conscientes de sua inserção social e de suas possibilidades de luta. De acordo com os autores citados acima,

Em diferentes conjunturas, o populismo não deixou de ser um espaço de lutas políticas e econômicas dos trabalhadores, tornando-se um campo, portanto, mais complexo e dinâmico do que pressupunham as teses que reforçam a imagem de uma classe operária passiva e manipulada pelo Estado. Os trabalhadores foram capazes de superar, em diferentes momentos, os obstáculos colocados pela legislação sindical e trabalhista – entendida aqui também como um terreno de disputas. Instituíram na prática ainda uma legítima representação de seus interesses, na medida em que o populismo não era tido invariavelmente como um fechado e acabado sistema de dominação, mas como um aberto e indeterminado jogo político que implicava barganhas políticas e evidentes conquistas de direitos. (SILVA; COSTA, 2001, p. 271).

O populismo foi interpretado por alguns autores, por exemplo, Francisco Weffort e Octávio Ianni, como um sistema político fechado que alienava os trabalhadores e tirava-lhes a possibilidade de participação ativa e consciente nos processos de reivindicação sindical. Interpretação esta contestada por Fernando T. Silva e Hélio da Costa, os quais compreendem a existência de um *jogo político* no qual, em alguns momentos, asseguravam-se conquistas e, em outros não.

O modo como se interpretou a classe trabalhadora, no período tido como populista, assumiu formas diversas, dependendo dos autores e das concepções de classe que cada um possuía. Do mesmo modo, também é conflituosa a maneira como a classe trabalhadora é abordada pela historiografia nos anos da ditadura civil-militar. Nesse debate são visualizados dois blocos. O primeiro deles, baseia sua interpretação na submissão do movimento operário na década de 1960. O segundo grupo analisa os trabalhadores dentro das restrições do período e avalia as suas ações de acordo com a conjuntura ditatorial.

Primeiramente, serão expostas as ideias do primeiro bloco, o qual reúne autores como Luiz Alberto Moniz Bandeira, Jacob Gorender, Antônio Cattani e Letícia Bicalho Canêdo. Posteriormente se analisará a produção do segundo grupo, composto por historiadores como Marcelo Badaró Mattos,

Antonio Luigi Negro, Antônio de Almeida, Kátia de Sousa Rodrigues e Edgar Gandra.

Os autores citados como pertencentes ao primeiro bloco são importantes para este trabalho, na medida em que, apresentam uma versão que minimiza o papel da classe trabalhadora durante a década de 1960 e no momento do golpe. De um modo geral, esses quatro afirmam que os operários estavam, no pré-64, atrelados às políticas de Estado, não possuindo autonomia de posições e decisões, o que teria resultado na sua passividade e não resistência perante a Ditadura. Moniz Bandeira, por exemplo, ao referir-se a atitude dos trabalhadores brasileiros no momento do golpe, expressa que, “os trabalhadores, sem um programa de reivindicações políticas próprias, não se bateram e se deixaram violentar, sem a menor resistência” (2001, p. 180).

Por essa perspectiva, o sucesso do golpe é entendido como consequência de uma não ação da esquerda, a qual estaria despreparada e desarticulada para uma possível resistência. Antônio Cattani, aborda que

A situação brasileira [da década de 1960] origina-se no não desempenho do papel histórico dos sindicatos, na sua debilidade, na sua incapacidade de obrigar os capitalistas a procederem as transformações que atendam a segmentos mais amplos da população. (CATTANI, 1990, p.102)

Nessa expressão Cattani responsabiliza, de certa forma, a classe trabalhadora pelas desigualdades sociais enfrentadas no país. Nota-se que esse autor esperava uma ação heróica desses indivíduos, os quais, segundo ele, deveriam cumprir, seu “dever histórico” de transformar país. Este ainda afirma que era preciso “resgatar a responsabilidade dos trabalhadores” ao processo de desenvolvimento brasileiro.

Letícia Câneo enfatiza o atrelamento dos trabalhadores ao Estado, desconsiderando as ações autônomas destes. Câneo vai afirmar que diferentemente de outros países, os trabalhadores brasileiros, não precisaram lutar para conquistar seus direitos. Segundo ela, esses lhes foram oferecidos/concedidos pelo governo de Vargas, em troca da aceitação dos trabalhadores a estrutura sindical do Estado (CANEDO, 1988).

Obviamente, esses autores são fruto de seu tempo e muitas de suas interpretações estão ligadas as questões políticas que vivenciaram e as formulações conceituais vigentes nos anos em que escreveram. Contudo, a visão desses, minimiza e subordina o papel dos trabalhadores, visto que os entende como pessoas facilmente manipuláveis e sem uma proposta própria de sociedade, tendo que ser guiados pelo Estado. Visualizam também, que no momento do Golpe, os trabalhadores não teriam tido uma postura combativa, visto que não organizaram uma resistência e ele.

Diferentemente desses autores, o segundo grupo de historiadores selecionados para essa abordagem, não veem a classe trabalhadora como inerte diante da ditadura civil-militar, pois percebem as limitações que o golpe impôs às lutas operárias e, sem minimizar o impacto deste, observam as novas formas de atuação como condizentes as possibilidades promovidas pelo período.

Nessa perspectiva, segundo Antonio Luigi Negro, em sua tese de doutorado, *Linha de Montagem. O Industrialismo Automotivo e a Sindicalização dos trabalhadores (1945/1978)*, os obreiros se organizaram segundo três enquadramentos básicos, após o golpe civil-militar de 1964. “O primeiro era dos ‘interventores’, isto é, dos dirigentes nomeados pelo MTPS²⁹ para ocupar as cadeiras de onde os perseguidos haviam sido cassados” (2001, p. 424). Esse grupo era composto por trabalhadores derrotados em eleições sindicais anteriores. O segundo grupo, composto pelos “democráticos de segunda geração”, esses em sintonia com os primeiros, representavam a corrente anticomunista, a qual deveria formar um sindicalismo “autêntico”, que se desvincularia do exemplo de organização efetivada antes do golpe. “Agora, sem correntes trabalhistas e de esquerda, havia sobrevivido, no geral, a sua banda podre, avessa á autonomia em função de sua adesão ao ‘sindicalismo responsável’, isto é, antigreve, colaboracionista, assistencialista e pró-capitalista” (2001, p. 427). No terceiro enquadramento se encontrava a oposição, a “nova esquerda”, essa era formada por antigos líderes cegetistas³⁰

²⁹ MTPS: Ministério do Trabalho e Previdência Social.

³⁰ Cegetistas: membros do Comando geral dos Trabalhadores (CGT).

que criticavam tanto a ditadura civil-militar, quanto as antigas formas de organização sindical.

Entende-se, essa definição de Negro, como uma tendência de organização dos sindicatos no pós-64, não como uma estrutura fixa que abrangeu todas as associações operárias. Portanto, esse enquadramento, não pode ser encarado como um modelo que será seguido pelas diferentes e inúmeras entidades de classe do país, mas como, uma possível forma de organização. O seguimento desse padrão, não foi visualizado nas associações ferroviárias riograndinas, visto que, apesar de muitos membros terem sido depostos, alguns se mantiveram em cargos de liderança e ascenderam posições por causa disso, sendo reconhecidos pelos demais trabalhadores até hoje.

Como características dos anos de fechamento político, Negro aborda a política salarial e econômica do governo, o arrocho, as demissões e os ataques aos direitos individuais. Além dessas questões, os trabalhadores também enfrentaram uma piora crescente nas condições de trabalho, ao mesmo tempo, em que, aumentava a cobrança por eficiência e produtividade. Instituiu-se o fim da estabilidade no emprego, o que garantiu uma política de rotatividade dentro das empresas, permitindo aos patrões reduzirem os salários e o número de empregados. Essa flexibilização nas leis trabalhistas, juntamente com o enfraquecimento dos sindicatos fez com que os trabalhadores se mantivessem calados, durante algum tempo, pelo medo que tinham de perder seus empregos, sendo a recolocação no mercado muito complicada pra época, ainda mais se existia o agravante de ser “perturbador da ordem”. Negro ainda enfoca a questão dos patrões e executivos se aproveitarem do fechamento político e de apoio que possuíam da polícia política “para vingar-se dos indesejáveis na escala de uma grande perseguição” (2001, p. 426).

Como exemplo dessa crescente precarização das condições de sobrevivência dos trabalhadores, cita-se o testemunho do ferroviário riograndino Saturnino Novo,

Na época, quando a gente conseguiu a lei, quando a Rede nos aceitou e foi criado o termo de reversão, ai logo em seguida veio o golpe. O golpe foi o que nos achatou. Que nós tava como queria, nós ia deplora, nós ia sair pra batalha, pra usufruir do que a gente tinha direito; foi quando deu o golpe militar. Ai, com o golpe ele nos [inaudível], porque não

reconheceram o termo de reversão, eles não reconheceram. Muito pelo contrario, até tiraram a lei do termo de reversão. Que era a lei que nos dava paridade de salário com o sargento do exército. Nosso salário era pra ser equiparado a um sargento do exército. Foi o primeiro que eles cortaram, eles cortaram; foi quando Castelo Branco chegou, e houve o cancelamento do aumento do João Goulart de 110%. Foi ai, contrário dos ferroviários todinhos, foi ai a gota d'água, que eles deram o golpe, quando eles deram o golpe. Dos 110, ai dos 110% eles pegaram e deram 80% pra os chefes de exército e para nós deram 20%. E ai, foi quando começou aquela briga pra reconhecer; fomos pro congresso, constituinte, pra nos darem essa lei, e foi o que nos trouxe o resultado que nós ficamos de 60, 69, mais ou menos, assim 69, 68 até 70, ficamos na pindaíba, na pindaíba mesmo. Era salário mínimo, não tinha³¹.

Desse modo, como se percebe na fala do narrador, o governo civil-militar não reconheceu o direito anteriormente conquistado. O decreto nº 5/1966³², aboliu todos os acordos anteriormente estabelecidos pelo governo de João Goulart, ficando os ferroviários sem receber aumento salarial por aproximadamente dez anos. Segundo Fabrício Renner de Moura o aumento salarial concedido aos ferroviários, o qual, através da Lei da Paridade, equiparava o salário dos funcionários civis e militares, proporcionou uma melhoria considerável para a qualidade de vida desses trabalhadores. (2007, 80-81)³³. Mesmo que possa haver um exagero do depoente em afirmar que ficou tantos anos sem aumento de salário, o fato demonstra a penúria que os trabalhadores enfrentaram naqueles anos. De acordo com Maria Helena Moreira Alves,

[...] o salário mínimo comprava em 1964 apenas 42% do que podia comprar em 1959. Verificou-se ligeiro aumento em 1965 e 1966, e nova queda com a finalização do pacote de controle salarial. A partir de 1967 o salário mínimo real continuou caindo até atingir, em 1976, 31% de seu valor em 1959. Cabe observar que a queda do poder aquisitivo dos salários ocorreu apesar de acentuada queda da taxa de inflação, que baixou de 87,8% em 1964 para 20,3% em 1969. Desse modo, a diminuição do valor real dos salários não pode ser considerada efeito da inflação; foi, antes, resultado da política de controle salarial do Estado (ALVES, 2005, p. 139-140).

³¹ Entrevista realizada pela autora e por Edgar Gandra em 20/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

³² Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-5-4-abril-1966-375369-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28/02/2012

³³ Saliencia-se que a Lei da Paridade foi uma luta de várias entidades sindicais brasileiras, além dos ferroviários, também participaram os marítimos, portuários e estivadores.

Nessa perspectiva, além de reduzir o valor dos salários, o governo manipulava os índices de inflação para não ser obrigado a conceder aumento, diminuindo as condições de sobrevivência dos trabalhadores, os quais tiveram que encontrar outras alternativas para manter-se. De acordo com Saturnino, “aquele salário que a gente ganhava, não cobre as despesas da gente. Então, tive que trabalhar fora para poder cobrir isso”³⁴. Para conseguir uma renda extra, Saturnino, que era artífice de oficina, fazia portas, janelas, chalés de madeira, entre outras coisas, para vender. Este ferroviário, contou que só trabalhava em casa “na época do aperto”, e que mesmo antes do golpe passou por momentos difíceis, mas, foi a partir dele, que as condições pioraram para os trabalhadores. “Aquela época foi um desastre. As pessoas saindo, o pessoal saindo da Rede”³⁵. Com condições de trabalho cada vez mais abusivas e salários miseráveis, muitos ferroviários consideraram mais válido encontrar outro emprego ou trabalhar autonomamente, do que manter um vínculo empregatício, o qual, mal preenchia as condições para sua subsistência.

Seguindo essa discussão Antônio de Almeida em seu artigo *Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista - 1964/1990*, aborda como os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo foram afetados pela ditadura civil-militar de 1964 e como se organizaram a partir deste momento. O autor, assim como Negro, enfoca que esses sindicatos nos primeiros anos pós-golpe foram controlados por direções “pelegas”, que apoiavam o governo golpista e haviam feito oposição às chapas anteriores. Nessa ótica, Almeida destaca que as ações dos líderes sindicais e dos trabalhadores se pautaram de maneiras muito distintas, pois, vendo a impossibilidade de contar com o apoio do sindicato, os trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista começaram a organizar ações reivindicatórias autônomas a ele, como as paralisações “relâmpago”. De acordo com o autor, a prioridade do sindicato estava em construir uma nova sede, grande e moderna e em garantir que todas as reivindicações fossem feitas

³⁴ Entrevista realizada pela autora em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

³⁵ Entrevista realizada pela autora em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

dentro da lei, acrescenta ainda, que a direção sindical aceitava acordos com os empresários, os quais iam de encontro ao interesse dos trabalhadores. Desse modo, como o sindicato estava sendo dirigido por chapas interventoras, as eleições acabavam sendo mera formalidade burocrática, já que, a candidatura de membros mais combativos estava proibida. Assim, os trabalhadores dividiram-se em duas correntes: alguns optaram por tentar integrar chapas sindicais, escolhendo aquelas que contavam com membros de sua confiança, já outros, passaram a defender o voto nulo e a não participação, visto que, não havia liberdade para se escolher os legítimos representantes da classe. Essas afirmações, apesar de ilustrarem o momento e uma tendência geral, não se aplicam aos ferroviários riograndinos, visto que, nesses não se observou diretorias “pelegas” favoráveis ao governo civil-militar,

Ainda, de acordo com esse autor, até meados da década de 1970, os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo agiram com muito comedimento, evitando atitudes que pudessem chamar a atenção de membros/órgãos governamentais, sendo, as ações reivindicatórias mais discretas e, por isso, menos eficientes. Nesse sentido, tendo em vista todo o controle estatal, os metalúrgicos adotaram “uma necessária reelaboração nas táticas e estratégias de intervenção social, implicando novas formas de relacionamentos coletivos e redimensionamento das práticas políticas” (ALMEIDA, 1999, p. 5). Entretanto, essa retomada, ainda estava imbricada em cuidados de autoproteção frente ao Estado autoritário brasileiro, o qual, “ainda continuava lançando mão de suas forças repressoras para perseguir, prender, exilar e assassinar indiscriminadamente os opositores do regime, principalmente os militantes políticos de esquerda” (1999, p. 7).

Nessa perspectiva, o trabalho de Almeida ajuda a fazer aproximações e a tecer afastamentos com meu objeto de estudo, pois, as formas de atuação mais tímidas dos trabalhadores, sempre se preservando de possíveis choques com a polícia, se mostraram recorrentes, tanto entre os metalúrgicos, quanto entre ferroviários. Uma das importantes diferenciações do modelo apresentado pelo autor, refere-se a condução do sindicato dos ferroviários riograndinos no pós-64, visto que, nesse não se observou diretorias “pelegas” favoráveis ao governo civil-militar.

Todavia, a autoproteção e a tentativa de realizar ações somente dentro da lei foram preocupações constantes dos ferroviários riograndinos. Nesse sentido, a nova realidade em tela, obrigou os trabalhadores a reformular muitas de suas práticas, como foi o caso, de não poderem reunir-se para discutir assuntos do sindicato sem antes obter permissão. Saturnino Novo, afirmou que, antes da realização de qualquer reunião, era necessários deslocar-se até a sede da Seção de Ordem Política e Social do Rio Grande (SOPS/RG) e tirar licença para torná-la legal, “[...] a gente ia no DOPS tirar licença [...]. Ai o Dops dava licença, mais [...] Ai ficava 5 ou 6 caras na porta da diretoria vigiando”³⁶. Em outra passagem, o mesmo afirma que, sempre haviam alguns militares vigiando as reuniões ou infiltrados nelas. “Nóis sempre tava vigiado. A vigia deles era constante. A gente sabia né, mas vai fazer o que, senão a gente nunca ia fazer nada”³⁷. Outra aproximação com o trabalho de Almeida e com os demais que serão citados é essa vigia sempre constante e policialesca aos sindicatos e aos trabalhadores, assim como para a sociedade em geral. No entanto, há indícios que as reuniões oficiais ocorriam mais no sentido de se constituir um caráter legal frente ao poder instituído, do que para discutir oposições. As quais se davam em conversas informais, como em mesas de bar, caronas e almoços de domingo.

Ainda segundo o ferroviário Saturnino, as reuniões do sindicato poderiam ocorrer, no entanto, deveriam possuir autorização prévia, “isso ai em 74, 73, ai a gente pedia em termo de ofício. Nóis tinha a associação, pedia licença para fazer uma reunião de sindicato, assembléia. As vezes eles ficavam aqui no portão, paravam ali; perguntavam o que a gente ia reivindicar, aí riscavam o que não queriam”³⁸. Devido ao fato de existir uma vigilância constante pode-se supor que as pautas das reuniões não deveriam entrar em discussões muito polêmicas, como o andamento político do país. Quando questionado sobre se faziam reuniões ilegais, Saturnino traz informações contraditórias, pois em alguns momentos afirma que havia encontros não aprovados pelo DOPS e em outros que faziam tudo dentro da lei, afirmando

³⁶ Entrevista realizada pela autora em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

que era “muito perigoso subverter a ordem, e ainda dava confusão”³⁹ e que sempre tentou ir pela lei. Percebe-se, através essas informações, um dos vários problemas em lidar com um passado autoritário, pois os entrevistados ainda demonstram muito receio em revelar informações que pudessem trazer algum tipo de problema/constrangimento para si, nota-se, nesse fato, um medo ainda presente no cotidiano das pessoas ao se refere a delações e punições.

Outra historiadora que possui um importante trabalho sobre o sindicalismo do ABC paulista é Kátia de Sousa Rodrigues. A autora em seu livro *Era uma vez em São Bernardo. O discurso sindical dos Metalúrgicos – 1971-1982*, aborda, assim como Almeida e Negro, as restrições as quais os trabalhadores foram submetidos, a “limpeza” feita nos sindicatos, o afastamento e a clandestinidade dos membros mais combativos e ligados ao governo de João Goulart. Aponta que em São Bernardo as intervenções sindicais seguiram o mesmo padrão citado pelos demais autores, ou seja, passaram a ser lideradas por interventores. Rodrigues mostra em números as intervenções ocorridas no país.

Foi um vendaval de intervenções, prisões, ameaças, silêncio imposto pelo terror. Entre 1964 e 1970, o Estado efetuou 536 intervenções sindicais, sendo 483 em sindicatos, 49 em federações e 4 em confederações. Das 536 intervenções, 433 foram efetuadas entre 1964 e 1965 (RODRIGUES, 1995, p. 8).

Desse modo, enfatiza, assim como Negro, a diminuição dos direitos dos trabalhadores, a rotatividade da mão-de-obra, os salários baixos e o ritmo de produção acelerado. Problematiza também, as estratégias de organização que passaram a ser pensadas a partir dos anos 70, enfocando a orientação assistencialista que os sindicatos adotaram, a partir da necessidade, de atrair os trabalhadores para dentro desses órgãos. É nesse sentido que o sindicato, como órgão assistencialista, passou a ter respaldo para com os trabalhadores, mudando em parte sua tática de ação, de luta combativa, para o asseguramento de direitos, os quais deveriam ser garantidos pelo Estado, passando ao oferecer atendimentos médicos, odontológicos e jurídicos, assim como descontos em farmácias e em gêneros alimentícios.

³⁹ Idem.

Nessa ótica, o jornal do *Círculo Operário Ferroviário*⁴⁰, indica o teor assistencialista que as organizações ferroviárias do Rio Grande do Sul estavam executando no pós-64. Uma série de benefícios, como assistência médica e odontológica, cursos de formação profissional para a família ferroviária e seguros de vida, são demonstrados como o principal objetivo desses núcleos sindicais. Essa prática assistencialista parece, de acordo com esse jornal, ter sido largamente utilizada pela maioria dos sindicatos dos ferroviários brasileiros no pós-64.

Um dos aspectos mais interessantes da pesquisa de Rodrigues é o enfoque dado a figura controversa que os líderes sindicais dessa época adquirem. Esse papel dúbio é apresentado porque se contesta se esses atores políticos agiram dentro dos limites do que era permitido no momento, ou fizeram menos do que podiam. Nesse sentido, pode-se pensar a figura de Saturnino Novo, personagem que parece muito controverso. Uma informação que muito intrigou na fala desse ferroviário foi o fato dele nunca ter sido chamado para depor, ou ter sofrido uma repressão mais direta, “chamaram outros [...] pelo menos nessa parte nunca me abordaram”⁴¹. Estranha-se esse fato, porque Saturnino passou todo o regime repressor (e os anos anteriores a ele) sendo um importante membro dentro do sindicato, claro que, com os limites e as restrições que o período estabelecia. No entanto, ele nunca ter sofrido algum tipo de ameaça (pelo menos, se sofreu, não revelou) parece um pouco fora dos padrões para a época. Visto que, como afirma Ney Quegues Moraes, outro ferroviário que entrevistei⁴², as delações entre os ferroviários eram práticas comuns, mesmo que elas fossem infundadas, muitas se davam apenas por rivalidades pessoais.

Algumas suposições podem ser levantadas em volta desse fato. A primeira é que Saturnino poderia ter sido um interventor, pois logo após o golpe as antigas diretorias sindicais foram depostas e, membros opostos àquelas foram colocados no seu lugar; no entanto, esse não foi o caso de Saturnino,

⁴⁰ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/*Jornal do Círculo Ferroviário*. Rio Grande do Sul, 1972.

⁴¹ Entrevista realizada pela autora em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

⁴² Entrevista realizada pela autora em 16/12/2011, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Ney Quegles de Moraes.

pois ele já era membro de uma diretoria, em posição de menor destaque, mas membro. Outra possibilidade, para sua não detenção, seria pensar em possíveis relações pessoais que esse ferroviário teria com membros da polícia ou do exército, se essas existissem, indivíduos que efetuavam a fiscalização das ações do sindicato, poderiam protegê-lo frente a denúncias. Por último, não se pode descartar a possibilidade de Saturnino ter passado despercebido pelos órgãos repressivos.

Outro historiador que contribui nessa discussão é Marcos André Jakoby. Este em sua dissertação de mestrado, *A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964*, mesmo não tendo como alvo de análise a organização dos trabalhadores no pós-1964, permite pensar como as intervenções se deram de maneiras semelhantes dentro dos sindicatos dos metalúrgicos, tanto em São Paulo, como no Rio Grande do Sul. Desse modo, Jakoby enfatiza que, mesmo após a intervenção militar, muitos dos antigos líderes continuaram participando da organização sindical, o que, em muitos casos, foi feito por pedido dos interventores. Assim, os metalúrgicos de Porto Alegre, concluíram ser melhor manter uma pessoa de confiança dentro do sindicato, mesmo esta não tendo poder de decisão, do que deixar sua sede e seus bens apenas na mão de interventores.

Mantendo o foco da discussão no Rio Grande do Sul, a leitura de Edgar Ávila Gandra é importante, na medida em que, abarca a questão sindical na cidade de Rio Grande, no período que recortei para análise. Gandra, irá focar nos seus livros, *O cais da resistência: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969* e *O porto dos direitos: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969*, como os trabalhadores portuários se organizaram anterior e posteriormente a ditadura civil-militar em Rio Grande e em Porto Alegre.

De acordo com esse autor, após a deflagração do golpe, os portuários gaúchos começaram a viver uma conjuntura de medo, pois a administração portuária passou a perseguir os trabalhadores, principalmente os mais militantes. Alguns deles, foram presos e torturados e outros, em maior número, foram demitidos sem justificativas e indenizações. Foi instituído um controle

rigoroso no ambiente de trabalho, havendo “fechamento de espaços sociais e uma maior rigidez no tempo de trabalho” (1999, p. 96). Dessa forma, além da mudança no cotidiano de trabalho, os portuários também enfrentaram o rebaixamento dos seus salários, no entanto, o medo de uma possível delação e/ou demissão, fez com que esses obreiros apresentassem pouca contestação às injustiças sofridas.

Nesse sentido, a ação sindical pós-1964 se efetivava de maneira lenta e cautelosa, visto que, nos primeiros anos pós-golpe, o sindicato dos portuários de Rio Grande e de Porto Alegre, foram controlados por interventores, os quais tentaram desmantelá-lo. O refazer do sindicato vai se pautar numa atuação mais assistencial e menos contestatória, no entanto é visível a intencionalidade de resistência e o desejo de instituí-lo novamente como uma força política.

A partir dos trabalhos de Gandra, principalmente o que enfoca Rio Grande, pode-se pensar nas peculiaridades do movimento operário desta cidade e tentar tecer comparações entre os portuários e os ferroviários desta. Dentre as aproximações que se pode apontar, em volta das ações de repressão e resistência/oposição, destaca-se, que os principais membros contestatórios, tanto do sindicato dos portuários, quanto dos ferroviários foram presos e demitidos. De acordo com o portuário Antônio Nailem Espíndola,

Bom, eu fui preso dentro do porto quando cheguei a uma hora, de manhã, fui distribuir o trabalho. Estavam todos meio apreensivos porque diziam que iam ter prisões, porque nós havíamos resistido no início. [...] Quando eu cheguei lá, ele me deu voz de prisão. Me disse: ‘você está preso por ordem do Ministro da Marinha’. Ai, eu pedi para me explicarem o motivo da prisão. Ai, ele me disse que não tem explicação, mandou me examinar para ver se eu não tinha arma, e logo chegou um jipe e me levaram para o capitão. [...] Me mandou para o navio Canopus, lá encontrei um pessoal da viação férrea e já começou a chegar mais gente, ai chegou Dinarte, capitão Athaydes (In: GANDRA, 1999, p. 91-92).

Percebe-se, por essa entrevista e, pela lista de presos do navio Canopus, divulgada pelo *Jornal Rio Grande*⁴³, que os cidadãos considerados perigosos e subversivos da cidade, foram encarcerados e demitidos. E, dentre eles, estavam trabalhadores ferroviários e portuários. Outra semelhança a se

⁴³ *Jornal Rio Grande*, 25/04/1964, p.12.

destacar, foi a paralisação dos trabalhadores riograndinos, ocorrida no dia 02 de abril de 1964, a qual compreendeu várias categorias, como os portuários, estivadores e ferroviários. Os mesmos, depois de verem frustradas suas expectativas, de um movimento de resistência vindo do presidente João Goulart, sem alternativa, voltaram a seu trabalho no dia seguinte a greve. De acordo com Miguel Gomes

Houve resistência, a gente achou que quem não quis mesmo fazer a resistência foi o presidente João Goulart. O Brizola disse pra ele que tinha que resistir, e ele disse que não queria um derramamento de sangue do seu povo. Então abandonou a, abandonou a resistência. La sair à resistência.⁴⁴

Conseqüentemente, Rio Grande por ser, na época do golpe civil-militar, uma das cidades mais industrializadas do Estado e possuir uma organização sindical bem estruturada, despertava uma significativa atenção/preocupação dos setores golpistas. Dias após o golpe, iniciou-se, ali, as nacionalmente nomeadas *operações limpeza e gaiola*, as quais, tinham por objetivo livrar a cidade dos agitadores comunistas. Essa *operação limpeza* invadiu os sindicatos, retirando deles seus arquivos, prendendo seus líderes e impedindo que continuassem funcionando (como foi o caso do sindicato dos portuários). Muitos desses sindicatos passaram a ser controlados por interventores, ficando proibida a realização de reuniões, greves, ou qualquer contestação que viesse ferir a “honra da revolução”. Além dos sindicatos, outras instituições foram ocupadas por interventores, políticos foram cassados, e pessoas ligadas ao governo de Jango e/ou consideradas subversivas foram expurgadas da sociedade.

A repressão aos inimigos da denominada revolução não foi mais branda que em outras localidades. Em Rio Grande, várias pessoas foram presas, entre elas os principais dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande. O município só perdia em número de encarcerados para a capital gaúcha (GANDRA, 1999, p. 90).

Portanto, durante o regime de 1964, Rio Grande passou a ser considerada área de Segurança Nacional. Isso significa que várias instituições

⁴⁴ Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPEL

municipais receberam interventores nomeados pelo governo civil-militar, entre elas, a prefeitura, a Alfândega, o Departamento Estadual de Portos, Rio e Canais (DEPREC) e a Rede Ferroviária. A classificação de Rio Grande como área de Segurança Nacional não estava associada somente ao porto e a sua posição estratégica, justificava-se também, por ser uma cidade basicamente operária e um possível reduto “contrarrevolucionário”.

Após visualizar algumas produções que abordam as categorias dos portuários e dos metalúrgicos no período de análise desta dissertação, a presente discussão se voltará para autores que focam sua produção na categoria dos ferroviários, problematizando as formas de organização, mobilização e vivências deles durante o século XX. Desses autores, somente Marcelo B. Mattos aborda o período da ditadura civil-militar.

Outra leitura significativa para meu trabalho foi a dissertação de mestrado de Marluza Harres, esta em, *Ferrovários: disciplinarização e trabalho (VFRGS. 1920 -1942)*, aborda como se formou, por parte da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), o controle e a disciplinarização dos trabalhadores. Harres, explica que a administração da VFRGS adotou uma série de mecanismos para regular os ferroviários, através de um sistema de observação e registro de suas atividades, assim como, construiu/formulou ideais de responsabilidade, como a pontualidade e a obediência. Dessa forma, o controle empregado ultrapassou os limites do local de trabalho e se alastrou para a vida privada, com a adoção de programas de lazer e incentivo a criação de associações, que tinham por objetivo conquistar a cooperação dos empregados. Essa disciplinarização dos ferroviários se dava em todos os ambientes, no trabalho, nas associações de que faziam parte, nas vilas que habitavam e completava-se na escola, já que, a VFRGS se “responsabilizava” pela educação da família ferroviária, aperfeiçoando os trabalhadores e formando outros.

Nessa ótica, outra autora que discorre sobre as formas de vigilância imposta aos ferroviários e, as possibilidades de ação a partir dessas, é Claudia Monteiro. A historiadora, em sua dissertação de mestrado, *Fora dos trilhos. As experiências da militância comunista na rede de viação Paraná - Santa Catarina (1934-1945)*, expõe que o rígido controle da vida dos trabalhadores

não era facilmente aceito. Mesmo Monteiro focando sua análise em outro Estado, percebe-se que as formas de controle e fiscalização eram semelhantes de administração para administração.

[..] apesar do projeto de controle e disciplinarização devido à aplicação de princípios racionais e científicos para gerir o processo de trabalho na ferrovia e fora do espaço produtivo, através do “saneamento ideológico” da DOPS e dos governos populistas, visando “domesticar as massas”, na prática esses projetos não impediram a ação de elementos como Claudemiro, gerando uma tensão entre discurso das autoridades e vontade individual (MONTEIRO, 2007, p. 20).

Nessa perspectiva, apesar de toda a disciplinarização imposta aos ferroviários, ela não impediu movimentos de contestação, mostrando, diferentemente de muitas abordagens sobre a época, que os trabalhadores não eram passivos às imposições verticais de poder.

Os trabalhos de Harres e Monteiro ajudam a refletir sobre o controle imposto aos ferroviários pela administração da Viação Férrea do RS e do PR e pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas. Nota-se, a partir desses trabalhos, a “necessidade”, por parte do poder estatal, de cercear as organizações políticas dos ferroviários e de tentar implantar medidas que visassem à sua disciplinarização aos moldes de trabalhador e cidadão que a empresa impunha. Observa-se também, que existia uma cultura reivindicatória entre os ferroviários, a qual se tentava coibir. No entanto, ações individuais e/ou coletivas se fizeram presentes e possíveis em diversos momentos. Dessa forma, investigar os ferroviários riograndinos no pós-64 passa por essa reflexão, pois, embora houvesse um ambiente de repressão, existiu a possibilidade de se pensar e realizar algumas ações na luta por direitos. Mesmo sendo elas de menor impacto, evidenciam, que não houve desestruturação total a partir do golpe e, que os trabalhadores não pararam de movimentar sua luta. Precisaram sim, diminuir sua intensidade e redimensionar sua força, diante de um poder estatal armado e não aberto ao diálogo.

Fabício Renner de Moura, em sua dissertação de mestrado, *Avante, vamos para a luta: cotidiano e militância dos trabalhadores ferroviários da cidade de Cruz Alta (1958-1964)*, observa “uma relação cotidiana de trabalho,

disciplina, resistência, solidariedade e conflitos (2007, p. 60)” entre os trabalhadores. Moura salienta muitos aspectos que Harres aponta sobre a tentativa de disciplinarização dos ferroviários, no entanto, seu trabalho se pauta na resistência e nas formas de organização da classe em Cruz Alta. Apesar de não ser seu foco de análise, Moura aborda os primeiros momentos da intervenção militar de 1964; de acordo com ele, os ferroviários de Cruz Alta passaram a ser chamados para depor no intuito de prestarem esclarecimentos sobre suas ações militantes. “Sob o argumento de subversão, inúmeros funcionários públicos, após responder a inquéritos, são demitidos sem qualquer indenização” (2007, p. 121). Houve uma grande mudança no cotidiano obreiro, pois muitos ferroviários perderam o emprego e sofreram com a recolocação no mercado de trabalho, já os que conseguiram mantê-lo “sofreram as constantes perseguições da Administração da ferrovia” (2007, p. 122).

Intervenções semelhantes ocorreram em Rio Grande, onde também houve a demissão e a prisão de ferroviários, que além de sofrer com a violência institucional, passaram a sofrer preconceito de membros da sociedade por já terem sido presos e acusados/condenados como pessoas perigosas e subversivas. Recolocar-se no mercado de trabalho tornou-se tarefa muito difícil para esses militantes.

Outro autor importante para esta análise é João Rodolpho Amaral Flôres, que possui um vasto estudo sobre os ferroviários gaúchos, focando sua análise em Santa Maria. Flôres sustenta, no livro *O Pragmatismo Político dos Ferroviários Sul-Rio-Grandenses – com foco histórico na cidade de Santa Maria*, que os ferroviários possuíam uma política pragmática na busca de seus direitos, ou seja, não assumiam uma posição política e/ou partidária que os definisse como “socialistas, trabalhistas ou comunistas”, negando qualquer tipo de agremiações com essas correntes. O autor afirma, que os ferroviários gaúchos carregavam influências dessas ideologias políticas, tendo algumas de suas associações delimitado suas preferências partidárias. No entanto, não teriam aderido a uma posição bem definida para que os interesses da classe ferroviária nunca ficassem em segundo plano, em detrimento dos interesses partidários.

Apesar de Flôres focar sua análise no período de 1898 a 1957, dedica algumas páginas ao Golpe de 1964, citando a intervenção militar sofrida na RFFSA e nas diversas entidades de classe dos trabalhadores ferroviários, assim como usa alguns depoimentos dos ferroviários de Santa Maria, para exemplificar como o momento foi visto por estes.

No dizer do ferroviário Adão Ledesma de Melo, referindo-se aos militares que tomaram o poder no Brasil de 1964: [...] “Foi um regime de perseguição aos ferroviários. Aqueles que reivindicavam alguma coisa e de que eles não gostavam, algum colega não gostava, a polícia não gostava, eram denunciados graciosamente, sem base, sem prova, sem nada, na firmeza” (FLÔRES, 2009, p. 302).

Nesse contexto, Santa Maria possuía o maior núcleo ferroviário do Rio Grande do Sul e um dos mais fortes e organizados sindicatos do Estado. Como consequência, foi, dentre as associações ferroviárias, o sindicato mais atingido pela repressão policial. Enquanto as demais associações ferroviárias do Estado tiveram permissão para continuar suas atividades, as de Santa Maria foram sumariamente fechadas. Também, de acordo com o ferroviário riograndino Saturnino Novo, a reestruturação deste sindicato foi mais difícil e demorada. Esse, em uma de suas falas, revela que deslocou-se algumas vezes a Santa Maria, para tentar, juntamente com outros ferroviários santa-marienses, reorganizar aquele sindicato.

O último autor a ser abordado aqui possui uma vasta e importante obra sobre o movimento operário brasileiro. Trata-se de Marcelo Badaró Mattos, que, em seu livro *Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*, sustenta que o sindicalismo gestado após o golpe de 1964 originou o que a historiografia chama de “novo sindicalismo”. Este começa a ter um funcionamento, mais efetivo, a partir da segunda metade da década de 1970, quando há o afastamento dos interventores sindicalistas que apoiaram o golpe. O “novo sindicalismo” caracterizava-se por ser mais autônomo, não estando atrelado a partidos e governos, representando apenas os interesses sindicais. Na prática, como afirma o autor, essa autonomia nunca foi total e estava mais no plano do discurso do que nas ações.

Ao avaliar os malefícios que a ditadura civil-militar trouxe para os trabalhadores, Mattos comenta que, ao mesmo tempo em que se aumentavam

as demissões (só em 1971 foram despedidos 2 mil ferroviários cariocas), crescia a exigência por produtividade e acelerava-se o ritmo de trabalho para aqueles que mantiveram seus empregos. No entanto, com salários cada vez mais defasados e direitos reduzidos, alterava-se, conseqüentemente, as relações de trabalho estabelecidas até então, “tornava-se cada vez mais distante a imagem do ferroviário como um trabalhador bem remunerado, típica dos anos 50 e 60” (1998, p. 95). Os critérios de recrutamento diferenciaram-se também, tendo fim uma tradição de recrutamento familiar, na qual os mais novos aprendiam com seus parentes o ofício e, por influência desses, acabavam sendo contratados pela Rede.

Ainda, Mattos aborda como as condições de moradia e transporte se tornaram cada vez mais precárias para os trabalhadores do Rio de Janeiro. Também, enfoca o caráter assistencialista que o sindicato dos ferroviários iriam adotar e sua preocupação em aumentar a sede e adquirir alguns bens, como veículos e colônia de férias. Desse modo, as discussões nas assembléias estavam pautadas pela administração desses bens, sendo os debates sobre salários baixos e direitos dos trabalhadores relegados aos assuntos gerais. É evidente, que a abordagem de temas mais complexos era feita de maneira cautelosa, para evitar punições e represálias. Elemento também visualizado no sindicato dos ferroviários de Rio Grande.

Apesar de toda a tentativa de desmonte do movimento operário sindical brasileiro, Marcelo Mattos destaca que

poderia prevalecer a imagem de que este período foi marcado apenas pela progressiva conformação das entidades sindicais à ditadura militar. Contudo, não é este o caso. As intervenções de 64 não seriam suficientes para apagar por completo a memória das lutas dos anos anteriores ao golpe. Greves ainda iriam surgir e, tão logo os governos militares tentaram promover uma transição de diretorias interventoras para dirigentes eleitos livremente, não tardariam a chegar aos sindicatos lideranças dispostas a resistir à ditadura (MATTOS, 1998, p. 137).

Como bem observa o autor, não se pode prevalecer a imagem de que os trabalhadores se conformaram com o golpe e não se opuseram a ele. Pois, as formas de resistência, eram muito difusas e variaram de acordo com as possibilidades apresentadas a cada sindicato. Em Rio Grande, percebeu-se

que os ferroviários mantiveram uma posição que, se por um lado, não desejava infringir as leis, evitando ações que pudessem ser entendidas como agressivas e que revertessem em intervenções violentas; por outro, tentavam manter vivas e atuantes as associações, buscando preservar alguns direitos, assim como efetuando formas de reivindicação que se encontravam num limiar bem complexo entre oposição e autoproteção.

Frente a essas questões, é importante destacar o auxílio da teoria e da historiografia para este trabalho, visto que, a partir das diversas questões levantadas, foi possível estabelecer aproximações e perceber particularidades entre os ferroviários riograndinos e as demais categorias abordadas. Como já exposto anteriormente, tratar questões de classe, sobre um período autoritário, requer atenção a muitos “não ditos” e a temores ainda presentes no cotidiano da população. Faz-se necessário, portanto, entender as difíceis formas de relacionamento com o poder e, as alianças e desenlaces com ele, compreendendo muitas atitudes, as quais poderiam ser julgadas como subserviência, como um *jogo político*, no qual as possibilidades de ação estavam restritas e passavam por relaborações e negociações constantes, pelas quais, na maioria das vezes, mais se perdia do que se ganhava.

CAPÍTULO 2

OS FERROVIÁRIOS NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO (1960-1964)

Esse capítulo se divide em três momentos. No primeiro se elaborará um pequeno histórico do movimento operário de Rio Grande. No segundo se levantará algumas questões envolta da trajetória dos ferroviários gaúchos. O último tratará da organização dos trabalhadores ferroviários riograndinos, no período de 1960 até o golpe civil-militar de 1 de abril de 1964.

2.1 Rio Grande, contexto histórico

Neste subcapítulo objetiva-se fazer um histórico da cidade do Rio Grande, abordando alguns aspectos da industrialização e da constituição de sua classe operária, durante o século XX. É importante salientar que a maioria das abordagens sobre a cidade estão concentradas até o final da década de 1940, havendo uma grande carência de trabalhos que reflitam sobre a segunda metade do século XX.

O processo de industrialização da cidade do Rio Grande remonta às últimas décadas do século XIX e tem sua formação e crescimento devido, principalmente, ao fato dessa sediar o único porto marítimo do Estado. Circunstância que proporcionou um escoamento rápido da produção realizada na cidade, bem como a saída e a circulação dos produtos que chegavam ao porto, via ferrovia. Segundo Souza, “A partir de 1870 iniciam-se obras de

infraestrutura como a via férrea Rio Grande/Bagé e construção do cais do Porto Velho motivando a instalação de várias indústrias, com destaque para a fábrica Rheingantz, que marca o início da industrialização de Rio Grande” (SOUZA, 2011, p. 35).

De acordo com Solismar Martins (2006), Rio Grande contava, desde as primeiras décadas do século XX, com um setor bastante diversificado e expressivo para a época, no que se refere ao comércio, indústria e serviços. Muitas fábricas de capital nacional e internacional se instalaram na cidade no começo desse século, destacando-se as empresas têxteis e os frigoríficos. A produção de bens não-duráveis foi predominante na industrialização da cidade até a década de 1950.

Rio Grande contava também com empresas de pescado, de adubo e uma refinaria de petróleo. Algumas dessas se destacavam, seja pelo número de trabalhadores, seja pelos lucros gerados. São elas o frigorífico Swift, a Refinaria Petróleo Ipiranga, as indústrias têxteis Rheingantz e Ítalo-brasileira, e as empresas de alimentos/pescado Leal Santos e Cunha Amaral.

Ao mesmo tempo em que a industrialização da cidade promoveu seu crescimento econômico e urbano, bem como seu destaque frente a outras cidades do Estado, isso não significou um progresso nas condições sociais da maioria da população. Para Ezio Bittencourt,

Incontestavelmente, a industrialização promoveu um grande aumento da malha urbana e um progresso econômico e cultural; entretanto, este não se faz acompanhar de um projeto que criasse condições reais para o desenvolvimento social. Percebe-se a exploração da mão-de-obra não-especializada e de baixa remuneração, intensa desigualdade, má distribuição de renda, inchaço populacional e proliferação de favelas e cortiços escondidos atrás de uma cidade dita moderna – um Rio Grande de cartão postal (BITTENCOURT, 2001, p.69, apud, MARTINS, 2006, p.175).

Como afirma o autor, o crescimento econômico nem sempre acompanhou o desenvolvimento social, fato muito perceptível na cidade do Rio Grande. A industrialização não significou melhores condições de vida, nem salários dignos para os trabalhadores da cidade, no entanto, desenvolveu um forte movimento operário e proporcionou a criação de inúmeros sindicatos, associações e sociedades culturais e classistas. É perceptível um ambiente de

tensão social típico de cidades operárias. Em vários momentos isso fica evidente na emergência de conflitos que permeiam a trajetória desse município. Para Beatriz Loner

Sua posição geográfica estratégica e o fato de ter sido o primeiro núcleo oficial de povoamento no Estado, tornou-a uma cidade com grande quantidade de órgãos oficiais e numerosos funcionários, necessários para o gerenciamento da alfândega, porto e demais aparatos administrativos da cidade. População menor, uma elite menos sofisticada e rica, uma concentração operária maior, além da existência do porto, com sua facilidade de comunicações com outras regiões e países, tornaram Rio Grande uma cidade com maiores potencialidades para o desenvolvimento da organização operária (LONER, 1999, p.66).

Loner focou seu estudo nos anos de 1888 a 1937 e discute como se formaram e organizaram as associações classistas das diferentes categorias de trabalhadores das cidades de Rio Grande e Pelotas. De acordo com a autora, os principais movimentos grevistas dessas cidades, durante a República Velha, se deram entre os anos de 1917 e 1919, tendo esses anos, assim como os posteriores, contados com intensas mobilizações operárias.

O movimento operário pelotense era mais organizado que o riograndino, no entanto, ele era menos radical, pois Pelotas, por ter uma elite urbana consolidada, controlava mais efetivamente seus empregados. Assim, o movimento operário de Rio Grande “conhecerá uma maior alternância, em seus ciclos de desenvolvimento e desorganização, mas também será mais radical e configurará características mais puramente classistas e operárias às suas manifestações” (LONER, 1999, p. 9).

Segundo a mesma autora, tanto Rio Grande quanto Pelotas tinham, no período entre 1888 e 1930, um dos movimentos operários mais fortes do Estado, por vezes ultrapassando o de Porto Alegre “em termos de estrutura organizacional e condições políticas, o que se evidenciou na quantidade de jornais e associações de vários tipos que foram criadas, bem como na participação em congressos e eventos, nacionais e regionais” (LONER, 1999, p. 229).

Para Edgar Gandra,

A classe operária riograndina desempenhou, em sua trajetória, uma ativa movimentação na vida político-social do município, terminando por moldar uma imagem que pode ser sintetizada na denominação “Rio Grande, a cidade vermelha”. Essa nomeação é herdeira da intensa participação dos trabalhadores em processos reivindicatórios, liderados, geralmente, por grupos de esquerda (GANDRA, 1999, p. 12).

Nesse cenário, uma sociedade obreira que obteve grande destaque foi a Sociedade União Operária (SUO), fundada em 1894. Essa se constituía como uma referência para todas as categorias de trabalhadores da cidade, pois atuava como uma associação não vinculada a sindicatos e partidos, representando trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados. Assim, a SUO era reconhecida como verdadeira representante dos interesses dos trabalhadores, “atuando como dinamizadora do movimento sindical e popular”. Após a instauração do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), sua não vinculação ao Estado, como sindicato oficial, tornou-se uma vantagem, pois ao não estar limitada às leis sindicais, não tinha suas diretorias submetidas ao crivo do Governo. Isso permitia uma atuação mais autônoma, o que proporcionou a realização de importantes embates contra o governo. Obviamente essa posição combativa lhe rendeu uma forte repressão. E, ao mesmo tempo, o reconhecimento de ser um locus de luta e organização, ou seja, um ponto de referência da cidade. A Sociedade União Operária era um “local natural de reuniões conjuntas da classe, acumulava a responsabilidade de sediar inúmeros sindicatos durante toda a década, cobrando módicos aluguéis, ou cedendo o lugar gratuitamente a sindicatos em estágio inicial de formação” (LONER, 1999, p. 481-2).

A Sociedade União Operária ocupava um lugar importante na vida dos operários riograndinos, pois conseguiu congregá-los em vários projetos culturais, educacionais, esportivos e classistas, independentemente da categoria que pertenciam e da filiação ideológica.

Se as primeiras duas décadas do século XX foram marcadas por uma crescente mobilização dos trabalhadores, a década de 1930 foi caracterizada por certo refreamento nas mobilizações, devido às características do

governo/ditadura de Getúlio Vargas, aos sindicatos e trabalhadores. Para Beatriz Loner

Na década de 30, não surgiram tantas greves como em outras. Cronologicamente, elas se concentraram nos anos do meio da década, até a decretação do Estado Novo. Logo após a revolução de 30, devido a um maior aumento da repressão sobre os movimentos de trabalhadores, praticamente nenhuma greve teve lugar. Nos anos seguintes, elas foram escassas, devido ao impacto inicial das leis trabalhistas e sindicais (LONER, 1999, p. 516).

Assim, a Era Vargas ficou marcada pela tentativa de disciplinamento do operariado nacional e buscou o controle de suas ações através do sindicalismo imposto pelo Estado. Apesar das amarras, o movimento operário não deixou de agir e pensar de maneira autônoma, no entanto, teve que seguir de forma mais cautelosa.

Entretanto, nos anos finais de década de 1940 e o início da década de 1950, a cidade do Rio Grande contou, segundo Mário San Segundo (2009), com a rearticulação das associações/sindicatos operários e com a retomada dos grandes movimentos grevistas e reivindicatórios, como foi o caso das paralisações de 1949 e 1952, e a manifestação do 1º de maio de 1950. Essas, *grosso modo*, lutavam por melhores salários e contra o aumento do custo de vida, principalmente dos gêneros alimentícios. Essas mobilizações sofreram intensa repressão policial e condenação por parte da mídia e de alguns grupos políticos. Além disso, a violência direcionada aos manifestantes era uma prática rotineira e justificada como necessária para a defesa da cidade contra a expansão do comunismo.

No entanto, o fato de mesmo com a repressão terem ocorrido diversas greves e manifestações no período, alerta para outra questão a respeito do controle social, que é a possibilidade dos indivíduos e grupos se contraporem à dominação, pois não são receptores passivos, que não possuem capacidade de romper com o conformismo, mesmo que sobre coação, embora nem sempre isso aconteça. Isso explica o fato dos operários riograndinos, mesmo sobre coação policial e sendo ameaçados de serem punidos como comunistas, terem ido às ruas em vários momentos em busca de suas reivindicações (SAN SEGUNDO, 2008, p.13).

Como demonstram esses autores, nas diferentes lutas e contextos que analisaram, o movimento operário riograndino passou tanto por momentos de

erupção, como de refreamento, de acordo com as possibilidades de atuação estabelecidas nos anos que abordaram. Segundo um dos ferroviários riograndinos, entrevistado para este trabalho, ao se referir à organização desses trabalhadores entre os anos finais da década de 1950 e o começo da de 1960,

Os caras reivindicavam mesmo e tinha muito funcionário na época. Na época tinha aqui mil e poucas pessoas. [...] Entre depósito, oficina, estação. [...] Teve muitas [greves]. A maior [parte] das vezes era por salário. [...] E às vezes apoiavam outras categorias, que eles nos apoiavam também.⁴⁵

Os ferroviários riograndinos (devido ao número expressivo de trabalhadores e das diversas associações⁴⁶ que os representavam) constituíam-se em uma categoria de destacada importância, visto que se organizavam seguidamente em vários movimentos grevistas, para reclamar contra atrasos de pagamento, reivindicar maiores salários, melhores condições de trabalho, entre outros motivos. Esses também tinham por prática fazer paralisações em apoio a outras categorias, como a dos professores, bancários e dos municipais.

Para San Segundo, os trabalhadores riograndinos tinham uma composição política bastante heterogênea entre o final dos anos 1940 e o começo dos anos 1950. Segundo o autor, “Havia comunistas, que institucionalmente estavam sob a sigla do PSP, trabalhistas do PTB e, talvez, alguns trabalhadores organizados no PSD, pois este possuía ala trabalhista em anos anteriores (SAN SEGUNDO, 2009, p. 114)”. Também havia, em menor escala, grupos de trabalhadores ligados à UDN e à organização da liga católica operária.

O começo da década de 1950 foi, de acordo com Carlos Oliveira (2011), marcada por um grande otimismo em Rio grande, sendo caracterizada

⁴⁵ Entrevista realizada pela autora em 16/12/2011, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Ney Quegles de Moraes.

⁴⁶ A partir de 1946, a Coligação Pró-Reivindicações, congregava quase todos os ferroviários desta cidade. No entanto, havia dentro dessa Coligação, representantes de várias entidades existentes em nível estadual e nacional. Por isso usa-se, nesse artigo, a denominação de associação, não as nomeando diretamente, devido a elas serem múltiplas.

como a “década de ouro”. No entanto, essa euforia não durou muito tempo, pois no final dessa década e adentrando a de 1960, houve fechamentos e/ou crise de inúmeras fábricas têxteis e de frigoríficos, conseqüentemente, com um grande número de trabalhadores desempregados, o que trouxe uma grave crise e recessão econômica para a cidade. Tal crise, segundo Martins (2006, p.178) só não foi pior porque boa parte desses trabalhadores se incorporaram ao parque industrial pesqueiro que passava por uma importante ampliação.

Rio Grande já vinha perdendo espaço industrial para outros estados, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro, os quais conseguiam vender seus produtos por um preço mais baixo, graças à localização próxima aos mercados consumidores. Além disso, o mercado internacional que Rio Grande conquistara, ao recuperar sua economia após o fim da Segunda Guerra Mundial, passou a diminuir expressivamente sua importação. Assim, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma forte estagnação econômica, devido ao fechamento de inúmeras fábricas e ao desemprego que elas causaram. Esse foi um dos elementos agudizador das mobilizações que emergiram nesse período.

Nesse sentido, um grande número de mobilizações do movimento operário riograndino, ocorreu na cidade entre os anos de 1954 a 1964, foram 41 greves, realizadas por aproximadamente 15 categorias diferentes.⁴⁷ A partir da metade da década de 1950 houve a consolidação e formação de muitos sindicatos na cidade. Também foi nessa década que vários sindicatos se consolidaram, como o Sindicato de Carnes e Derivados em 1956, Sindicato dos Portuários em 1959, o Sindicato dos Caminhoneiros em 1958, o Sindicato dos Arrumadores em 1956, entre outros.

Apesar da recessão econômica da década de 1960, foi nesse momento que Rio Grande apresentou um aumento populacional considerável, gerando um “crescimento da urbanização em áreas irregulares” (SOUZA, 2011, p. 37), como demonstrado no quadro 1. Nas décadas seguintes percebeu-se a manutenção desse aumento, mas, nesse caso, decorrente da implantação do

⁴⁷ Informação retirada de San Segundo, 2009. Apud, levantamento IESP/PUC (Petersen, 1980-1981).

Distrito Industrial e do Superporto, os quais atraíam muitos trabalhadores em busca de emprego.

Quadro1 - População do município do Rio Grande entre 1890 e 2010.

Ano	População
1890	24.653
1900	29.492
1920	50.500
1940	60.802
1950	77.915
1960	100.378
1970	116.488
1980	146.214
1991	172.422
2000	186.544
2010	197.228

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Vieira (1983). Retirada de Paulo R. Salati de Souza, 2011, p. 37.

Efetivamente, em relação ao desenvolvimento industrial, a década de 1970, contou com uma injeção de investimentos na cidade e uma retomada de seu crescimento, com a construção de um novo Porto, o chamado Superporto e de um Distrito Industrial, o qual substituiu as indústrias de bens não-duráveis, por indústrias de bens intermediários. Também foi criada, em 1969, a Universidade Federal do Rio Grande, a qual já atuava como universidade privada, desde 1953, com cursos de Engenharia.

Na década de 1970 o município viveu seu próprio “milagre econômico”.⁴⁸ Segundo Leandro da Costa, “Depois de décadas de crises fabris que prejudicaram o desenvolvimento de Rio Grande, o complexo industrial-portuário se apresentava como o grande responsável pela recuperação econômica do município” (COSTA, 2012, p. 129). Dessa forma, “o município esteve afinado aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) os quais consistiam na afirmativa de que ‘não há segurança nacional sem desenvolvimento econômico’” (COSTA, 2012, p. 125). Parte desses investimentos só foram possíveis graças à interferência direta do General de Golbery do Couto e Silva. Este, por ser natural de Rio Grande, interferia diretamente nos recursos enviados à cidade. Ainda, de acordo com Costa,

[...] o contexto político e econômico militarizado das instituições públicas e organizações privadas em virtude dos avanços estruturais em setores importantes da economia local, bem como, da propaganda sempre favorável aos militares, verificável através das páginas do *Jornal Rio Grande*, demonstram que no decorrer da década de 1970, em Rio Grande, existiu uma eficiente estrutura de legitimação do regime autoritário que acabou aliciando diversas parcelas da sua população, fazendo com que grande parte da sociedade da época sentisse uma sensação de amparo, proteção, ou até mesmo de apadrinhamento por parte dos militares (COSTA, 2012, p. 126).

Por conseguinte, grande parte da população riograndina acabou legitimando a ditadura civil-militar, por se sentir apadrinhada pelos investimentos trazidos para o município e, de certa forma, acabou sendo negligente com a repressão. Obviamente, a censura imposta aos meios de comunicação, juntamente com a propaganda massiva em favor do regime político, realizada principalmente pelo *Jornal Rio Grande*, acabaram por auxiliar no aliciamento da população.

Golbery do Couto e Silva adquiriu grande destaque na cidade justamente por intermediar os investimentos econômicos trazidos para ela.

⁴⁸ Os anos de 1968 a 1973, ficaram conhecidos como os anos do “Milagre Econômico” brasileiro, devido as altas taxas de crescimento industrial. “O aumento da taxa de crescimento devia-se ao aumento total de investimentos estrangeiros e a um amplo programa de investimentos do Estado, aplicando fundos de instituições internacionais de crédito. Este último fator provocou dramática elevação da dívida externa, que de um total de 3,9 bilhões de dólares em 1968 saltou para mais de 12, 5 bilhões de dólares em 1973” (ALVES, 2005, p.177).

Este “apesar de viver à sombra de quase todos os generais ditadores que presidiram o Brasil entre 1964 e 1985, [...] é dono de uma biografia relativamente conhecida”. Nas diversas vezes que foi descrito, “ressaltam-se sua inteligência, seu espírito arдил e sua impressionante capacidade de manipular o poder (COUGO, 2012, p.209)”. Em sua trajetória, o golpismo é predominante, pois tramou a deposição de alguns presidentes legalmente eleitos (Juscelino Kubitschek e Jango), e efetivou diversas medidas que visavam desestruturar e diminuir o poder desses.

Em 2011, foi proposto por parte dos vereadores de Rio Grande a construção de um busto para homenagear o citado General, conhecido, por muitos, como benfeitor e filho ilustre da cidade. Essa homenagem gerou grande polêmica tanto na cidade, como fora dela. “Evidentemente, os defensores da homenagem ao “benfeitor” Golbery não citaram as manobras pouco usuais e nada democráticas do general para “beneficiar” sua cidade de origem (COUGO, 2012, p.212)”. Além de ter no seu histórico o desrespeito aos valores democráticos, Golbery também foi responsável por muitas perseguição, espionagem, prisão, torturas e morte de inúmeros brasileiros que se colocaram contra à Ditadura civil-militar. Graças a mobilização de muitas pessoas da cidade e entidades defensoras dos direitos humanos este busto não foi erguido.

Diante do exposto, é importante salientar algumas especificidades de Rio Grande, visualizadas por quase todo o século XX. Pode-se afirmar que a cidade possuía certo ritmo/movimento operário, contando com diferentes espaços fabris, além do porto e da ferrovia, bem como vilas e bairros, os quais se constituíam basicamente de trabalhadores, que marcaram intensamente o tecido social da cidade. Outros ambientes culturais, como clubes esportivos, teatro e cinema, voltados para um público operário também, ajudaram a consolidar a imagem de Rio Grande como uma cidade operária e uma “cidade vermelha”.

2.2 Histórico dos Ferroviários Gaúchos

No decorrer do século XX, em um período de modernização capitalista, várias profissões foram ganhando espaço e reconhecimento público na sociedade brasileira, inserindo-se em lutas políticas e sendo influenciadas por inúmeras ideologias, como a liberal, a socialista e a anarquista, — num primeiro momento — e mais tarde por correntes comunistas e trabalhistas. A busca por direitos foi um processo longo e complexo, pois contou com a quebra de preconceitos ao trabalhador braçal/fabril e sua difícil inserção como cidadão na sociedade brasileira.⁴⁹

Dentre as diversas categorias profissionais do país, os trabalhadores ferroviários se destacaram devido à importância estratégica do transporte ferroviário para o Brasil, o qual se constituiu, até a década de 1950, como o principal meio de transporte do país. Devido ao fato dos trabalhadores ferroviários terem o “controle” das rotas de transporte, de passageiros e de cargas, para as diferentes regiões do Brasil, a vigilância e a disciplina desses era algo muito visado pelas empresas ferroviárias e pelos grupos econômicos que dependiam desse setor para transportar seus produtos. Logo, suas paralisações eram fortemente sentidas pelos setores que dependiam do transporte ferroviário.

No Rio Grande do Sul, os ferroviários ganharam notória importância desde o final no século XIX, mas foi a partir do século XX que galgaram maior destaque, através de uma série de lutas para a conquista de seus direitos e da sua inserção cidadã e econômica dentro das cidades do RS. Suas lutas acabaram por repercutir de forma intensa na sociedade em que estavam inseridos. A forte mobilização dos ferroviários em prol de condições mais dignas de vida e trabalho fez com que eles garantissem a conquista de muitos direitos legais antes de outras categorias. Isso propiciou que adquirissem certa

⁴⁹ Vários autores discutem esse momento, como Ângela de Castro Gomes e José Murilo de Carvalho.

estabilidade tanto em questões salariais, como em assistência à saúde e alimentação, além de um sistema de previdência. “Até pelo menos 1963 foi possível aos ferroviários manterem a equiparação de seus salários, com reajustes periódicos que permitiam enfrentar a desvalorização inflacionária”. (FLÔRES, 2009, p. 301).

Obviamente, esses direitos só foram conquistados através de muita luta e um crescente processo de politização desses trabalhadores. Seus movimentos paredistas e/ou grevistas acabaram por formar certa cultura reivindicatória, pela qual os ferroviários passaram a ser reconhecidos e se reconheceram como uma categoria organizada, lutando permanentemente em prol da conquista e ampliação de seus direitos. De acordo com Lima, os ferroviários “podem ser considerados não somente como uma categoria profissional, mas como uma cultura, construída a partir de experiências comuns transformadas ao longo de gerações em uma tradição, fator central na construção de sua identidade” (LIMA, 1998, p.04-05, apud FLÔRES, 2009, p. 93).

Ao mesmo tempo em que os ferroviários ficaram conhecidos como uma classe bastante reivindicativa, outra característica que os identificou por longos anos, principalmente entre as décadas de 1920 a 1970, foi a definição deles como uma “elite operária”. Algumas características ajudaram a formar essa imagem de uma categoria privilegiada: possuírem salários altos, se comparados a outros operários⁵⁰ e estabilidade no emprego. No entanto, “tratar a questão salarial, ou seja, a existência de salários acima de média como um indício de privilégio para os ferroviários, traz ambiguidade e requer relativizações”, pois, a principal motivação de suas greves sempre foi a questão salarial. Assim, o rótulo de “elite operária” pode obscurecer a trajetória, as lutas e os conflitos de uma categoria que foi protagonista ativa de suas conquistas. Deve-se “percebê-los como trabalhadores ferroviários construindo-se como tal num longo processo de lutas, com acertos e desacertos, vitórias e derrotas, avanços e recuos” (PETUBA, 2012, p.85-99).

⁵⁰ Essa representação está associada, na maioria das vezes, a memória política de várias cidades pequenas que só se desenvolveram graças à implantação da estrada de ferro. Assim, os trabalhadores dela foram considerados como uma pequena elite dentro dessas cidades.

O historiador João Rodolpho Amaral Flôres (2009), afirma que os ferroviários gaúchos buscaram uma independência frente aos poderes públicos e uma não vinculação de sua classe à correntes políticas e ideológicas. Isso teria permitido que eles pudessem negociar com várias agremiações político-partidárias com maior “liberdade”, sem ter o comprometimento de seguir uma determinada postura. Flôres interpreta essa prática como *pragmatismo* político, ou seja, uma série de ações que teriam um sentido mais “utilitarista” visando o “reconhecimento do grupo profissional, pela sociedade e pelo Estado”, mas não desejando alterar a estrutura social em que viviam. Para o autor,

[...] as ações políticas dos ferroviários do Rio Grande do Sul foi permanente, ainda que ideologicamente pouco consistente em termos de compreensão, aceitação e validação. Talvez, a política fosse para essa categoria profissional apenas o meio de alcançar as tão desejadas melhorias laborais e sociais, estas sim, um marca na história dos ferroviários gaúchos (FLÔRES, 2009, p. 82).

Dessa forma, o autor visualiza que as entidades sindicais ferroviárias mantiveram uma posição isenta de comprometimento político, se preocupando, segundo ele, apenas com ganhos materiais, não se posicionando, assim, num verdadeiro enfrentamento de classes. Atitude esta que para ele, não teria representado absenteísmo político.

Ao se referir a uma das entidades ferroviárias, a Cooperativa de Consumo dos Empregados da VFRGS (COOPFER), Flôres afirma que esta se tornou um atrativo que seduziu os ferroviários a seguir “a máxima do ‘reformular para não mudar nada’, ou pouca coisa, a perspectiva de inclusão do proletariado no seletivo grupo dos até então privilegiados grupos sociais, ou seja, estratos da burguesia urbana e rural” (FLÔRES, 2009, p. 63).

O autor concorda que muitos ferroviários, (os militantes, principalmente) tinham uma posição política assumida e eram, ou filiados ou simpáticos a diferentes correntes ideológicas, como a comunista, a socialista ou a trabalhista. Assim como percebe, a inserção de alguns ferroviários na vida pública, muitas vezes como vereadores ou deputados. No entanto, segue sua

argumentação, afirmando ser a categoria dos ferroviários despreocupada com as questões políticas do Estado e do país.

Parte de sua argumentação está baseada no fato de as associações ferroviárias não se declararem como seguidoras de alguma vertente política ou ideológica. Questionando Flôres, tem-se presente que dificilmente alguma categoria de trabalhadores se assume como adepto de uma única corrente política, pois o conjunto de trabalhadores é muito heterogêneo e, provavelmente, não possui uma opinião coesa sobre filiações políticas. Quem a faz geralmente, são os líderes sindicais. Esse tipo de atuação não é exclusiva dos ferroviários, é sim, uma posição adotada de quase todas as categorias de trabalhadores. Aliás, é lugar corrente nos estudos sobre história do trabalho, que as entidades não assumem explicitamente seus vínculos com entidades partidárias.

Outra posição sobre a qual se discorda do autor é o fato dos ferroviários pensarem apenas na sua classe e não se preocuparem com os caminhos políticos do país, estando interessados apenas em conquistar benefícios para sua categoria. A partir das fontes analisadas para este trabalho e das demais literaturas consultadas, pôde-se verificar o contrário. As fontes revelam a inserção dos ferroviários nas discussões políticas do momento, sendo que muitas de suas reivindicações eram referentes à conquista de melhorias a outras classes e em prol de mudanças estruturais para o país, elementos que serão melhor explorados no decorrer do capítulo.

Logicamente não se analisou um período tão amplo como o autor, o qual contribuiu de forma significativa em muitos pontos desse trabalho. Apenas não foi possível visualizar, na minha pesquisa, as ações políticas dos ferroviários do Rio Grande do Sul, como “pouco consistente ideologicamente”. Acredita-se que não é possível confundir a emergência de uma cultura reivindicatória por direitos com simples pragmatismo político.

Não se pretende com isso afirmar que todos, ou em todos os momentos, os ferroviários gaúchos se preocuparam com causas que fossem além das suas, ou que sempre estiveram envolvidos em mobilizações políticas.

Objetiva-se sim, salientar que num grupo tão grande e heterogêneo de trabalhadores dificilmente se encontra um consenso e que nem sempre eles precisam ser coerentes em todas as suas ações para provar que estão lutando em prol de sua classe. De acordo com Fabrício Moura,

O espaço ferroviário representa um espaço de trabalho composto por diversas categorias, nas quais os conflitos entre o pessoal do pátio e dos escritórios são constantes, evidenciando-se, desta maneira, as diferenças existentes entre os trabalhadores, bem como os momentos em que se estabelecem as redes de solidariedade, ao mesmo tempo, existe a busca de a empresa impor, através da disciplina, modelos de comportamento ao trabalhador ferroviário, compatíveis a uma empresa inserida em um processo capitalista, provocando entre os trabalhadores o desenvolvimento de algumas formas de resistência (2007, p. 59-60).

Como bem coloca Moura, existiam inúmeras diferenças entre os ferroviários, muitas vezes devido ao cargo que ocupavam e suas respectivas remunerações e outras por diferenças pessoais. Aconteciam, frequentemente, atritos entre os que exerciam chefias e os subordinados. Apesar dessas diferenças, muito comuns num grupo de trabalhadores tão heterogêneo, “é possível verificar ações solidárias entre os operários, desde as diferentes repartições ou da mesma seção até fora dos limites da ferrovia” (MOURA, 2009, p. 71).

Com referência às suas associações, o ano de 1958 foi emblemático. Naquele, os ferroviários gaúchos fundaram uma importante associação, a União dos Ferroviários Gaúchos (UFG), com sede em Santa Maria, que foi muito importante para a articulação das lutas, a partir de então. Para Moura, a UFG se constituiu para ser uma entidade mais democrática dentre as existentes até então, evitando o centralismo das decisões e discutindo permanentemente com os principais núcleos ferroviários do Estado (Passo Fundo, Rio Grande, Bagé, Pelotas, Santo Ângelo, Alegrete, Cacequi Uruguaiana, Rosário, Livramento e Cruz Alta). A UFG passou a organizar os principais movimentos grevistas, as assembleias e as pautas reivindicatórias (2009, p. 74-5). No caso específico de Rio Grande quem exercia essa função e fazia a ligação com a UFG era a Coligação Pró Reivindicação. Uma das principais pautas da UFG foi a perspectiva de federalização da VFRGS.

As discussões sobre a federalização da Viação Férrea se iniciaram no ano de 1957. O governador do RS, na época Ildo Meneguetti – PSD, alegava que sua venda era necessária, devido ao grande déficit que a VFRGS estava causando ao Estado e à falta de recurso que este teria para fazer os investimentos necessários para a revitalização dela.⁵¹ Assim, no ano de 1957 foram firmadas as primeiras tratativas da federalização, mas só em 1959 foi assinado o Termo de Acordo que determinava a reversão da administração da ferroviária gaúcha para a União, passando a VFRGS a integrar à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (esta última criada pela lei nº 3.115, de 16 de março de 1957).

Os ferroviários gaúchos iniciaram uma série de mobilizações no intuito de tentar impedir a venda da VFRGS. Em 1957 ainda não se sabia se ela seria vendida a setores privados ou públicos. Nesse sentido, esses trabalhadores tinham receio de perder uma série de conquistas já estabelecidas junto ao Estado, como a estabilidade, os níveis salariais, e até o próprio emprego. De acordo com João Rodolpho Amaral Flôres

Deve ser salientado, que nos meses que antecederam a federalização definitiva da VFRGS, foi protagonizada, pelo governo estadual, uma série de perseguições aos ferroviários, por estes terem demonstrado sua contrariedade a tal medida ou porque haviam tido participação em greves anteriores. Nessa ocasião, diversas críticas foram dirigidas ao governo estadual dirigido por Ildo Meneghetti (PSD) que no decorrer do seu governo determinou um tratamento de choque às paralisações dos ferroviários, bem como foi o responsável pelo encaminhamento político das negociações que levaram à federalização da empresa (FLÔRES, 2009, p. 219).

Como demonstra o autor, não foram amigáveis as negociações/conversações entre os ferroviários e o governo do Estado, principalmente quando esse começou a enfrentar uma série de paralisações e pressões dos trabalhadores contra a federalização. Assim, a federalização não se deu apenas pelas questões econômicas, se tratou também de um movimento político efetivado no intuito de neutralizar e controlar a força dos ferroviários. Logo, esses trabalhadores “eram os mais visados pelas “novas

⁵¹ A VFRGS contava com inúmeras dívidas e o descumprimento de vários acordos salariais.

políticas”, porque paralisavam setores vitais da economia. Então, o fator modernização e a diversificação dos transportes passaram a ser pontos-chaves de neutralização da situação vigente” (FLÔRES, 2009, p. 264).

Ademais, considerando o descontentamento dos trabalhadores ferroviários com essa nova situação, foi firmada em 1961 a Lei de Reversão, entre o governo federal e o Estado do RS. Essa Lei decretava que ficavam “extensivos aos servidores públicos ferroviários do RS todos os direitos e vantagens assegurados aos demais ferroviários brasileiros incorporados à RFFSA, inclusive os novos níveis salariais e o abono-família, fixados pela lei ^o 3.826 de 23 de novembro de 1960, desde que superiores aos vigentes na VFRGS”.⁵² O salário dos ferroviários ficou como responsabilidade tanto da RFFSA, como do Estado. Pela lei 4937/65, a RFFSA era responsável pelo salário pago até o limite de suas próprias tabelas e dentro dos respectivos níveis. Ao Estado cabia a responsabilidade das diferenças de vencimentos e excedentes.

Assim, os ferroviários gaúchos, ficaram dotados como funcionários Estatutários do RS cedidos à União. Isso demonstra sua capacidade de organização ao conseguir reverter uma situação que estava posta como dada.

Feita essa pequena trajetória dos ferroviários gaúchos, é importante salientar que estes trabalhadores, constituíram ao longo de sua história uma identidade ferroviária, marcada por intensas lutas em prol dos seus direitos. Independentemente das disputas internas que os podiam diferenciar e afastar, esses trabalhadores se uniam, se entendendo enquanto classe e/ou grupo, em momentos decisivos para a conquista de direitos. Estavam assim, ligados a uma cultura reivindicatória, visualizada na maioria de suas ações.

⁵² www.direitoenegocios.com.br/l3887.htm

2.3 Trabalho e Luta: Os ferroviários de Rio Grande e suas mobilizações nos anos 1960 a 1964

A Estação Férrea de Rio Grande, fazia parte do 4º Distrito de Transporte, e estava entre as principais estações do RS, juntamente, com as das cidades de Cacequi, Cruz Alta, Diretor Augusto Pestana, Livramento, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana. Rio Grande contava em 1960 com cerca de dois mil trabalhadores. O Rio Grande do Sul possuía um total de 15.607 ferroviários⁵³.

A principal linha que a Estação de Rio Grande fazia, era *Rio Grande-Cacequi*, contando com 480,976 km de extensão⁵⁴. Esta saía de Rio Grande e passava por várias cidades, com Pelotas, Pedro Osório, Jaguarão, Pinheiro Machado, Bagé, Lavras do Sul, São Gabriel, até chegar em Cacequi. De Cacequi, havia a ligação para Santa Maria, Porto Alegre e demais entroncamentos ferroviário que levavam a outras cidades do Estado. Não havia uma linha direta entre Rio Grande e Porto Alegre. As linhas e ramais ferroviários do RS possuíam um total de 3454, 214 km⁵⁵. O Mapa 1 (Anexo I), de 1963, mostra as linhas da VFRGS/RFFSA e também contempla o traçado do corredor de exportações de Rio Grande.

Os ferroviários riograndinos se dividiam em três principais funções: 1) aqueles que trabalhavam na estação e ao longo do deslocamento, na condução e manutenção dos trens e dos trilhos; 2) os ferroviários que trabalhavam nas oficinas de construção de vagões e 3) os que trabalhavam nos depósitos de máquinas, guardando-as e consertando-as. Ainda havia os que trabalhavam nos escritórios, fazendo o trabalho burocrático/administrativo, e os engenheiros. Entre as diversas funções exercidas estão, maquinistas, foguistas, guarda-freios, artífice de mecânico, telegrafista, carpinteiro, entre

⁵³ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS – Museu do Trem – São Leopoldo/ Relatório da Viação Férrea do Rio Grande do Sul de 1960, p.45. AG3/103.

⁵⁴ AMARAL, Attila. Primórdios e desenvolvimento do transporte ferroviário no Rio Grande Sul. Ministério dos Transportes, 1970, p.124

⁵⁵ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS – Museu do Trem – São Leopoldo/ Relatório da Viação Férrea do Rio Grande do Sul de 1963, p.8. AG3/113

outras⁵⁶. Optou-se por generalizá-los como ferroviários e não especificar ao logo do texto os ofícios que exerciam, mas é importante destacar que as ocupações tinham hierarquias diferentes. Entretanto, excluindo-se os engenheiros e os administradores, se percebe um certo padrão econômico e social entre eles, o qual também servia para unificar a categoria.

No começo dos anos 1960 os ferroviários riograndinos contavam, pelo que foi possível mapear, com quatro associações, a Coligação Pró Reivindicação; a Assistencial do Pessoal de Máquinas; a Associação dos Ferroviários Sul-Rio-Grandense e Associação dos Aposentados e Pensionistas de Rio Grande⁵⁷. Dessas, a Coligação Pró Reivindicação, fundada no ano de 1946, assumia o papel mais importante, pois era ela quem congregava a maior parte dos trabalhadores e reunia as demais associações quando da necessidade de realizar assembleias de toda a classe e tomar decisões conjuntas. A criação/manutenção de entidades que não fossem atreladas aos sindicatos oficiais era uma forma de fugir do controle do Estado e manter um movimento mais autônomo.⁵⁸ Também, por muito tempo, não era permitido aos funcionários ligados ao Estado ou a União criarem sindicatos oficiais. Isso só foi possível com a constituição de 1988.

⁵⁶ A tabela de cargos 1966, informa todos os ofícios ferroviários. Eles são: Agente; Agrônomo; Ajudante de Foguista; Ajudante de Maquinistas de Locomotiva Diesel; Ajudante de Operador de Usina; Ajudante de Reparador de Bomba; Analista; Aparador; Armazenista; Artífice; Artífice Especial; Assistente Administrativo e Técnico; Auxiliar Administrativo e Técnico; Auxiliar de Analista; Auxiliar de Armazenista; Auxiliar de Assistente Social; Auxiliar de Enfermagem; Auxiliar de Escrita; Auxiliar de Guarda-Fios; Bagaceiro; Bombeiro; Camareiro; Carregador; Chefe de Trem; Conferente; Contador; Contínuo; Copista; Desenhista; Educador Sanitário, Encarregado de Parada; Engenheiro; Escrevente; Escriturário; Feitor; Feitor Especial; Foguista; Foguista de Motor; Fornecedor de Material; Guarda; Guarda-Chaves; Guarda-Fios; Guarda-Fios Especial; Guarda-Freios; Imediato; Manobreiro; Manual; Maquinista de Locomotiva Diesel; Maquinista de Locomotiva a Vapor, Maquinista de Motor; Médico; Motorista; Oficial Administrativo e técnico; Operário; Operador Mecanógrafo, Operador de Usina; Porteiro; Porteiro de estação; Praticante de Conferente; Praticante de Maquinista; Praticante de Operador; Praticante de Telegrafista; Químico; Reparador de Bomba; Seccionista; Servente; Técnico Contábil; Telefonista; Telegrafista; Topógrafo; Trabalhador; Zelador de Materiais. Nesse ano alguns cargos já haviam sido excluídos. Mas é importante nomeá-los para se ter a dimensão de profissões que a Rede englobava e a necessidade de homogeneizá-los como ferroviários.

⁵⁷ Optou-se por não trabalhar com a Associação dos Aposentados, enfocando apenas as atividades do pessoal ativo.

⁵⁸ O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) criou uma estrutura sindical atrelada ao Estado, a qual foi mantida com o termino de seu governo. Essa estrutura não permitia muita mobilidade aos sindicatos e tentava mantê-los tutelados aos projetos do Estado, limitando seus direito de greve e de livre expressão.

Como exposto anteriormente, a organização dos ferroviários gaúchos remonta às últimas décadas do século XIX. Na cidade do Rio Grande, houve várias tentativas de organização, entre os funcionários da Viação Férrea “como uma cooperativa em 1913, uma associação vinculada à SUO em 1916 e por fim, a Associação dos empregados na Viação Férrea no Rio Grande do Sul, fundada em 10/4/1927” (LONER, 1999, p. 108). Não se tem informações da existência de entidades anteriores a esse momento. No entanto, sabe-se que a partir da consolidação da Associação dos Empregados elas se diversificaram bastante. Devido ao grande número de empregados e as diversas ocupações que os trabalhadores da Viação Férrea tinham, é compreensível a formação de inúmeras e diferentes entidades, as quais cumpriam diferentes papéis. Havia aquelas que se dedicavam à funções reivindicatórias, preocupando-se com a conquista de direitos e o aumento de salários, enquanto outras se destinavam a assegurar atendimento médico e odontológico aos ferroviários e suas famílias. Havia também cooperativas que pretendiam fornecer produtos alimentícios e de primeira necessidade a preços mais baixos que os do mercado. Segundo Moura, a Associação dos Ferroviários Sul-Rio-Grandense tinha um caráter assistencial, preocupado com o bem-estar da família ferroviária, já a Assistencial do Pessoal de Máquinas tinha um cunho mais político, “envolvendo-se também com ações beneficentes ao trabalhador ferroviário” (2009, p. 87). No entanto, todas as entidades ferroviárias desempenharam algum tipo de papel reivindicatório em determinado momento de sua trajetória, estando em permanente comunicação e inseridas numa mesma cultura reivindicatória.

Para esta dissertação foi possível acessar apenas às atas da Coligação Pró Reivindicação, consultadas na Associação dos Ferroviários Aposentados de Rio Grande. O paradeiro e a existência da documentação das demais entidades é desconhecido. Apesar disso, nas atas da Coligação existem muitas informações das demais entidades, pois na maioria das assembleias da Coligação, a diretoria e alguns membros da Sul-Rio-Grandense e da Assistencial de Máquinas estavam presentes. Assim, pode-se perceber que muitos projetos da classe convergiam entre as diversas associações, pelo menos na década de 1960.

As atas da Coligação Pró Reivindicação referem-se às assembleias gerais ordinárias, extraordinárias e às reuniões da diretoria. As reuniões da diretoria discutem questões mais gerais e administrativas, como a entrada de novos sócios para a Coligação, os telegramas recebidos e enviados, os dias e as pautas das assembleias gerais e o encaminhamento dessas. As assembleias gerais decidem a ocorrência de greves, os representantes dos ferroviários em outras cidades, a aprovação de ações políticas e administrativas da entidade, entre outras coisas. Salienta-se, que a maior parte das transcrições das atas concentra-se no ano de 1960, porque muitas das pautas e das discussões acabam se repetindo no decorrer nos demais anos, assim optou-se por enfocá-las apenas uma vez. Observa-se também que foi corrigido os erros de português encontrados nas atas, para facilitar a compreensão dessas.

É preciso destacar que as atas tentam mostrar um consenso em volta das temáticas, afastando delas os maiores conflitos. Apesar de se ter deparado com muitas onde os conflitos e as disputas de opiniões se davam de modo aberto; a maioria delas priorizou mostrar a união da classe e os consensos. Considera-se essas atas, como um documento produzido por um grupo específico com um discurso próprio, os quais serviram para compreender a visão de mundo que os trabalhadores possuíam⁵⁹, bem como efetiva e legítima suas lutas, visto que servem como “prova” do acontecido.

Dito isso, a partir das atas das Assembleias Gerais da Coligação Pró Reivindicação, percebeu-se a grande articulação que a classe ferroviária riograndina tinha em nível estadual, devido à sua intensa participação nos processos de decisão e de reivindicação em prol da classe. Tal fato representa a capacidade de comunicação, agremiação e unicidade que esses trabalhadores mantinham na luta por direitos e em torno de objetivos comuns. Outro fato interessante é que poucas vezes os ferroviários de Rio Grande fizeram mobilizações desarticulados dos demais trabalhadores do Estado; isso só ocorria quando as pautas eram específicas da cidade, ou em apoio a outras

⁵⁹ GANDRA, 2009, p.18

categorias. Geralmente, mas não exclusivamente, as paralisações e as principais reivindicações se realizavam como movimentos unificados de todo o Estado.

Muitas reuniões da Coligação eram chamadas para decidir quais representantes iriam para as assembleias estaduais e também para definir qual seria a posição do núcleo de Rio Grande ao que se estava propondo. Notou-se, assim, um importante sistema de decisão conjunta e democrática entre os ferroviários gaúchos, pois era constante o deslocamento de representantes das associações ferroviárias de Rio Grande (em torno de cinco a dez vezes por ano), para as cidades de Santa Maria e Porto Alegre para assembleias gerais, construção de pautas reivindicatórias, deliberações de greves, entre outros motivos. Na maior parte das vezes os trabalhadores indicados para comparecerem a essas reuniões faziam parte da diretoria ou eram membros bem ativos da classe. Alguns nomes se destacam nesses processos, como o de Leonardo Germano, Miguel Gomes, Nery de Ávila e Emílio Martinez. Esses quatro ferroviários eram alguns dos mais engajados e aqueles que sempre estavam à frente das associações e dos movimentos reivindicatórios da categoria. Suas atuações se faziam muito presentes e marcantes dentro da cidade, tanto que, os três primeiros, foram presos, acusados de subversão, e proibidos de seguir comandando os núcleos sindicais, quando da deflagração do Golpe civil-militar de 1964.

Pensando o papel fundamental desses três ferroviários, é importante a compreensão da diferença entre militante, ativista e o conjunto da classe. Entende-se o

[...] militante como aquel individuo que se organiza en función de una organización política y al activista como el que lo hace en una social. En ambos casos son una minoría politizada, activa y fundamental dentro de la clase. Esta minoría cumple un papel clave en cuanto a la movilización social, a las reivindicaciones y a la capacidad de acción de la clase. Sin militantes y activistas, la clase lucha pero espontáneamente y rara vez logra superar el plano defensivo. Sin embargo, esta minoría politizada es pasible de separarse y aislarse del conjunto de la clase. Esto es lo que intenta hacer la represión [...]. En este sentido es posible derrotar a la militancia sin derrotar al conjunto de la clase, en la medida que se separan uno de otro. Evidentemente, debido a la vinculación entre ambos la derrota de los militantes tiene consecuencias y efectos sobre el conjunto de la clase,

pero no necesariamente conforma una derrota global. (POZZI, 2008, p.12).

Logo esses militantes/ativistas ferroviários, essa “minoría de linguagem articulada”⁶⁰ foram de fundamental importância para a organização de muitos movimentos paredistas e para a conquista de direitos. Tirá-los da ativa e os punir com violentas prisões e com a ilegalidade de suas ações teve por objetivo enfraquecer e “derrotar” a classe. No entanto, como explica Pozzi, se essas tiveram efeitos negativos, não significaram uma derrota global. Fato que será melhor abordado no terceiro capítulo.

Para visualizar esse ativismo, se aprofundará na análise nas atas dos ferroviários riograndinos. O conteúdo das atas da Coligação mostraram que as discussões e as preocupações da classe iam muito além da questão salarial, os trabalhadores tomando para si várias preocupações nacionais e reivindicando-as em conjunto com as pautas específicas de sua classe. Fato este que se observa pelas várias reivindicações dos ferroviários, de janeiro de 1960 a 1º de abril de 1964, enviadas ao governo estadual e/ou federal e aos diretores da Rede. Um exemplo dessa articulação da classe com os problemas nacionais foi uma paralisação estadual de 24 horas, ocorrida no dia 06 de julho de 1960, em prol do alcance das reivindicações citadas abaixo. Essas trataram tanto de conquistas para a classe, como para a cidade.

I. Pela aprovação da Lei Orgânica de Previdência Social. II. Pela regulamentação do direito de greve. III. Pela revisão do salário mínimo e profissional. IV. Pelo cumprimento da carta de reivindicações dos Ferroviários. V. Contra o alto custo de vida. VI. Contra o desemprego. VII. Por maior amparo a Indústria e ao Comércio. VIII. Pelo pagamento do dia de greve. IX. Por um porto livre para Rio Grande.⁶¹

⁶⁰ THOPSON, 2011, p.67

⁶¹ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 06/07/70, ata nº 150.

A partir dessas reivindicações nota-se que as preocupações dos ferroviários abrangiam várias temáticas, como o alto custo de vida, a previdência social e a revisão dos salários. Também, as demais pautas, que pediam maior apoio às indústrias locais, um porto livre para a cidade, e criticavam o desemprego, demonstram uma preocupação não apenas com sua categoria, mas com a dos demais trabalhadores e com a sociedade na qual estavam inseridos. Essas preocupações se faziam muito presentes na cidade de Rio Grande, porque esta passava, de acordo com Solismar F. Martins, nas décadas de 1950 e 1960, por uma retração no seu desenvolvimento industrial, com o fechamento de várias fábricas, “ocasionando o desemprego para milhares de operários” (2006, p. 28). A crise industrial de Rio Grande causava grande preocupação aos trabalhadores da cidade que se viam desassistidos frente ao poder público/político, principalmente em caso de demissão, tendo, esses, dificuldades de se recolocarem no mercado de trabalho.

Tem-se presente, também, que a inserção de pautas/reivindicações ligadas a problemas do país, era uma tendência do sindicalismo nacional, pois as demandas dos trabalhadores estavam “visivelmente ligadas aos grandes temas do debate político nacional” (MATTOS, 2009, p. 94). Logo, se nota que os trabalhadores da cidade estavam inseridos nas tendências nacionais, ou num padrão sindical existente no começo da década de 1960.

Outro exemplo da participação dos ferroviários nas questões nacionais foi a pauta enviada pela União dos Ferroviários Gaúchos (UFG), em março de 1960, para aprovação do núcleo de Rio Grande, prevendo paralisação para o dia 18 daquele mês. As mesmas exigiam:

- 1) Solução para os problemas da CAPFESP, especialmente pela manutenção do pagamento dos atestados médicos.
- 2) Contra a carestia de vida.
- 3) Pelo pagamento a todas as sedes, junto com as folhas de março, dos atrasados dos ferroviários.
- 4) Pagamento dos atrasados aos aposentados da V. Férrea.
- 5) Pagamento dos vencimentos atrasados da Brigada Militar, do Magistério e da Polícia.
- 6) Pela manutenção do Sindicato dos Trabalhadores da Energia Elétrica.
- 7) Contra a alta da taxa de água e luz.
- 8) Pelo pagamento do período de greve.⁶²

⁶² Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 13/03/60, ata nº 140

A CAPFESP era uma das cooperativas ferroviárias responsável pela assistência médica aos trabalhadores, no entanto, ela não estava atendendo às suas demandas. Foi proposto pelo senhor Emilio Martinez, que se marcasse uma reunião entre os membros da diretoria e o delegado regional desta cooperativa, para tentar encontrar uma solução favorável à classe. Entretanto, o mesmo afirma que “a solução a CAPFESP seria mais provável hoje com a justiça, pois tem leis nos estatutos que nos dá direitos do atestado médico e outros direitos”.⁶³

As reivindicações que ali aparecem abrangendo as categorias dos professores, da brigada militar e dos trabalhadores da energia elétrica, expunham a preocupação que seus salários fossem pagos corretamente e que seus sindicatos fossem mantidos. Também inserem suas pautas sendo contrários ao alto custo de vida e o aumento constante dos preços da energia e da alimentação. Essa troca de apoio entre as diversas categorias de trabalhadores proporcionava mostrar que a luta e a pressão conjunta teriam mais chances de alcançar as melhorias desejadas.

Além disso, algumas atividades eram preparadas e efetivas conjuntamente entre os diferentes sindicatos de Rio Grande. A citação, a seguir, refere-se a uma assembleia ferroviária onde estavam presentes três associações, para articular um ato conjunto entre elas.

Usou a palavra o presidente do Sindicato dos Portuários que enviou aos nossos emissores um pedido que nos concedesse meia hora em dias marcados na semana, intitulada a hora do operário, sendo cada protesto sobre a responsabilidade de um sindicato, que determinaria seu orador e pediu que todos os órgãos de classe fizessem esses pedidos [...]. Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Viação e Tecelagem Pedro Azevedo passando uma linda palestra e dando todo o apoio a valorosa classe ferroviária. [...] Em seguida, usou a palavra o Sr. Wilson Moraes Presidente de Construção Civil que lastimou a falta de representantes de sindicatos e associações sindicais, falando sobre sua classe que é presidente, disse que é uma classe individualista difícil de colaborar em apoio a outra classe.⁶⁴

⁶³ Idem

⁶⁴ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação.19/05/60, ata nº 145

As ações conjuntas dos ferroviários, com os demais sindicatos das cidades, assim como participações nas reuniões de outras categorias e empréstimos de sedes para a realização de assembleias, eram práticas bastante rotineiras. Essa troca fica mais visível entre eles e os Sindicatos de Fiação e Tecelagem, dos Portuários e dos Estivadores.

Além da troca de apoio entre os sindicatos de Rio Grande, notou-se um entrosamento entre esses e os setores políticos. Visto que, nas reuniões que se seguiam às paralisações dos ferroviários de Rio Grande era constante a recepção do apoio dos vereadores da cidade, por carta, ou comparecendo pessoalmente ao centro sindical. Por exemplo, sobre a paralisação do dia 18/03/1960, os vereadores, Manoel Rechia (PR - Partido Republicano); Alberto Martino da Silva (vice-prefeito do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro); Cap. Athaydes Rodrigues (PR); Ariovaldo Acosta (PSD – Partido Social Democrático), Mario Scala (PSD) e Carlos de Lima Aveline (PR), estiveram presentes na assembleia para demonstrar seu apoio a mobilização. Esses pronunciaram algumas falas em apoio ao movimento paredista, elogiando a luta dos ferroviários e firmando a solidariedade do prefeito municipal, do vice-prefeito e da câmara de vereadores à classe ferroviária e às suas reivindicações, as quais, segundo esses vereadores, representavam um grande exemplo de luta. O Capitão Athaydes Rodrigues, vice-presidente da câmara de vereadores, “esclareceu que a Câmara Municipal apoiava e tanto [os ferroviários] que mandou esta comissão de vereadores trazer seu apoio e solidariedade a nossa classe”.⁶⁵ Surpreende o número de vereadores que se fizeram presentes e suas diferentes agremiações partidárias. Dos treze vereadores da cidade, seis foram pessoalmente à reunião; esses faziam parte dos três partidos com representação na câmara municipal. Isso demonstra que o apoio não estava restrito apenas a um campo político, ou a um partido. A câmara de vereadores de 1959 a 1963 era composta por 6 vereadores do PTB, 4 do PSD e 3 do PR, sendo o prefeito do PSD e o vice do PTB.⁶⁶

⁶⁵ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação.16/03/60, ata nº 141

⁶⁶ A interação entre a câmara municipal e os ferroviários era um fato corriqueiro tanto em Rio Grande, como em Santa Maria e também se dava de forma suprapartidária. “Por isso, a estratégica era se valer do bloco de apoio parlamentar, geralmente legado ao PTB e PSD, que intercedia junto à Direção da empresa e governo do Estado, através de contatos com os secretários. Da mesma forma, ainda que em grau menor de influência, isso acontecia na esfera

A presença de alguns vereadores da cidade nas assembleias dos ferroviários, era comum, não apenas em momentos em que havia a possibilidade de ocorrer alguma paralisação, mas também em momentos de resoluções cotidianas. O apoio desses aos trabalhadores mostram a legitimidade que eles tinham frente à sociedade e à política riograndina. A demonstração e a divulgação desse apoio também serviam de estímulo para as suas lutas. Claro que não se pode desconsiderar que esses vereadores eram ligados a partidos e setores mais progressistas da política municipal e que esse apoio não vinha de todos os seguimentos.

Para Mario San Segundo

A maioria dos milhares de trabalhadores de Rio Grande, que entraram em greve, não estavam vinculados à organização alguma. Fica nítido que eleitoralmente preferiam o PTB, pois este tinha uma hegemonia eleitoral incontestável na cidade, mas no movimento social, parecem ter seguido caminhos próprios, que por algum momento coincidiu com o dos comunistas, que tiveram suas vozes escutadas, mas em outro atendeu aos apelos da maioria dos sindicatos e dos trabalhistas. (SAN SEGUNDO, 2009 p. 174).

Considera-se que a sustentação dos vereadores, às greves e às exigências dos ferroviários e, provavelmente, a outras categorias de trabalhadores da cidade, tinha uma dimensão muito importante para os obreiros, pois os reconhecia como agentes políticos. Nesse sentido, pode-se se aproximar de vários autores que afirmam que esses primeiros anos da década de 1960 foram marcados por uma intensa participação dos setores populares na política, procurando democratizar as decisões.

Diferentemente desse período, consta que as greves estudadas por Mario San Segundo, no começo da década de 1950, sofreram forte condenação por parte da mídia e por parte da câmara municipal. O movimento foi taxado como comunista e, assim, mais facilmente criminalizado, sendo defendidas ações violentas e repressivas para conter a “desordem” causada pelos mais de 4 mil manifestantes.

federal, tornando-se corriqueiro os deputados, senadores, ministros e até mesmo presidentes da República de dirigirem às entidade ferroviárias ou ao parlamento de Santa Maria, para darem conta de assuntos de interesses dos ferroviários gaúchos (FLÔRES, 2009, p. 168).”

Quanto aos vereadores do PTB, que eram 7 dos 13, pode-se perceber a diferença destes em relação aos comunistas e aos outros vereadores, pois fizeram questão de se colocar ao lado dos trabalhadores, mas condenaram a ação dos comunistas no 1º de maio, no que fizeram coro com o conjunto dos demais vereadores não comunistas (SAN SEGUNDO, 2009, p. 118).

Supõe-se que a condenação dos movimentos dos trabalhadores não se manteve de forma tão radical nos primeiros três anos da década de 1960. Pois se verificou, contrariamente às ações ocorridas em 1950, que boa parte da câmara municipal de vereadores apoiava e legitimava muitas das paralisações dos ferroviários. Tem-se presente que a condenação das greves de 1950 também estava relacionada a um combate ideológico ao PCB. Entretanto ele não deixou de estar presente na vida política riograndina nos anos posteriores, tendo seus representantes concentrados principalmente no Partido Republicano (PR). Assim, acredita-se que a cidade passava por um momento menos conservador, pelo menos nas esferas representativas, entre o final da década de 1950 e começo da década de 1960. Nesse momento, muitos sindicatos começaram a ser aprovados e legitimados na cidade e a luta desses trabalhadores passou a ser mais respeitada como um luta política que merecia aceitação.

Obviamente, a relação entre os setores conservadores e os trabalhadores era tensa. Havia na cidade um movimento conservador igualmente forte, o qual tentava deslegitimar as ações dos trabalhadores. No entanto, é possível afirmar que esse tinha menor peso político e que os setores mais progressistas e democráticos estavam melhor consolidados nesse momento histórico.

Os partidos de maior influência no cenário nacional, entre 1945 e 1964, eram o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os quais, *grosso modo*, se pode classificar como partidos de centro, direita e de esquerda, nessa ordem. Desses, o PTB que nasceu como um partido ligado a Getúlio Vargas, ao seu carisma e à sua herança trabalhista, teve maior expressão e peso político nos estados do Rio Grande do Sul e no Distrito Federal (GOMES, 2007, p. 62).

João Goulart é considerado herdeiro direto desse “legado” político de Vargas, construindo um importante espaço dentro do partido e do cenário político nacional, desde sua nomeação como Ministro do Trabalho do Vargas em 1953. Quando assume esse cargo, São Paulo passava por uma greve que abrangeu várias categorias profissionais e contou com uma intensa articulação e organização classista, ficando esta conhecida como a greve dos 300 mil. João Goulart “em lugar de acionar mecanismos repressivos, estabelece conversações com os sindicatos e negocia a greve” (GOMES, 2007, p. 68).

Segundo Angela de Castro Gomes, Jango tinha um “estilo informal, de um ministro que gostava de falar pessoalmente com lideranças sindicais e que intervinha diretamente na dinâmica das negociações dos conflitos trabalhistas” (2007, p. 69). Seu comportamento além de proporcionar uma aproximação com a classe trabalhadora, passou a ser alvo de combates e denúncias por parte da oposição, a qual interpretava sua atitude como uma forma de incentivar conflitos e luta de classes.

Em 1954, João Goulart, então o nome mais importante do PTB, foi eleito vice-presidente da República, obtendo mais votos do que o presidente eleito Juscelino Kubitschek, do PSD. Jango foi “em grande medida, quem intermediou todos os conflitos que emergiram do mundo sindical e quem absorveu os desgastes inevitáveis advindos dessa tarefa” (GOMES, 2007, p. 76). Em 1960 quando foi reeleito vice-presidente de Jânio Quadros (Partido Democrata Cristão - PDC), “seu cabedal político havia aumentado muito, do mesmo modo que seus compromissos com um programa reformista do PTB e dos sindicatos” (GOMES, 2007, p. 77).

Desta forma, quando João Goulart assumiu como presidente em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, mesmo que nesse primeiro momento com poderes limitados, representava, pelo seu histórico de diálogo junto aos trabalhadores, uma esperança para o movimento operário. Também despertava grandes desconfianças por parte das elites, as quais tinham medo que ele efetivasse mudanças que diminuíssem seus privilégios.

Esse contexto de intensa disputa política era vivenciada pelos ferroviários, os quais pautavam muitas de suas ações pelo momento histórico em tela, influenciavam e eram influenciados por ele.

Nesse sentido, um fato significativo e que demonstrou a articulação que os ferroviários possuíam em nível estadual, foi a convocação “de assembleias simultâneas em todos os núcleos, dia 15/08/1960, às 20 horas, para apreciar o que foi conquistado ou, se necessário for, decretar greve”⁶⁷. Essa conquista se refere a uma Carta de Reivindicação aprovada por todos os núcleos em Assembleia Estadual. Não se teve acesso a essa carta, mas se presume, pelo conteúdo das atas, que as pautas se pareciam com as anteriormente citadas.

Nessa assembleia os núcleos estavam se comunicando com Santa Maria, para decidir se haveria greve geral ou não. Contando com problemas de comunicação com Santa Maria a reunião se estendeu por várias horas, sendo a greve decidida às 23h30min, em virtude do não atendimento de suas reivindicações. O presidente da Coligação, Senhor Miguel Gomes, afirmou ainda que a classe, somente em últimos casos, como esse, entra em greve. Que não o faziam por mero gosto, mas por necessidade.

Como em outras ocasiões, estavam presentes vereadores das cidades, que declararam seu apoio aos ferroviários. “Falou o Sr. Vereador Mario Scala [...] dando sua solidariedade numa bela explanação; falou também, oferecendo sua solidariedade, o Vereador e Presidente da Associação dos Inativos e Pensionistas de Rio Grande Sr. Manuel Rechia.” Foram deliberadas as comissões de greve e a assembleia continuou em aberto, sendo combinados horários para a discussão de atividades e avaliação da situação. A greve se estendeu até o dia 22/08/1960, tendo os ferroviários atendidas a maior parte de suas reivindicações. Há de se ressaltar que na negociação havia espaço para recuos dos militantes, onde se negociava o possível, muitas vezes abrindo mão do desejável. No relato abaixo segue a avaliação da greve, feita pelo Presidente da Coligação, o senhor Nery de Ávila,

⁶⁷ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 15/08/60, ata nº 152

Foi assim passando os dias, até que chegou o dia da Vitória, o dia em que os responsáveis, pelo trabalho deste tão elogiável movimento anunciava, com gesto de satisfação [...] mostrando o valor da unidade, mostrando, onde há compreensão, há confiança de lutarmos pelo que é nosso. Foi determinado pela comissão de que iríamos até a gare da estação levar os primeiros grevistas de regressos, depois de uma jornada elogiável, não só por nós, mas por todos aqueles de compreensão aos trabalhadores que se unem para reivindicar aquilo que é deles, e que assim se conduzia a classe ferroviária nesta greve, mostrando que a unicidade é uma arma poderosa em nossas mãos.⁶⁸

A ata permite visualizar o grau de satisfação que uma vitória da categoria trazia a esses trabalhadores, pois permitia uma valorização de suas ações e um impulso para seguir na lutar. A emoção da conquista pelos direitos transborda para as atas e permite captar o quanto ela significava psicologicamente para esses militantes. Nesse sentido, Lima, afirma que:

[...] aquela mais aparente, e que ficou mais conhecida, foi a capacidade de resistência e mobilização, expressa nas greves da categoria. Nesse sentido, ser ferroviário significava 'lutar' para garantir os seus direitos. A 'combatividade' da categoria era considerada a maior expressão desta identidade (LIMA, 1998, p.8).

Além dos elogios feitos à classe, na ata, seguiram-se agradecimentos aos ferroviários pelo apoio ao movimento, à comissão de greve pela condução desta, aos vereadores pela presença contínua e pela solidariedade, às autoridades municipais e à imprensa falada e escrita. Não se sabe da dimensão real desse apoio, apenas se tem a informação que veio direto desses trabalhadores. Contudo, considera-se essa atitude, de deixar registrado o amparo conquistado, como uma estratégia de comprometimento que os ferroviários firmavam com seus apoiadores, no sentido de provar que ele existiu e que ambos estavam ligados a um projeto semelhante.

Por seu turno, percebe-se que existiam tensões e desentendimentos entre os ferroviários e a forma como algumas entidades sindicais eram comandadas, apesar da unidade mostrada na maioria das atas. Um exemplo

⁶⁸ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação.22/08/60, ata nº 153

disso foi a crítica do ferroviário Jorge Peres ao Presidente da Assistencial de Máquinas, Emilio Martinez. Jorge, afirmou que, como

[...] classista, homem de luta, nada ao contrario a sua pessoa tinha a criticar, mas como Presidente da Assistencial de Máquina sim, pois nunca sequer tinha dado uma reunião de Diretoria, mostrando às vezes ser até um ditador na sua entidade, respondendo como presidente, secretário, tesoureiro, etc.⁶⁹

Nessa passagem nota-se uma situação muito delicada, onde o Presidente da Assistencial de Máquinas é acusado de conduzir antidemocraticamente a entidade, tomando decisões sem consultar os demais trabalhadores. Emílio Martinez recebeu a defesa dos outros companheiros e ele próprio contestou o fato na assembleia seguinte, afirmando que marcou duas reuniões e nenhum membro apareceu. Esses conflitos são comuns e inerentes a quaisquer grupos, não havendo apenas união ou desacordo, mas uma mescla deles a depender dos interesses pessoais e de classe envolvidos. Em vários momentos também se notou certas controvérsias com o núcleo de Santa Maria, o qual congregava o centro das decisões. Apesar dessas rugas internas serem corriqueiras, percebe-se que elas quase nunca foram capazes de coibir as movimentações em defesa de direitos.

Segundo o *Relatório do Exercício de 1960*, esse ano contou com quatro movimentos paredistas; três deles de 24 horas, ocorridos nos meses de março, julho e novembro e outro de maior envergadura ocorrido do dia 18 ao dia 22 de agosto. De acordo com esse relatório,

Nos períodos acima indicados, o tráfego esteve paralisado, estimando-se o prejuízo diário em cerca de dez milhões de cruzeiros, considerando-se a supressão da renda e a despesa com o pagamento de pessoal. [...]. Em fase também do protocolo de greve, firmado em agosto do mesmo ano, foi concedido um abono de dois mil cruzeiros – um mil e quinhentos cruzeiros – e um mil cruzeiros, ao pessoal ferroviário, a contar de 1º de julho último, e bem assim aumentados os valores das gratificações de função, reportando-se essa melhoria a partir de 1º de janeiro de 1960. [...] Em virtude da Lei da Lei da Paridade, tornada extensiva aos ferroviários, foi concedido um reajustamento, a título de abono, de 44% sobre os respectivos

⁶⁹ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação.00/00/00, ata nº 160

vencimentos salariais e proventos, a partir de 1º de dezembro de 1960, e um aumento do salário-família de 200,00 para 500,00 por dependente, de julho e novembro de 1960, e, na base estipulada naquela Lei, a partir de 1º de dezembro do mesmo ano.⁷⁰

De acordo com esse balanço administrativo da RFFSA nota-se que os ferroviários alcançaram suas reivindicações a partir da greve de agosto. Também se percebe que as greves eram de grande preocupação para a Rede, visto que, como eles mesmos informam, elas causavam grandes prejuízos econômicos, fato que explica a tentativa de negociação rápida quando ocorriam essas paralisações. A maior parte delas, como se pode observar pelas atas e pelo boletim administrativo, eram de 24 horas, padrão que se observa de 1960 até março de 1964.

Assim sendo, os primeiros quatro anos da década de 1960 foram marcados por uma série de conflitos entre os trabalhadores brasileiros e membros de outros movimentos sociais (como o camponês, o estudantil e o realizado por partidos políticos) contra setores conservadores da sociedade (grandes proprietários de terras, empresários, políticos de direita, entre outros). No campo político, as disputas por projetos de sociedade também se acentuavam e radicalizavam. Em função disso, esses anos proporcionaram o crescimento e a explosão do movimento operário e sindical brasileiro, fato, este, que impulsionou uma série de lutas para a efetivação de reformas/mudanças em prol de um país mais democrático e com maior distribuição de renda. “Especialmente nos anos de 1960, a importância política dos trabalhadores e dos sindicatos foi enorme e suas propostas para as grandes questões nacionais eram necessariamente debatidas pelo conjunto da sociedade” (MATOS, 2009, p. 77).

Lideranças como Leonel Brizola, governador do Estado do RS (1959-1963), se destacaram nesse processo. Lutando em favor das Reformas de Base, Brizola contava com a simpatia e a confiança dos trabalhadores, sempre se posicionando a favor de suas lutas. Os ferroviários gaúchos aproveitaram o

⁷⁰ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Relatório da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. AG3/103.

momento propício para impulsionar muitas de suas reivindicações. Foi através de muita luta e por causa da força e apoio desse político que os ferroviários do RS conseguiram manter-se como funcionários estatais após a federalização da VFRGS, no ano de 1959. Destaca-se que esse governador também liderou a Campanha da Legalidade, em 1961, pela qual, foi assegurado a direito de João Goulart assumir a Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros. O RS se destacou, nesse momento, como defensor da democracia, fato que não se repete em 1964, quando o Estado está sob o comando de Ildo Meneghetti.

Outro político que se destacou nesses anos foi o presidente João Goulart. Para o historiador Jorge Ferreira,

Logo que assumiu o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base. Para os grupos nacionalistas e de esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas, constavam a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização PCB. (FERREIRA, p. 351)

João Goulart, por vir de uma base trabalhista, ligada ao PTB, representava esperança aos setores de esquerda e inúmeras desconfianças por parte da direita, por ser um dos representantes das tão esperadas e aclamadas reformas de base. Para Jorge Ferreira, contrariando muitas das expectativas da esquerda brasileira, Goulart passou quase todo seu governo tentando se afastar dos extremos e se equilibrar em um governo que agradasse ambos os lados.

Assim, os anos de 1961 e 1962 prosseguiram com grande mobilização da classe e novas reivindicações passaram a ser incorporadas na agenda dos ferroviários. Muitas preocupações como o Abono Família, a Paridade salarial entre funcionários públicos, a preocupação com a falsidade nos concursos e os benefícios por tempo de serviço são visualizados nas atas. Esses anos seguem

com as discussões sobre os novos quadros profissionais da Rede, sendo a primeira rejeitada por todos os núcleos ferroviários do Estado, pois os trabalhadores a julgaram “prejudicial aos interesses e a própria unidade da classe ferroviária gaúcha”⁷¹. Um acordo foi tentado ao se enviar “a P. Alegre, RJ e Brasília todos os presidentes das entidades representativos da classe, a fim de manterem entendimentos com as autoridades estaduais e federais”.⁷² Essas discussões seguiram-se por longos meses, e sua resolução foi de difícil entendimento, pois se pretendia extinguir alguns cargos e realocar funcionários, o que em muitos pontos era extremamente negativo para a classe.

O começo de 1962 foi marcado por longas discussões sobre os reajustes salariais, sendo essa estendida até o final do ano, quando em novembro foi aprovado o anteprojeto da revisão nos níveis salariais da tabela gaúcha. Também, nesse ano, os ferroviários de Rio Grande começaram a planejar e a juntar dinheiro para a construção de uma nova sede.

Um fato bastante significativo que ocorreu em 1962 e que mostra que a classe ferroviária tinha momentos de crise e flexibilidade foi a rejeição de 10 itens reivindicatórios em uma assembleia estadual, realizadas em SM. O representante do núcleo de Rio Grande, Roberto Germano, explica o ocorrido.

Sim, disse o companheiro Germano, ruiu a nossa esperança, porque o número de companheiros convocados pelo Diretor era duplamente maior. No momento em que eu me disponho a defender o meu ponto de vista que o Sr, Diretor havia prometido o pagamento para as folhas de junho, e defender ainda a carta que no momento era o nosso objetivo, fui, vergonhosamente afastado pelo companheiro Duiitho, que em alto brado, disse não ser eu o representante do núcleo porquanto não havia dado uma assembleia, para ocultar o pensamento do núcleo. Sim companheiros fui aparteado pelo próprio companheiro de núcleo na presença de quase trezentas pessoas, resultando disso uma vaia da turma que ali se achava a serviço da Administração, tão simplesmente porque eu não dei uma assembleia para informar aos companheiros da reunião para qual fui convocado. [...] Era impossível companheiros, vencer uma Assembleia que se limitava só a vaiar os representantes. Essa é a verdade, nos perdemos para os traidores da classe que ali se achavam a serviço do Sr. Diretor. A seguir falou o Sr. Diretor da Assistencial, Emilio

⁷¹ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação, ata nº 165.

⁷² idem

Martinez, que isto ele já tinha previsto e que algum dia aconteceria nesta [classe] também.⁷³

De acordo com Germano, os ferroviários que votaram contra a carta de reivindicações defendida por ele e por outros companheiros eram traidores da classe, estando ao lado do diretor da Rede e não dos trabalhadores. Este, da mesma forma que Emilio Martinez, em outra passagem, foram acusados de não levar as discussões da classe para as assembleias e usar suas posições de líderes sindicais para falar em nome dos ferroviários, acatando/ouvindo muitas vezes apenas suas opiniões. Germano se defende, afirmando ter tido sua representação, já conhecida e aceita, posta em dúvida por um companheiro de Rio Grande, sentindo-se, assim, humilhado. Naturalmente, como em qualquer agremiação havia confrontos que não se resolviam e que causavam problemas de convivência e interpessoais.

Esse fato demonstra que havia inúmeras disputas por projetos, ou mesmo disputas pessoais dentro da classe. Na situação acima tem-se o que Germano, Martinez e Mario Scala consideraram uma derrota no avanço de suas reivindicações, boicotada pelos próprios trabalhadores. Isso pode ter acontecido por diversos motivos, talvez por conseguirem favores com seus chefes, ou por não se sentirem representados pelas entidades ferroviárias e/ou diretorias, ou simplesmente por acreditarem que a proposta dos diretores era melhor para eles.

Bastante recorrente também nas atas a partir do ano de 1963 até março de 1964 foi a insistência de alguns ferroviários, geralmente membros da diretoria, na politização dos demais membros, “dizendo da necessidade de fazermos reuniões para nos politizarmos cada vez mais”, (palavras de Emilio Martinez). Uma passagem muito interessante, ocorrida na assembleia do dia 15/06/63, é a declaração de Leonardo Germano e Nery de Ávila, em apoio as Reformas de Base e ao governo de João Goulart. Germano

[...] apelava para que a classe procurasse permanecer unida e coesa para poder vencer as lutas no futuro. Dizendo mais, que o salário que passaremos a receber se não for aprovada as reformas, serão dentro

⁷³ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 01/07/62, ata nº 176.

de pouco tempo um salário que não dará para sustentar nossas familiares. Logo após o companheiro Nery teceu vários esclarecimentos sobre as reformas, dando exemplos sobre as reformas e o que significavam para os trabalhadores as tão faladas reformas de base e principalmente a reforma agrária radical, encerrou sua palestra apelando a todos os ferroviários para que procurassem auxiliar todos os companheiros que lutam pelas Reformas de Base.⁷⁴

Esse trecho demonstra o quanto as Reformas de Base eram importantes para os ferroviários, visto que, a partir delas, poderia se esperar uma melhor distribuição de renda e uma maior participação dos trabalhadores no jogo político. Acredita-se que, para eles, as Reformas de Base representavam a esperança de uma sociedade mais justa e um futuro mais tranquilo, já que, como o próprio ferroviário Germano falou, o aumento salarial que passariam a receber logo estaria defasado e mais uma batalha se faria necessária para atualizá-la.⁷⁵ Assim, a união pregada entre os trabalhadores se fazia importante no sentido de manter uma argumentação coesa para pressionar a efetivação dessas reformas.

O *Boletim do Pessoal de 1963*⁷⁶ (relatório administrativo da VFRGS/RFFSA), conta com uma série de informações sobre as mudanças na vida do trabalhador. Como a reclamação dos ferroviários à suas possíveis trocas de função, o que causaria alteração na sua situação de empregado. As novas tabelas de vencimento dos servidores públicos ferroviários cedidos a RFFSA. A autorização da presidência da RFFSA assegurando a franquia postal e telegráfica às entidades representativas do pessoal ferroviário, bem como as Cooperativas da VFRGS. O *Boletim* ainda informa sobre a autorização da Rede, que assegurava, em caso de acidentes de trabalho, o pagamento do custo do transporte rodoviário até o hospital mais próximo.

A nova tabela salarial estava sendo discutida nacionalmente pelos ferroviários, sendo a reunião federal concentrada no Rio de Janeiro e a estadual em Santa Maria, além de cada núcleo do interior e da capital tirarem

⁷⁴ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação.15/06/63, ata nº 160

⁷⁵ Visto que, como explicado anteriormente, o país estava passando por uma grave crise econômica e o dinheiro se desvalorizava rápido.

⁷⁶ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS – Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal nº. 1-20 ano XXII. DP2/71

uma posição para levar a essas assembleias. Os representantes do núcleo de Rio Grande, Emílio Martinez (representante no RJ) e Roberto Germano (em Santa Maria), explicaram na reunião do dia 15/06/63, com presença de 103 membros, as novas propostas salariais. As três assembleias realizadas no mês de junho versaram sobre essa temática, discutidas entre os ministros e os diretores da Rede Ferroviária S.A.

Para a efetivação real das suas conquistas, Emilio Martinez explicou que se firmou um pacto de unidade entre os ferroviários gaúchos e os ferroviários de outras redes⁷⁷. Assim só se iria aceitar a proposta de reajuste salarial se ela beneficiasse a todos, não podendo um núcleo aceitá-la separadamente, para não enfraquecer o movimento. Como não foi aprovada a proposta na assembleia do RJ, uma contraproposta foi analisada em reunião na cidade de Santa Maria com todos os presidentes de entidades do Estado, sendo essa aprovada por unanimidade.⁷⁸

Muitas das pautas discutidas se repetiram pelos anos pesquisados, como é o caso da aprovação do 13º salário, da Semana Inglesa (a qual previa 8 horas de trabalho diárias), o pagamento pelos dias de greve, o abono de Natal e o aumento salarial. “Durante anos o movimento operário desejou consagrar a paga de um décimo terceiro salário, mas os patrões resistiam, argumentando não estar disposto em lei” (Negro; Silva, 2008, p.79). Esse só foi aprovado em julho 1962. No mesmo artigo desses autores, aparece o depoimento de um dirigente sindical da construção civil, Pedro Daniel de Souza, o qual salienta a luta dos trabalhadores para a conquista deste direito, “é bom lembrar que tem muitas pessoas que pensam que o 13º salário saiu

⁷⁷ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. ata nº 184

⁷⁸ São os seguintes os valores da referida contraproposta com aumentos de 100% a 120%. Seguem-se os valores da proposta para as Ref. 1º a 7º, as referências variavam devido o cargo ocupado: Ref. 1º) 120% com o inicial de Cr\$ 39.270,00 com o avanço de Cr\$ 3.000,00. Com o teto de Cr\$ 57.270,00. Ref. 2º) com 110% inicial de Cr\$45.045,00 avanço de Cr\$ 3.000,00 com o teto de Cr\$ 63.045,00. Ref. 3º) com 105% com avanço de Cr\$ 3.000,00 teto de Cr\$ 71.812,50. Ref. 4º) com 100% com inicial de Cr\$ 65.200,00 avanço de Cr\$ 3.340,00 com o teto de Cr\$ 85.240,00. Ref. 5º) 100% com inicial de Cr\$ 73.600,00 avanço de Cr\$ 4.000,00 teto de Cr\$ 97.600,00. Ref. 6º) com 100% com inicial de Cr\$ 76.400,00 com avanço de Cr\$ 4.000,00 teto de Cr\$ 100.400,00. Ref. 7) com 100% inicial de Cr\$ 96.600,00 avanço de Cr\$ 4.000,00, teto de Cr\$ 120.600,00. Ref. 6º TC) Com 100% com inicial de Cr\$ 79.200,00 avanço de Cr\$ 4.000,00 o teto de Cr\$ 103.200,00. Ref. 7º TC) Com 100% inicial de Cr\$ 108.600,00 avanço de Cr\$ 4.000,00 teto de Cr\$ 132.600,00.

porque Jango era bonzinho. Eu acho que Jango foi um dos presidentes que fez menos repressão contra a classe trabalhadora. Mas esse direitos, a obtenção do 13º, foi uma vitória da luta da classe trabalhadora (Negro; Silva, 2008, p.87)”. Essa fala demonstra que os trabalhadores não esperavam e não acreditam em concessões “benevolentes” dos políticos. Sabiam que suas conquistas advinham de suas lutas e não de bondades alheias.

O *Relatório do exercício de 1963*⁷⁹, num subtítulo denominado *Movimentos grevistas e atos de sabotagem ou resistência*, afirma que os ferroviários gaúchos realizaram,

No dia 20 de julho, por ocasião de manifestações populares que antecederam a chegada do Sr. Governador do Estado da Guanabara a esta Capital, ocorreu um conflito nas imediações do aeroporto “Salgado Filho”, tendo sido ferido à bala o ferroviário Wolfe da Silva Gomes, artífice do Depósito de Locomotivas do Diretor Augusto Pestana. Houve diversas prisões, inclusive de elementos ferroviários presentes ao local dos acontecimentos. Estes fatos deram origem a um movimento da classe ferroviária, que, por solidariedade ao ferido e colegas detidos, deliberaram paralisar os serviços da Estrada a partir das 23 horas do mesmo dia. No dia 21, às 7 horas da manhã, retornaram ao serviço todos os grevistas. Com essa paralisação de oito (8) horas sofreram apenas os trens de carga que se achavam em marcha, nada alterando a circulação dos trens de passageiros. [...] A 31 de julho, as sete (7) horas a quase totalidade do pessoal das oficinas do RG entrou em greve por 24 horas, por motivos alheios aos seus direitos de vez que se tratava de uma greve que se tratava de solidariedade ao pessoal da prefeitura de Rio Grande.

Quanto ao primeiro quesito, a manifestação contra o governador da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro, e a paralisação que se sucedeu a ela, devido a um ferroviário sair baleado, pouco se sabe. No entanto, acredita-se que esse movimento deveria ser em protesto a Carlos Lacerda, governador da Guanabara (UDN) devido a suas posições e ações políticas. Lacerda era um crítico feroz de João Goulart, das Reformas de Base e do modo com este conduzia seu governo, tentando desestabilizá-lo sempre que podia. Lacerda participou da tentativa de golpe em 1961, quando da Crise da Legalidade e foi um dos articuladores, apoiadores e importante base civil para o Golpe civil-

⁷⁹ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal nº. 1-20 ano XXII. DP2/71

militar de 1964. Enfim, os trabalhadores tinham motivo de sobra para não gostar dele.

O segundo tópico aborda uma paralisação dos ferroviários de Rio Grande em apoio aos funcionários da Prefeitura Municipal. Esse fato, segundo esse *Relatório*, teria acontecido “por motivos alheios aos seus direitos”, logo não seria um ato legítimo da classe. Essa greve salienta o que se discutiu anteriormente, sobre a inserção dos ferroviários riograndinos na política municipal e na solidariedade a outras categorias de trabalhadores. Nesse sentido, Moura afirma

No que diz respeito aos trabalhadores ferroviários de Cruz Alta, sua postura nesses anos é caracterizada por uma ampla participação nas discussões políticas não apenas em relação às suas demandas referentes a direitos trabalhistas e às demais questões relativas ao trabalho mas também às de âmbito local. (MOURA, 2009, p. 86)

O mês de outubro de 1963 ainda contou com uma greve geral em todo o Estado em apoio ao Presidente da República. A assembleia realizada para a decisão desta, contou com a maior presença de trabalhadores visualizada desde 1960; estavam presentes 229 associados. Um telegrama chegado de Santa Maria comunicava a deflagração de uma greve geral e a paralisação do tráfego Bagé-Rio Grande por ordem do movimento. O Sr. Presidente da Coligação, Nery de Avila, afirmou “que dado todas as causas em todos os setores, que nós deveríamos colaborar com este movimento sendo aceito por unanimidade, ficando em assembleia permanentemente na parte da manhã”.⁸⁰ Esta durou do dia 03 ao dia 05 de outubro.

Na época, Goulart estava enfrentando uma grave crise política, inúmeras críticas e, de acordo com Jorge Ferreira, um isolamento político tanto por parte da direita, como da esquerda. Jango acreditava que uma das formas para tentar diminuir os crescentes ataques a seu governo, principalmente de Carlos Lacerda e de Adhemar de Barros, seria a decretação do Estado de Sítio. Nesse sentido, mandou para o Congresso um pedido para a implantação desse. Assim,

⁸⁰ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 03/10/63, ata nº 187

Goulart reuniu o ministério para decidir a atitude a tomar. Pouco tempo depois o pedido de Estado de Sítio chegaria ao Congresso. As reações vieram de todas as partes, desde a conservadora Associação Comercial de São Paulo até o CGT. Miguel Arraes também negou apoio a Goulart. Direita e esquerda reagiram com contundência à proposta (FERREIRA, 2008, p. 372).

As reações contrárias a deflagração do Estado de Sítio vieram de diferentes correntes políticas, tanto da esquerda, como da direita, o que fez com que João Goulart recuasse. Sobre essa proposta, o presidente da Coligação dos ferroviários do Rio Grande afirmou, “que a classe ferroviária jamais deveria aprovar dito projeto governamental, porque o Estado de sítio decretado é inteiramente prejudicial às classes trabalhadoras”⁸¹. Em seguida, foi mandado um telegrama a Santa Maria comunicando que os ferroviários de Rio Grande não admitiriam o Estado de Sítio. Um dos ferroviários presente na reunião fez um importante questionamento, nele o

Sr. Antoninho referiu-se ao Estado de Sítio, fazendo uma pergunta um tanto complicada dizendo; se a greve era de solidariedade ao Sr. Presidente da República, como íamos agora, protestar contra sua atitude? Com esta pergunta originou-se uma série de discussões em torno do assunto, terminando por intervir o sr. Presidente, dizendo que nós temos que nos entender; e vamos pedir à Santa Maria para nos esclarecer melhor mandando-nos um relato das ocorrências com a classe em greve.⁸²

Esses diálogos mostram a consciência que esses trabalhadores tinham do processo político e do que o Estado de Sítio poderia representar para eles e suas organizações. Nesse caso vê-se uma posição importante e bem definida dos ferroviários de Rio Grande, no sentido de serem categoricamente contra o Estado de Sítio, mostrando, assim, o seu respeito à democracia. Essa greve deveria acontecer em apoio ao presidente, no sentido de forçá-lo, e lhe dar sustentação, à aplicação das reformas. No entanto, nota-se que os trabalhadores não permitiriam que seu apoio fosse revertido em um retrocesso democrático. Nesse sentido, o ferroviário Mario Scala afirmou “que devemos

⁸¹ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 03/10/63, ata nº 187

⁸² Idem

nos interessar pela política, não devemos ficar de braços cruzados perante a situação do país”.⁸³

Ainda uma circular dos representantes do Comando Geral dos Trabalhadores e do Conselho Sindical das Classes Trabalhadoras foi distribuído as entidades sindicais dos ferroviários gaúchos, conclamando eles e os demais trabalhadores brasileiros a responder com greve geral caso o Estado de Sítio fosse aprovado. Afirmam que o “Estado de Sítio significa Golpe contra liberdades democráticas e medidas contra os trabalhadores e o povo brasileiro”. No final desta circular consta as seguintes palavras de ordem: “Tudo em defesa das liberdades democráticas/Contra o Estado de Sítio e o Golpe/Viva a unidade dos trabalhadores/Viva a unidade da Classe ferroviária”.⁸⁴ Esse posicionamento é mais um fato que desmente o possível golpismo das esquerdas (discutido na introdução), visto que elas se colocaram como contrárias a suspensão democrática, mesmo tendo sido ela proposta por um presidente trabalhista. De acordo com Negro e Silva, os trabalhadores não eram,

[...] nem marginais nem demagógicos cabos eleitorais. O fenômeno da aliança entre trabalhistas, nacionalistas e pecebistas constituiu-se com base nessa sensação de pertencimento da classe operária a um projeto nacional-reformistas. E contra isso armou-se um golpe de Estado em abril de 1964 (NEGRO & SILVA, 2008, p. 87).

Os anos finais da década de 1950 e começo dos anos 1960 foram marcados por uma série de manifestações populares que reivindicavam uma maior participação no processo político brasileiro, exigindo mudanças sociais, como a reforma agrária, melhor distribuição de renda, ampliação dos direitos dos trabalhadores, entre outras reivindicações. Dentre os grupos que lutavam por uma sociedade mais igualitária, o movimento operário teve especial destaque, visto que se colocava em um enfrentamento direto, (através de pressões, greves e paralisações) contra patrões e governos, em busca do

⁸³ Idem

⁸⁴ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Casa Civil. Subfundo: Comissão de Investigação. Série: Investigação Sumária do Pessoal Civil. Caixa 2. Telegrama Circular da RFFSA/VFRGS. 07/10/63.

reconhecimento de suas causas. Por mais que esse enfrentamento da classe trabalhadora seja discutido, por alguns autores, como um movimento não autônomo, mas comandado ou manipulado por líderes taxados como “populistas”, ou por partidos políticos (principalmente do PTB ou do PCB), tem-se presente que esses anos são expressivos e singulares, pois colocaram em cheque os poderes constituídos (a elite econômica e boa parte da classe média) e os pressionaram para a realização de mudanças estruturais.

Com a deflagração do golpe civil-militar em 1964 esses movimentos de contestação passaram a sofrer uma crescente e contínua tentativa de desmantelamento, sendo afetados por ele de diferentes formas. Num primeiro momento efetuaram-se uma série de prisões, demissões e afastamentos dos principais líderes sindicais, juntamente com o fechamento e/ou intervenção desses meios, principalmente os mais combatentes. Segundo Kátia Rodrigues, entre 1964 e 1970 o Estado realizou 536 intervenções sindicais, sendo que a maior parte delas, 433, foram efetivadas entre 1964 e 1965 (1995, p.8). Também foram tornadas ilegais assembleias sindicais, greves⁸⁵, passeatas e qualquer forma de agremiação que pudesse vir a apresentar descontentamentos frente aos rumos do país, objetivando controlar as movimentações dentro dos sindicatos. De acordo com Erickson as “organizações sindicais de bancários e trabalhadores em transportes figuraram de modo proeminente nas greves políticas, entre 1960 e 1964, e foram atingidas com maior intensidade, proporcionalmente, que os outros setores” (ERICKSON, 1979, p.209, apud SANTANA, 2008, p. 281). O setor ferroviário que já vinha apontando certo declínio, com sua substituição para o transporte rodoviário, foi um dos grandes afetados com a irrupção do golpe, por serem seus trabalhadores grandes articuladores de greves e movimentações políticas.

O próximo golpe a ser deflagrado contra a classe trabalhadora foi o seu crescente empobrecimento, com o achatamento dos salários e a flexibilização nas leis trabalhistas, que começaram a retirar direitos duramente conquistados

⁸⁵ A Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, que regulava o direito de greve, torna ilegal a greve para os funcionários públicos. Segundo o Art 4º “A greve não pode ser exercida pelos funcionários e servidores da união, Estados, Territórios, Municípios e autarquias, salvo se se tratar de serviço industrial e o pessoal não receber remuneração fixada por lei ou estiver amparado pela legislação do trabalho”

nos anos anteriores. Como exemplos dessas medidas, pode-se citar: a Legislação que diminuía o poder dos sindicatos; a lei do arrocho salarial; a proibição de greves, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no ano de 1966; através desse foi eliminada a estabilidade no emprego para quem tinha mais de 10 anos de serviço. O fim da estabilidade era uma antiga demanda dos empresários, os quais, a partir dela, puderam aumentar a rotatividade da mão-de-obra, sem ter que se preocupar com grandes encargos que a demissão de funcionários antes exigia. Além disso, o governo passou a manipular os índices de inflação para não ser obrigado a reajustar os salários anualmente; passou também a fixar qual deveria ser o aumento máximo dos salários, mesmo em empresas privadas. Também promoveu o desmonte do sistema previdenciário, substituído pelo INPs. Anteriormente havia o IAPs (Instituto de Aposentadorias e Pensões), criado no governo de Vargas, esse regulava o sistema de previdência em cada ramo profissional e possuía a participação dos trabalhadores nas decisões.

Após 1965, com o movimento sindical enfraquecido e reprimido, o Estado tornou-se praticamente o legislador do trabalho, especialmente em questões de política salarial, que foi excluída das negociações da Justiça do Trabalho, tornando-se um item da política financeira estatal. Com isso, o regime militar não apenas esvaziou o poder da Justiça do Trabalho como retirou de boa parte do trabalho industrial a única alternativa de melhoria salarial. Nesse sentido, vale destacar que não apenas as profissões permaneciam reguladas pelo Estado como igualmente os salários profissionais tornaram-se um ponto dessa regulação (GOMES, 2002, p. 57).

Percebe-se, assim, a necessidade que o novo governo teve de desestabilizar o movimento operário para efetivar suas metas/planos econômicos sem maiores empecilhos. A classe trabalhadora entrou, então, na retaguarda de um movimento que estava em luta contínua para o aumento de seus direitos, passando, agora, a lutar para manter os anteriormente conquistados e não retroceder ainda mais.

Significativa parcela da historiografia brasileira orientou-se, durante algum tempo, pela perspectiva de que com a deflagração da ditadura civil-militar de 1964 houve uma estagnação/desmonte das lutas sindicais, sendo elas só retomadas entre o final da década de 1970 e início da de 1980, quando

se visualizava a abertura política. Trabalhos mais recentes, no entanto, demonstram a complexidade desse momento histórico e as novas formas de luta que esses trabalhadores tiveram que incorporar para tentar minimizar as perdas de direito e salários que começaram a enfrentar. Essas novas formas de luta diferenciam-se das visualizadas num período democrático, pois elas são mais silenciosas, evitam o enfrentamento direto e, por isso, seus resultados são mais lentos e difíceis de serem percebidas/visualizadas para a sociedade em geral.

CAPÍTULO 3

TRABALHO, REPRESSÃO E OPOSIÇÃO: O PÓS-1964 E O DIFÍCIL RECOMEÇO

O presente capítulo discutirá o golpe civil-militar na cidade do Rio Grande, o impacto dele para a organização dos ferroviários, bem com a repressão e o controle policial imposto a esses trabalhadores. Também se abordará como os ferroviários vivenciaram esse momento e efetivaram suas lutas, em meio a esse conflituoso momento histórico.

3.1 O Golpe civil-militar em Rio Grande

Dias após o golpe, iniciou-se, na cidade do Rio Grande, as *operações limpeza e gaiola*. Essas tinham por objetivo, como seu próprio nome indica, limpar a cidade daquilo que os novos donos do poder consideravam subversivo e ao mesmo tempo colocá-los numa gaiola, ou seja, prendê-los para que ficassem longe do novo modelo de sociedade imposto e não pudessem organizar uma resistência. A operação limpeza concentrava-se principalmente em punir os movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado.⁸⁶ Logo, os meios sindicais da “cidade vermelha” foram invadidos e fechados, assim como suas principais lideranças foram presas e/ou impedidas de seguir comandando suas associações. O prefeito da cidade, Farydo Salomão (PTB), e alguns dos vereadores também foram depostos dias após o golpe.

A cidade seguia uma linha política até abril de 1964, no Executivo e Legislativo municipal, parecida com aquela descrita de 1958 a 1963. Com o

⁸⁶ ALVES, 2005, p.80

prefeito pertencente ao PTB, o vice ao PSD e os vereadores divididos entre os partidos PTB (07), PSB (04) e PR (02), os quais, em sua maioria, apoiavam o projeto reformista do governo federal. Em nível municipal, várias políticas sociais estavam ocorrendo. De acordo com o prefeito da época, Farydo Salomão, o governo dele foi responsável por uma reformulação geográfica e administrativa do município, pela construção de casas populares, pela recuperação do calçamento, pela iluminação elétrica da cidade e por uma equipe que ficava responsável por ouvir as necessidades/reclamações da população⁸⁷. De acordo com Edgar Gandra,

A tentativa de aproximação do executivo e de setores do legislativo com as camadas populares pode ser vislumbrada através de uma efetiva política social desenvolvida por estes. As várias reuniões do prefeito e vereadores com lideranças populares e sindicais, até a elaboração de políticas públicas, como a construção de moradias para as classes trabalhadoras, são indicadores da abertura de espaços para a discussão e participação política da população (GANDRA, 1999, p.84).

Ao mesmo tempo em que essa aproximação com os movimentos sociais proporcionava um apoio mútuo por parte desses ao governo de Farydo Salomão, também despertava fortes críticas e descontentamentos dos setores conservadores da cidade. A direita do município estava organizada, envolta dos setores conservadores da Igreja Católica, do Clube do Comércio e das Forças Armadas. Esses grupos tinham como seu principal porta voz o *Jornal Rio Grande*.

Esse jornal, fundado em 1913, por Augusto Alves, se afirmava como não partidário, no entanto sua ideologia era facilmente perceptível, através de seus editoriais e manchetes. As notícias vinculadas nele eram variadas, abrangendo questões locais e nacionais, tratando desde política, até esportes. Seu tamanho variava de oito a doze páginas, dependendo do dia da semana que circulara. O *Jornal Rio Grande* era o principal veículo de comunicação do município e buscava ser o formador da opinião pública riograndina. Em 1964 o jornal era dirigido por Daoiz de La Rocha, Gilberto M. C. Cardoso, Hugo S.

⁸⁷ Entrevista realizada por Francisco das Neves Alves, na cidade de Rio Grande, nos dias 23, 26 e 30/11/87, a Farydo Salomão. Arquivada no Centro de Documentação Histórica (CDH) – FURG.

Silveira e Alberto Alves (CRUZ, 2003, p. 4-49). A campanha anti-janguista, vinha sendo feita através do *Jornal Rio Grande*, pelo menos desde janeiro de 1964⁸⁸, com ataques sistemáticos à sua política econômica e a seus apoios políticos.⁸⁹ Nos artigos do jornal, enfatizava-se a comparação entre o governo de Goulart, e ao que ele poderia vir a se transformar, [um governo socialista ou comunista. Além de ser salientada a inconstância do presidente, e o perigo que significaria impor novas fórmulas para a política brasileira.

O *Jornal Rio Grande* não se coloca diretamente contrário às Reformas de Base propostas pelo presidente da república, mas, sim, a forma como elas estavam sendo conduzidas. Afirmava, “Nós [os democratas] vamos fazer as Reformas que o Dr. João Goulart vem anunciando mas que não tem coragem suficiente para realizar. [...] Mas sem ódio, sem radicalismo, sem reacionarismo esquerdista”.⁹⁰

Muitos textos começavam ponderados, salientando o repúdio de um possível golpe tanto de direita, como de esquerda e o valor que a democracia teria para a sociedade brasileira. No entanto, acabavam salientando que muitas das reformas propostas por João Goulart estavam abalando o processo democrático brasileiro e sua tradição cristã. Assim, o jornal responsabiliza seu governo pelas agitações vividas no país. Exemplo disso pode ser visualizado no seguinte trecho: “O que repelimos com veemência é a elaboração de um movimento revolucionário cujas reformas de base implicam na destruição das nossas tradições cristãs e dos esteios políticos que sustentavam as Constituições”.⁹¹

Percebe-se com isso uma tática argumentativa, que começa ponderando ambos os lados, mas termina por enfatizar qual deles realmente expressava um perigo para a democracia, objetivando, assim, convencer o leitor ao longo de um pequeno artigo (geralmente uma ou duas páginas), sobre qual dos setores políticos estava mais correto, ou qual grupo mantinha posições equivocadas.

⁸⁸ Salienta-se que não foi feita uma pesquisa sistemática nos jornais, somente foram pesquisados os meses anteriores e posteriores ao golpe. Ou seja, de janeiro a agosto de 1964.

⁸⁹ Principalmente aos políticos Miguel Arraes e Leonel Brizola.

⁹⁰ *Jornal Rio Grande*, 23/03/1964, p. 02.

⁹¹ *Jornal Rio Grande*, 21/01/1964.

A partir de março o tom das reportagens ficou mais agressivo, com algumas manchetes apelativas como a de 09/03/1964. “A classe média vai morar em favelas por obra e graça de Jango”. Em outra reportagem intitulada “Tolerância Fatal”, de 12/03/1964, são apresentados argumentos que explicavam como a tolerância de João Goulart as mobilizações políticas e sociais estava prejudicando e levando o país ao caos. Nela há as seguintes interrogações:

Quem não sente que as instituições estão em perigo? Quem não nota que os comunistas estão empurrando para a vanguarda os inocentes úteis do tipo Brizola? Quem não experimenta esse ambiente de intranquilidade que já se infiltrou nos quartéis e comprometeu a homogeneidade de pensamento dos militares? Quem não se impressiona com essas greves criminosas que só agitam determinados setores da vida brasileira, precisamente aqueles onde é maior a pressão dos vermelhos? Quem não fica apreensivo com a política radical de certos auxiliares do dr. João Goulart, comunistas fichados mas que gozam dos privilégios de capacitados e prestigiados assessores.[...] Nós acreditamos nas denúncias do governo do Rio Grande do Sul, acreditamos na denúncia viril e patriótica do deputado Bilac Pinto, acreditamos no teor da carta do prof. Sobral Pinto enviada aos comandantes do I, II e III Exércitos.⁹²

Finalizava afirmando que o jornal vinha há muito tempo chamando a atenção dos leitores para a “lenta e inglória cubanização do Brasil” e ainda que o “povo brasileiro, cristão e democrático, não pode assistir impassivelmente a esse desvirtuamento”. Nota-se, que o clima foi ficando cada dia mais tenso e o jornal passou a legitimar a ação dos conservadores, ajudando a aumentar a atmosfera de instabilidade. O *Jornal Rio Grande* continuou a atacar diretamente a figura do presidente, sempre o ligando à imagem de comunista, desordeiro e golpista, atendendo, assim, os anseios da elite local.

Seguindo essa postura, o jornal afirmou na reportagem “Nação em Pânico”, que a sociedade riograndina não devia se preocupar com os tumultos orquestrados pelos atuais governantes que “querem minar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica com o vírus da rebelião. Tranquelize-se, porém, a Nação pois no Brasil ainda existem generais e soldados democratas”⁹³. O *Jornal Rio Grande* também pôs-se a elogiar àqueles que estavam combatendo

⁹² *Jornal Rio Grande*, 12/03/64

⁹³ *Jornal Rio Grande*, 28/03/1964, p. 02.

a desordem e defendendo a “democracia”. Nesse sentido, parabenizou a atuação das mulheres de MG e SP pela realização de passeatas que visavam preservar a moral e a família e que a mulher riograndina também estava pronta para “expor sua fé na democracia”. Mas que sua atuação deveria ir além da passeata, cumpria a elas “galvanizar a opinião pública”.

Dessa forma, o *Jornal Rio Grande* incentivava e elogiava as ações que tinham por objetivo moralizar a sociedade riograndina. Ao mesmo tempo, alertava, em tom de denúncia, sobre as mobilizações que se propunham ao contrário, defender o governo legalmente eleito. Foi assim que noticiou o comício feito pelo prefeito Farydo Salomão, no dia 18/03/1964, em apoio àquele realizado por Jango no Rio de Janeiro para anunciar as Reformas de Base. Assim como foi crítico a atitude do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) quando da deflagração de greve geral na tentativa de impedir o golpe no dia 01/04/1964.

Compreende-se que antes do golpe havia uma ação progressista na cidade, a qual, de certa forma, moderava as ações da direita e ajudava a legitimar os setores populares. Isso é indicado pelos projetos de casas e restaurantes populares, e pela urbanização dos bairros operários, efetivados pelo governo municipal. Dessa forma, a elite municipal estava perdendo espaço, o que fez com que ela apoiasse, incentivasse e propagandeasse o golpe e, depois dele concretizado, buscasse a deposição do prefeito do PTB e a intervenção militar na cidade, visto que, pelas vias democráticas, dificilmente, chegariam ao poder.

O porta voz desses grupos, o *Jornal Rio Grande* seguiu descrevendo e elogiando a “admirável façanha militar”. Dessa forma, pode-se perceber a nítida relação do jornal com o complexo IPES/IBAD e o vínculo entre suas propostas

Podemos refletir que o tripé IPES/IBAD/ESG estivesse também operando em Rio Grande, pois em nível municipal ocorria uma relação entre a Ação Democrática Parlamentar (ADP) que contava com três vereadores e a direção do jornal “Rio Grande”, fato atestado pelas frequentes reuniões entre ambos. (GANDRA, 1999, p.86).

A posição da Ação Democrática Parlamentar ficou clara quando, dias após o golpe, o *Jornal Rio Grande*, noticiou a ida de membros dessa para Porto

Alegre, no intuito de “levar a solidariedade da ADP riograndina ao governador e, ao mesmo tempo, oferecer ampla colaboração ao Eng. Ildo Meneguetti para o árduo trabalho de reconstrução.”⁹⁴ O jornal defendeu abertamente que deveria haver uma limpeza geral na sociedade, com objetivo de moralizar o país, acabar com a corrupção, com a agitação trabalhista e com a possível comunização do Brasil.⁹⁵

Após a deflagração do golpe, ferroviários, portuários, estivadores e demais categorias trabalhistas entraram em greve geral em Rio Grande, no dia 02 de abril de 1964, posicionando-se contra a intervenção militar e em apoio ao governo legalmente eleito, de João Goulart (PTB), bem como, a base governista da prefeitura municipal. A greve geral foi uma ação em nível nacional deflagrada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Cabe salientar, que o Conselho Representativo das Entidades Ferroviárias Gaúchas, além de anunciar, em nota oficial, a greve, também a cancelou. No dia 02/04/1964, dois comunicados desse Conselho são lançados. O primeiro pela manhã, as 10:55h, manteve as greves e ainda afirmou que “Os gloriosos trens do Rio Grande não transportaram tropas golpistas. Nossos braços e nossa técnica, somente deverão estar à serviço da Legalidade.”⁹⁶ O segundo, anunciou às 16:30h o cancelamento da greve, afirmando que “tudo fizemos para ajudar a manter no poder o Sr. Presidente da República, constitucionalmente eleito. Devemos retornar ao trabalho cada vez mais unidos, em torno das nossas reivindicações já conquistadas”⁹⁷. Nas palavras do ferroviário Saturnino Novo,

Nós já tava em greve ali, tava em greve esperando uma decisão, que o João Goulart fosse tomá, uma decisão; uma decisão e que fosse haver uma cobertura, que fosse haver um apoio, do Estado ou do

⁹⁴ *Jornal Rio Grande*, 07/04/1964, p.01.

⁹⁵ Dois jornalista do *Rio Grande*, tinham uma posição política bem definida e descreviam de forma sensacionalista os acontecimento da cidade e do país. Eles são Pimenta da Costa e José Coimbra. Esse último escrevia nas colunas *Anatomia do Comunismo e Política em Drágeas* e tinha uma postura nitidamente anticomunista, antibrizolista e antijanguista, sendo ferrenho defensor do golpe.

⁹⁶ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Casa Civil. Subfundo: Comissão de Investigação. Série: Investigação Sumária do Pessoal Civil. Caixa 2. Telégrafo da VFRGS; 03/04/1964..

⁹⁷ Idem.

Exército. E a gente esperava a qualquer momento que fosse haver um apoio!⁹⁸

Essa greve impediu a circulação do *Jornal Rio Grande*, principal veículo de informação do município, e um dos órgãos apoiadores e sustentadores da Ditadura em Rio Grande. A nota divulgada pelo jornal no dia seguinte à sua paralisação, nomeada *Violência Sindical*, contém a seguinte informação:

O jornal Rio Grande não circulou no dia de ontem. E isto porque ainda vivíamos no regime de anarquia e estupidez. Fomos vítimas de uma violência e contra ela protestamos com vigor mas, tranquilos, pois nutrimos a confiança de que o Brasil, nunca mais ficará na dependência de homens complexados, de agentes da anarquia e da vadiagem oficializada. [...] Procurando sustentar o dispositivo brizolista, o espúrio Comando Geral de Greve, em Rio Grande, ontem pela manhã concitou os trabalhadores a deixarem os locais de trabalho em manifestação de solidariedade aquele que havia sido deposto pelas Forças Armadas.⁹⁹

Observa-se, a partir dessa nota, o claro posicionamento do jornal em apoio ao golpe e condenando as greves dos trabalhadores riograndinos e o seu amparo ao governo de João Goulart. Esses trabalhadores tiveram papel preponderante nesse momento, pois tomaram a frente na tentativa de realizar uma resistência, tendo clara visão contra quem e o que se levantavam: um golpe de classe. Edgar Gandra, afirma que

Além da paralisação das suas atividades no porto, outra forma de resistência pelos obreiros das docas foi a adesão de muitos aos comitês de resistência ao Golpe de 1964. Na cidade do Rio Grande, desde o primeiro momento, começaram a circular listas para a inscrição de voluntários para enfrentar os golpistas. No depoimento de Farydo Salomão “[...] quando nós abrimos o voluntariado, muitos companheiros [...] estavam prontos para arrancar daqui para Porto Alegre”. Milhares de trabalhadores rio-grandinos mobilizaram-se em defesa do governo Goulart, chegando a impedir a circulação, em 2 de abril de 1964, do porta-voz dos conservadores comprometidos com o golpe no município, o *Jornal Rio Grande*. (GANDRA, 1999, p. 88).

⁹⁸ Entrevista realizada pela autora e por Edgar Gandra em 20/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Saturnino Novo.

⁹⁹ *Jornal Rio Grande*, 03/04/1964, p.1

É importante destacar que essa posição não veio de todas as categorias de trabalhadores da cidade. O sindicato dos bancários, por exemplo, mandou uma nota para o *Jornal Rio Grande* em apoio ao golpe, pedindo para não serem confundidos com aqueles que usam o nome do trabalhador para acobertar desordens. Nessa, declararam, “queremos manifestar nosso desacordo e professar a exclusão dos bancários riograndinos do rol dos insensatos que pretendem escrever Reformas com o sangue nobre do povo brasileiro”.¹⁰⁰ O jornal também divulgou a nota do jornalista Julio Rodrigues da Silva Filho, em desacordo à posição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Rio Grande, o qual manifestou seu apoio à legalidade.¹⁰¹

Além do *Jornal Rio Grande*, existiam na cidade outros setores conservadores que defenderam o golpe e saíram às ruas demonstrando apoio aos militares e sua intervenção no país. Fato que se percebe pela realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade¹⁰² e de uma missa pelo reconhecimento e agradecimento às Forças Armadas por terem livrado o país da ameaça comunista¹⁰³. A única nota contrária ao golpe, publicada no jornal, foi um manifesto no qual os diretórios acadêmicos das escolas superiores de Rio Grande, dos cursos de Engenharia Industrial, Ciências Políticas e Econômicas, Direito e Filosofia, se declararam defensores da Constituição e do processo democrático.¹⁰⁴

No quarto dia, logo após o golpe, os agentes da Delegacia de Ordem Política e Social foram até Rio Grande “averiguar a atuação do Prefeito Salomão durante os dias de agitação”.¹⁰⁵ Em meio a esse clima de agitação e dúvidas sobre o que estava por vir, tanto a prefeitura municipal, quanto as Forças Armadas da cidade tentavam manter a aparência de que tudo corria na mais perfeita ordem. Assim, o prefeito¹⁰⁶ avisou a população, através do jornal, que “reina absoluta tranquilidade em todo o município” e pedia para que a

¹⁰⁰ *Jornal Rio Grande*, 03/04/1964, p.1

¹⁰¹ *Jornal Rio Grande*, 06/04/1964.

¹⁰² *Jornal Rio Grande*, 23/04/1964, p. 8 e 25/04/1964, p. 8.

¹⁰³ *Jornal Rio Grande*, 29/04/1964.

¹⁰⁴ *Jornal Rio Grande*, 03/04/1964, p. 1.

¹⁰⁵ *Jornal Rio Grande*, 04/04/1964, p. 1.

¹⁰⁶ Um dia antes o prefeito Farydo Salomão mandou divulgar que era anticomunista, mas democrata e a favor das reformas; ao mesmo tempo, o jornal denunciava seu esquerdismo, porque ele teria se negado a participar da Marcha da Família com Deus de Rio Grande (*Jornal Rio Grande*, 03/04/1964, p. 4).

população retornasse imediatamente às suas atividades normais¹⁰⁷. Exatamente a mesma nota foi publicada pelos Comandantes das Forças Militares Mário Costa (Com. Cap. Dos Portos RGS) e Oscar José Blom (Ten. Cel. Cmt. Do 7º G.A.CosM.).

Um fato importante a ser destacado foi o cancelamento, por parte do prefeito Farydo Salomão, da concessão, anteriormente dada, para a realização de um comício da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na sacada da Prefeitura Municipal. Para o *Jornal Rio Grande*, a “marcha revelaria a aprovação de toda a sociedade riograndina ao movimento militar”.¹⁰⁸ Essa marcha ocorreu mais tarde, no dia 24/04/1964 em “agradecimento às Forças Armadas pela coragem e ato de brasilidade demonstrados”.¹⁰⁹

Importante notar que as detenções só começaram em Rio Grande no dia seis de abril, pois, nos primeiros dias após o golpe, as Forças Armadas da cidade (Exército e Marinha) estavam divididas quanto ao seu apoio. Acredita-se que isso se deve, por um lado, à posição do III Exército, localizado em Porto Alegre¹¹⁰, e que declarou apoio à Constituição. Por outro lado, a própria relação interna entre os chefes militares, suas hierarquias e apoios pessoais, dificultaram uma tomada de posição radical, ou apoiando, ou sendo contrários. Salienta-se que a Marinha, em nível nacional, foi a primeira instituição militar, a declarar apoio integral ao golpe. Para Gandra,

Nesse quadro, é significativa uma particularidade do município de Rio Grande: ali, as prisões só começaram alguns dias após a de outras localidades do país – como por exemplo as da cidade vizinha de Pelotas; esse atraso permitiu que muitos dos aliados do governo deposto fugissem. O prefeito, Farydo Salomão, afirma em sua entrevista que no município o: “[...] próprio comando local estava em cima do muro, não sabia se aderiria ou não aderiria, só resolveu aderir no fim, tanto que depois ambos [Comandantes da Marinha e do Exército] foram substituídos [...]” fato que, sem dúvida facilitou a

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ *Jornal Rio Grande*, 04/04/1964.

¹⁰⁹ *Jornal Rio Grande*, 20/04/1964.

¹¹⁰ “O general Ladário Pereira Teles, comandante do III Exército, leal ao presidente, determinou que suas tropas entrassem em ‘prontidão rigorosa’. Tudo parecia indicar que um núcleo de oficiais legalistas comandaria a reação contra os golpistas. A ação militar ‘golpista’ foi, entretanto, bastante significativa. Teve como chefes principais os generais Poppe de Figueiredo, da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria; o general Adalberto Pereira dos Santos, que assumiu o comando militar em Cruz Alta; o general Joaquim Camarinha, comandante da 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana, e o general Hugo Garrastazu, comandante da 3ª Divisão de cavalaria, em Bagé” (WASSERMAN, 2010, p 59).

possibilidade de fuga para quem optasse por essa saída. (GANDRA, 1999, p. 90).

Essa demora em escolher um dos lados, por parte dos oficiais militares, não representou uma repressão mais branda. Aqueles que fugiram conseguiram escapar da repressão imediata. Já aqueles que permaneceram na cidade tiveram que lidar com prisões, interrogatórios, perseguições e torturas. Segundo o *Jornal Rio Grande*, o Rio Grande do Sul contava, no final de abril, com 241 presos políticos e Rio Grande foi a cidade do interior que forneceu o maior número de encarcerados, num total de 20 pessoas. O jornal ainda divulgou uma lista com o nome de 18 pessoas que estavam presas no navio *Canopus* e seriam deslocados para Porto Alegre, cabendo ao Departamento de Ordem Política e Social da capital averiguar as denúncias contra os detidos e qualificá-los na Lei de Segurança Nacional¹¹¹. Dentre os nomes dos presos, quatro deles eram ferroviários, sendo três deles da ativa (Miguel Gomes, Neri de Avila e Roberto Leonardo Germano) e um aposentado (Manoel Recchia); esse último foi vereador em Rio Grande de 1959 a 1963.

O *Jornal Rio Grande* fez uma intensa cobertura das perseguições aos “líderes vermelhos” e “conhecidos agitadores”, realizadas no município¹¹². Este as descrevia de forma amena, e como uma medida justa e necessária para o bom andamento da cidade. “Calcula-se que o *Canopus* já se encontra abarrotado de líderes vermelhos e de agitadores que atuavam em Rio Grande. Consta que essa **belonave** deverá zarpar para o Rio de Janeiro e que virá para Rio Grande um navio maior para o qual serão transferidos os presos políticos”.¹¹³ Nota-se o tom de alívio com que o jornal foi descrevendo a limpeza social efetivada na cidade. Ao chamar o navio *Canopus* de belonave, faz uma referência à missão salvadora e moralizadora que esse cumpriu, dando, assim, legitimidade às prisões. O navio hidroviário *Canopus* estava realizando pesquisas sobre a costa brasileira, e a partir do golpe foi utilizado

¹¹¹ *Jornal Rio Grande*, 24/04/1964, p. 01.

¹¹² As inúmeras batidas policiais, estavam sendo comandadas pelo delegado Evaldo Miranda. *Jornal Rio Grande*, 07/04/1964, p.01.

¹¹³ *Jornal Rio Grande*, 09/04/1964, p.01. Grifo meu

como um navio-prisão para os presos-políticos de Rio Grande¹¹⁴. O ferroviário Miguel Gomes, na época vice-presidente do PDT da cidade, relata como ocorreu sua prisão:

Quando chegou dia três, quatro, eles começaram a prender nossos colegas, que faziam parte das entidades. Eu fui preso dia oito, junto com outro companheiro meu, que também era da associação Sul Rio-Grandense, que esse era de Porto Alegre. Mas ele era representante aqui. Nos levaram numa lancha e da lancha nos levaram pra o navio Canopus. E nós tivemos trinta e poucos dias lá. Daí nos trouxeram pro quartel da Brigada, por que esse navio tinha que zarpar para o Rio de Janeiro né. Eles fizeram um presídio ali, você sabe que preso político eles não podem botar com preso comum. Então eles nos trouxeram pro quartel da Brigada, e do quartel da Brigada fomos para o Sesi de Porto Alegre. Lá fiquei mais uns trinta e poucos dias. Tiraram fotografia de tudo pela agente. Isso aí dizem que foi pra os Estados Unidos, porque essa revolução nasceu em um laço. É, a Cia, então era garantido até pelos americanos, se essa outra facção perdesse, eu acho que eles mandavam até tropa pro nosso país.¹¹⁵

Os ferroviários Miguel Gomes, Nery de Ávila e Roberto Germano foram presos logo após o golpe, no navio Canopus e depois transferidos para Porto Alegre, ficando enclausurados por quase dois meses. É importante frisar que

¹¹⁴ Numa reportagem arquivada em um dos processos pesquisados, há mais informações sobre esse navio. No entanto, não se encontrou a data que ela foi publicada. Sabe-se que ela foi escrita por Jorge Franco e publicada no jornal *Agora*. Nessa conta que “O *Canopus* era um navio hidroviário pertencente à Marinha e foi posto em serviço em 1956 e teria um comprimento de 97 metros. Era usado para a captação de dados sobre o litoral e também para a sinalização das hidrovias. O *Canopus* tinha um irmão gêmeo, o *Sirius*, também da Marinha. [...] O capitão dos Portos era Mário Rodrigues da Costa, mais tarde denominado de “reizinho”, tal o poder que contou após o golpe. Ele se transformou na autoridade máxima do município. [...] Os rio-grandinos viveram momentos negros, onde muitos colaboradores do golpe agiam com a intenção de entregar todos aqueles que lhes pareciam comunistas. [...] O Atual vereador do PMDB, Oscar Moraes, que à época do golpe desempenhava a função de secretário do prefeito Farydo Salomão, conta que houve um verdadeiro rebuliço por causa de uma “lista contendo nomes de pessoas que haviam decidido fazer resistência ao golpe”. Oscarzinho conta que se apoderou do livro onde estava tal lista, com o conhecimento do prefeito, e arrancou as folhas que comprometiam. Após, incinerou-as. Oscar Moraes relatou que o garçom de nome Jorge, que posteriormente trabalharia no restaurante do Clube do Comércio, sempre comentava que no *Canopus*, quando não tinham nada para fazer, os *revolucionários* agrediam os *comunistas*. [...] DESAPARECIMENTO – Oscar Moraes revelou também que o líder comunista Carlos Lima Aveline conseguiu fugir da prisão. Ele foi ajudado por Francisco Lobo Noronha a ir até o Uruguai. Carlos Aveline esteve desaparecido por muito tempo. Muito depois, chegava a informação de que ele teria sido assassinado no Nordeste. Até hoje pairam dúvidas sobre a morte de Aveline. [...] MORTE – Silvio Tonini contou um fato revelador. Segundo ele, entre as muitas prisões – que ele acreditava terem se aproximado de 30, estava a de um juiz de direito que também foi levado para o navio. Este teria se suicidado quando o *Canopus*, após ter deixado Rio Grande, se aproximava de Porto Alegre. [...] O comandante do navio hidrográfico era Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, que posteriormente se transformaria no Ministro da Marinha do governo Figueiredo”. (*Jornal Agora*, s/data).

¹¹⁵ Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPEL.

nessas prisões usaram de violência e torturas que marcaram esses indivíduos e suas famílias pelo resto da vida. Além dos problemas físicos que passaram a ter, os traumas psicológicos também foram imensos e sempre os acompanharam. Relato parecido, de como ocorriam as prisões, foi feito pelo Capitão reformado da Brigada Militar e vereador do município pelo PR, na época do golpe, Athaydes de Rodrigues, em seu livro de memórias *Agora eu... A revolução de 1964, em Rio Grande*¹¹⁶. As prisões/perseguições foram comandadas pelo capitão de mar e guerra Mário Rodrigues Costa.

O *Jornal Rio Grande*, após o golpe passou a fazer campanha aberta para a deposição do prefeito. Justificando sua posição, afirmava que a cidade já tivera prefeito indicado pelo governo em 1951, e que, “ainda hoje, Rio Grande não pode deixar de ser enquadrada como ponto estratégico para a Segurança Nacional. Assim sendo o Comando da Revolução teria razões para colocar uma pessoa de confiança do governo na administração municipal”.¹¹⁷ Posicionando-se dessa forma, o jornal passou a receber inúmeras críticas dos apoiadores e assessores do prefeito municipal, que o acusaram de estar “envenenando a opinião pública” e “forçando a cassação do mandato do Prof. Farydo Salomão”¹¹⁸. O jornal se defendeu, dizendo que a acusação era absurda e ridícula, ainda salientava que:

O grande erro do Prof. Farydo Salomão foi o de ter pretendido defender uma causa ingrata, a causa da corrupção e da comunização do País, solidário que esteve com o dr. João Goulart e Leonel Brizola. Temos a convicção que o nosso Prefeito, como tantas outras pessoas, foi um iludido, pois até 31 de março não pode imaginar toda a podridão e venalidade que estruturava o governo deposto.¹¹⁹

Farydo Salomão foi cassado no dia 24 de abril de 1964. Seu vice, Álvaro Pereira, assumiu por alguns dias, mas acabou renunciando logo em seguida. O capitão reformado do exército, Martinho de Oliveira, foi escolhido indiretamente como o cargo de prefeito. A “eleição” foi feita pela Câmara de

¹¹⁶ Athaydes Rodrigues, devido ao cargo ocupado na administração municipal, recebeu um tratamento diferenciado dos demais presos, sendo enviado para um camarote, enquanto os demais foram mandados para os porões.

¹¹⁷ *Jornal Rio Grande*, 17/04/1964, p.01.

¹¹⁸ *Jornal Rio Grande*, 25/04/1964, p. 01.

¹¹⁹ *Jornal Rio Grande*, 25/04/1964, p.01

Vereadores, no dia 30 de maio, a qual contava com uma nova estruturação, devido a cassações de alguns vereadores e estava sendo controlada pelo capitão Mário Rodrigues da Costa. Seu vice foi o professor Lórea Pinto. O prefeito deposto, Farydo Salomão, afirmou em entrevista que esteve “impedido de praticar qualquer atividade [...] vigiado, respondendo inquérito, IPM, sofrendo uma devassa, a minha vida, e de tudo isso, o que me deixa orgulhoso é a conclusão [...] brigador, insuflador e subversivo, que para mim isto é uma condecoração, seria pejorativo se me chamasse de [...]”.¹²⁰

Além da cassação do prefeito e de alguns vereadores, várias instituições riograndinas foram subjugadas e sofreram intervenções e expurgos. Entre elas estavam a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, o DEPRC e a Alfândega. Também houve a substituição dos chefes da Agência Postal Telegráfica e da superintendência do comércio. Destaca-se que a intervenção e a militarização se deram em maior número nas empresas estatais, na tentativa de enquadrá-las à nova ordem social.

Nesse sentido, na reportagem *Linha Dura no DEPRC já estava se fazendo sentir*, havia a notícia que,

O diretor geral do DEPRC, general Odilon Vitor Denardin, informou que ao Ministérios do Trabalho e da Viação estão elaborando o novo estatuto do trabalhador, o qual, no que se refere às classes portuárias e ferroviária, eliminará as **assombrosas vantagens** que aquelas classes tem sobre os demais trabalhadores. Disse que tais vantagens eram oriundas de acordos realizados entre Os Sindicatos e os Ministérios do Trabalho e da Viação, não cabendo ao DEPRC o direito de ser ouvido, mas apenas o dever de cumpri-los.¹²¹

Nessa reportagem, os trabalhadores ferroviários e portuários foram descritos como privilegiados, por possuírem vantagens (salários, direitos) mais amplos do que de outras categorias. Ao anunciar que cortaria as “assombrosas vantagens” desses, o governo civil-militar deixava clara a perseguição que faria aos sindicatos/trabalhadores mais combatentes. Este, ao invés aumentar os direitos dos demais trabalhadores, resolveu retirá-los daqueles que duramente as conquistaram, realizando, assim, uma nivelção por baixo.

¹²⁰ Entrevista realizada por Francisco das Neves Alves, na cidade de Rio Grande, nos dias 23, 26 e 30/11/87, a Farydo Salomão. Arquivo no Centro de Documentação Histórica (CDH) – FURG

¹²¹ *Jornal Rio Grande*, 25/09/1964, p.01 (Grifos meus)

Pensada a agitação e a polarização da cidade do Rio Grande, a qual vivenciou em nível municipal toda, ou parte, da crise pré-golpe aflorada em âmbito nacional, se pode compreender importantes peculiaridades que contribuíram para que a cidade fosse nomeada Área de Segurança Nacional. Essa contava com uma esquerda e uma direita que se dividiam, de forma mais ou menos equilibrada, em polos de interesse, influência e disputa pelo poder. Grupos que podem ser genericamente separados entre: a classe operária e alguns políticos ligados, principalmente ao PTB e ao PR, *versus* a elite empresarial de Rio Grande, conectada ao principal jornal da cidade e boa parte do PSD. Aliados a esses aspectos, estavam, a importante estrutura militar do município, sua estratégica localização geográfica e seu Porto, (a única entrada marítima do Estado).

Neste sentido, a cidade do Rio Grande pode ser percebida, como parte dos planos políticos acerca da Segurança Nacional e desenvolvimento econômico levado a cabo pelo regime em âmbito nacional. Efetivamente, o golpe de 31 de março 1964 acentuou as atividades repressivas ao mesmo tempo em que forneceu à cidade a alcunha de Área de Segurança Nacional. Em 1968, 21 municípios do Rio Grande do Sul foram considerados Áreas de Segurança Nacional – Alecrim, Bagé, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Nova Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana. A cidade de Rio Grande mais uma vez aparece na lista, devido sua condição portuária e proximidade com os caminhos que levam às fronteiras do Uruguai e Argentina, fazendo com que o Governo reforçasse o contingente de tropas em seus quartéis. Com forte presença militar na cidade, a sensação de segurança contribuiu para que fosse forjada uma estrutura de legitimação que contou com o consenso das elites locais e de grande parte da sua população. (COSTA, 2012, p.127-128).

A ESG brasileira adicionou em seus manuais a ideia de que “não há Segurança Nacional sem desenvolvimento econômico”. Nesse sentido, passou a indicar municípios de seu interesse, como áreas indispensáveis à segurança nacional, “o que acabou estimulando os investimentos financeiros nestas regiões consideradas estratégicas para os interesses políticos e econômicos do regime”. Dentre elas, Rio Grande (COSTA, 2012, p.126/127).

Nesse sentido, voltando a observar o Mapa 1 (Anexo I). Cabe salientar que seis linhas ferroviárias faziam divisa com o Uruguai (Jaguarão, Livramento e Quaraí) e a Argentina (Uruguaiana, Itaqui e São Borja). Essas cidades foram consideradas, em 1968, Áreas de Segurança Nacional, pela Ditadura civil-militar, “[...] a área de fronteira constituiu um espaço crítico de defesa interna e externa, levando o governo a nomear os interventores dos municípios ali localizados, assim como promover a militarização do mesmo” (PADRÓS; MARÇAL, 2010, p.42). Essas cidades, assim como Rio Grande, além de constituírem áreas de fronteira, tinham seu acesso intermediado/facilitado pelas linhas ferroviárias. Isto leva a inferir a importância geopolítica das ferrovias gaúchas. Visto que seu controle significaria também, o controle da entrada e saída de pessoas do país.

3.2 Repressão e Controle

Este subcapítulo discutirá alguns aspectos repressivos que foram adotados pela RFFSA e pela polícia política¹²² para restringir as ações dos ferroviários enquanto grupo organizado e como trabalhadores reivindicativos. A forma coerciva como as relações trabalhistas passaram a ser tratadas, reviu o domínio do tempo de trabalho, modificando significativamente o dia a dia dos ferroviários.

Após o golpe civil-militar de 1964, a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) passou a ser dirigida por interventores militares, tanto em nível federal, como estadual. Isso mudou significativamente a forma como a empresa vinha sendo administrada e a relação dela com seus trabalhadores. O primeiro interventor a assumir a direção da Rede foi o Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Esse foi substituído, em novembro de 1964, pelo engenheiro Hélio Bento de Oliveira Mello. E em 1967 quem assumiu a Presidência da RFFSA foi o General Antonio Adolpho Manta.

¹²² Por polícia política entende-se, “um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva [...] com fins de entrever e coibir reações políticas adversas” (Xavier, 1996, p. 32 apud Bauer, 2006, p.17)

Pela documentação consultada da RFFSA/VFRGS, teve-se contato com uma série de regulamentos e disposições que passaram a fazer parte das normas administrativas da Rede a partir de abril 1964. A mensagem do novo presidente da RFFSA aos ferroviários brasileiros, Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima, nomeado como interventor federal, deixava claro as novas posturas/comportamentos exigidas dos trabalhadores. Nas suas mensagens eram enfatizados valores como o respeito à hierarquia, à disciplina, à cooperação com os diretores e o produtivismo.

Na sequência de sua primeira mensagem, o interventor ressaltou a necessidade de mudar a perspectiva do movimento operário gestado até então. Nas suas palavras,

Assim, não podemos admitir, que conduzida por indivíduos inescrupulosos, sem mérito para falar em nome dos ferroviários, seja a classe arrastada para as greves de caráter político, causadoras de incalculáveis prejuízos à economia nacional, agravando o já alarmante estado deficitário. [...] Aceito a conversa franca e sincera com os sindicatos organizados livre e democraticamente, isto é, a entidade de classe que, de fato, a represente e não os habituais grupos promotores de graves distorções, que tantos males vem causando ao país.¹²³

Por meio dessa mensagem tornou-se claro o posicionamento do recém empossado diretor da Rede, o qual reprovava a forma como o sindicalismo foi conduzido até então. Ele condenou os representantes dos ferroviários, políticos e/ou líderes sindicais, como agitadores, afirmando que eles não se preocupavam verdadeiramente com a classe, mas, sim, com promoções pessoais e com a desestabilização da ordem e da economia brasileira. O Coronel ainda expôs a não aceitação, por parte da empresa, de reivindicações e ações agressivas, estruturadas a partir de bases ideológicas e partidárias, assim como a necessidade do afastamento dos “ferroviários de bem”, daqueles indivíduos “inescrupulosos”. Apenas quando os trabalhadores aceitassem a “verdadeira democracia”, ou seja, quando aceitassem ser submissos, eles seriam respeitados pelo governo e pela empresa. A repressão estava abertamente anunciada. “Ao regime fundado sob a égide da Doutrina de

¹²³ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72. p. 176. 15/04/64.

Segurança Nacional se atribui um *vocação revolucionária* destinada a modificar o *status quo*” (BORGES, 2009, p.27).

Nesse sentido, o ferroviário Miguel Gomes afirmou que,

Mandaram fechar as portas de tudo. Tudo quanto é sindicato foi trancado, nem se fazia reuniões. Pra tu reunir com cinco pessoas tu tinha que pedir uma autorização lá na DOPS, se a DOPS desse a autorização tu fazia a reunião. Se não, aqueles que tão reunido iam preso. Não deram mais liberdade pra sindicato¹²⁴

A partir desse relato, fica clara a dificuldade que os ferroviários riograndinos passaram a enfrentar para realizar atividades corriqueiras e o processo burocrático, os quais foram obrigados a incorporar no seu cotidiano, cada vez que quisessem se reunir. Esse ferroviário salienta, ainda, a falta de liberdade que os sindicatos vivenciaram e as detenções a que os trabalhadores estavam sujeitos, caso fugissem das regras estabelecidas pelo governo. A visão desse militante explicita a clara percepção que eles tinham do período e das restrições impostas a sua classe.

Também foi substituído o então diretor da VFRGS (Viação Férrea do Rio Grande do Sul), Vicente Cortazzi, pelo General José Maria Bastide Schneider, nomeado pelo interventor federal e designado pelo Comando do Terceiro Exército¹²⁵. Schneider assumiu o cargo temporariamente e logo foi substituído pelo General Antonio Adolpho Manta. Essa troca quase imediata dos diretores da Rede, tanto em nível federal, quanto estadual, mostra a rápida articulação do governo civil-militar para impor um novo modelo de sociedade e dificultar a estruturação de um movimento de resistência. A militarização da Rede serviu tanto para intimidar, como para disciplinar seus empregados. Isso se percebe mais claramente, em outra mensagem do interventor federal, datada 20/04/1964. Esta determinava que

[...] todos os atos dessa administração sejam pautados, de modo rigoroso e **absolutamente inflexível** pelas seguintes normas de

¹²⁴ Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPEL

¹²⁵ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72, p. 179/180.

trabalho: 1º - Integral respeito ao princípio de autoridade, zelando pela manutenção do mesmo, inclusive determinando **medidas enérgicas para o seu pronto restabelecimento** em casos em que tenha sido subversivo ou comprometido. 2º - Não permitir, qualquer que seja a hipótese considerada, nenhuma influência político-partidária em assuntos de exclusivo interesse da Rede. 3º - Conduzir a aplicação do dinheiro público segundo os ditames da mais absoluta honestidade, agindo severamente contra aqueles que o tenham malbaratado ou dele se queiram beneficiar. 4º - Aplicar a máxima contenção nas despesas, reduzindo todos os investimentos ao estritamente indispensável à segurança do tráfego. 5ª – Por termo, em definitivo, a todas as formas de gratuidade ou de liberdade na execução dos serviços ferroviários. 6º - **Dispensar** todo o pessoal admitido até há um ano atrás, por interesse político-sindicalista e que se destinava a perturbar a paz social e a promover, subversivamente, a mudança do regime democrático. 7º - Envidar todos os esforços na adoção e fiscalização de medidas visando a melhoria da receita. Para fins de controle geral, deverão ser comunicadas à Presidência da RFFSA, até o dia 10 de cada mês, pelo meio mais rápido, a receita e a despesa do mês findo, comparando-as com as do mês anterior. 8º - Manter estreito contato com as empresas ou organizações que possam necessitar de transporte ferroviário, oferecendo-lhes as melhores condições possíveis de segurança e rapidez no recebimento e na entrega de suas mercadorias.¹²⁶

A mensagem acima transcrita, apesar de extensa, expressa a forma como a nova administração passou a compreender e operar a ferrovia. As palavras grifadas explicitavam a nova conjuntura política e a forma inflexível com que a Rede trataria os ferroviários, começando uma perseguição a quem quebrou ou pudesse quebrar os preceitos de autoridade, punindo energicamente qualquer transgressão à ordem. Por consequência, as demissões, afastamentos e condenações por qualquer atitude que o governo e a Rede considerassem “subversivo”, era rapidamente punido e dificilmente defensável. Percebe-se, a clara intenção dos golpistas em realizar atos violentos para intimidar os trabalhadores.

Outra observação importante do trecho citado e que muito preocupava os novos administradores da RFFSA era a questão econômica. Muitas das medidas restritivas citadas tinham como causa, ou desculpa, o elevado índice deficitário que a empresa apresentava. Por conseguinte, um dos objetivos da nova administração, era reduzir ao máximo as despesas e os investimentos, apenas fazendo-os para suprir o básico. Uma das medidas que visou, tanto para cortar gastos, como controlar a movimentação sindical dos ferroviários, foi

¹²⁶ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72. p. 197-198. Grifos meus.

o fim das gratuidades e o fim do livre acesso a muitos de seus serviços. Vários ferroviários usavam o sistema de telégrafo para se comunicar com os outros núcleos sindicais, assim como utilizavam o transporte gratuitamente para se locomover, com a finalidade de participar de reuniões em outras cidades. Esses benefícios foram cortados imediatamente após o golpe.

O presidente nacional da rede, Cel. Afonso Augusto de Albuquerque Lima, afirmou, em outra passagem do *Boletim do Pessoal*, amparar-se no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, para “restabelecer, em plenitude, a moralidade administrativa nos setores da Rede Ferroviária Federal S.A., assim como banir do seu seio todos os maus brasileiros que contribuíram para perturbar a paz social, procurando subverter o princípio da legítima autoridade”¹²⁷. Pelo artigo 7º, do citado Ato Institucional nº 1, foram suspensos, por seis meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade dos funcionários públicos, fato que permitiu demitir “legalmente” muitos ferroviários. Também ficaram suspensas novas admissões na RFFSA por quase um ano. Nesse sentido, é possível afirmar que esse trabalhador ferroviário, que tanto se combatia, era considerado um inimigo interno.

O inimigo interno, isto é, todo aquele que não se pronuncia a favor do regime e dos ideais revolucionários, seduzidos por ideologias estranhas e apoiado por forças externas (comunismo internacional), é um mal que deve ser extirpado, pois ele coloca em perigo a segurança do país e, por consequência, o seu desenvolvimento político, econômico e social. (BORGES, 2009, p.37).

No mês maio de 1964, o General Antonio Adolpho Manta assumiu as funções de interventor e diretor-superintendente da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Ele ficou responsável pela nomeação de uma série de novos diretores e assistentes para as subsidiárias, ou seja, as demais cidades do RS que contavam com estrada de ferro. Os novos chefes de departamento ficaram responsáveis por tomar providências no sentido de impedir que agitadores ou elementos estranhos à classe dos ferroviários realizassem reuniões, ou

¹²⁷ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/Boletim do Pessoal, nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72, p. 209-212.

pregações, dentro dos recintos da estrada, assim como procurassem, por meio de boatos, insuflar a intranquilidade nos meios ferroviários.¹²⁸

O General Manta ocupou o cargo de diretor da VFRGS até março de 1967, quando solicitou seu afastamento, para assumir a direção federal da Rede. Em seu lugar assumiu o Eng. Romualdo da Costa e Silva, irmão do segundo presidente militar, Arthur da Costa e Silva. Em seu discurso de posse, o Gen. Manta abordou os planos para diminuir o déficit da VFRGS e melhorar os serviços prestados às empresas contratantes dos serviços ferroviários. Também repetiu muitas das normas de funcionamento, anteriormente descritas pelo diretor-inteventor federal, Cel. Lima. O Gen. Manta ainda complementa as informações, ao afirmar que “o Brasil necessita, realmente, de três coisas: Bom senso, Decência e Honestidade. Sem isso nenhuma reforma frutificará; sem isso nenhuma política poderá ter bases sólidas”.¹²⁹

O referido General, ao falar sobre sua confiança nos ferroviários do Rio Grande do Sul, faz uma exaltação ao gaúcho, afirmando que este “sempre soube ser altivo, brioso, bravo e leal”. Segue dizendo que

[...] Ideologias importadas pretenderam entorpecer estas qualidades do homem do sul, tornando-o peça inconsciente nas mãos dos agitadores, a serviço da subversão e da corrupção. Mas, o gaúcho, que sempre foi leal, soube dizer Não a traição; o gaúcho, que sempre foi nobre soube dizer não aos métodos impostos pelo “Paredon”; o gaúcho, que sempre foi altivo, soube dizer Não à subserviência; o gaúcho, que sempre foi bravo, soube dizer Não aos ataques pelas costas, o gaúcho que sempre foi simples e honesto, soube dizer Não aos corruptos, o gaúcho que sempre pregou a liberdade, soube dizer um Não maiúsculo à escravidão.¹³⁰

Ao utilizar a figura mítica do gaúcho, o governo, na figura de seu interventor, cria uma estratégia particular para o Estado do RS, de valorização desse trabalhador, ao se inserir no imaginário social do gaúcho. Nesse aspecto, o regionalismo é usado como elemento justificador de uma postura

¹²⁸ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/Boletim de Pessoal,, nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72, p.312.

¹²⁹ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/Boletim do Pessoal, nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72, p.215. 14/05/64

¹³⁰ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/Boletim do Pessoal, nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72, p.215. 14/05/64

ideológica. Cria um indivíduo “herói”, para justificar ações e esperar uma postura exemplar dos ferroviários. Almeja que esses se comportem de maneira “honesto”, “simples” e “decente”, ou seja, espera que o ferroviário gaúcho obedeça o poder constituído.

Por outro lado, também se percebe a visão negativa que a ditadura tinha dos militantes, pois, ao mesmo tempo em que tentava liquidar a forma de agir e pensar desses, pretendia “criar” um novo tipo - ideal - de trabalhador.

Ainda, pelos *Boletins do Pessoal*, foi possível obter a informação sobre o pagamento dos salários aos servidores detidos, logo após o golpe civil-militar. Esses teriam direito a receber seus vencimentos, com redução de um terço, referente ao período em que estiveram sob detenção. Se apresentassem algum documento que os isentasse de responsabilidade, receberiam salário integral, coisa praticamente impossível de se conseguir. A questão financeira se configura como mais uma forma de repressão, pois os ferroviários que estiveram presos não receberiam seus salários, pelo menos não de forma integral. Também, a fuga das prisões era algo praticamente impossível, uma vez que, se ficassem ausentes do trabalho, mesmo estando foragidos, perderiam integralmente o salário e o emprego¹³¹; só conseguiriam a manutenção do mesmo se atestassem que estavam presos. Exemplo desse dilema aconteceu com o ferroviário riograndino Roberto Germano, que havia fugido para não ser preso. Saturnino Novo relata o acontecido.

O Germano sumiu, ia faze uns dez dias e nós não sabia notícia, quando foi quatro horas da manhã bateram na porta [...] Aí conversamos [Germano disse] - O negócio é o seguinte, eu to fugindo, to vindo de Santa Maria. [...] E agora o que eu faço? Eu disse - Não, o problema é o seguinte, tua turma tá toda presa, tá toda, e tu não vai ser diferente, não vai pensando que tu não vai ir pra lá. Agora o problema todo é o seguinte, amanhã tu te apresenta no serviço! Não pode deixa passar trinta dias! Amanhã tu te apresenta lá. A não deu outra. [...] Prenderam, prenderam na hora, na mesma hora o chefe da oficina mando prende ele e o chefe daqui, que era nosso [...] disse, - Eu não posso, não posso prende, a não ser com ordem superior, aí sim. [...] Veio a polícia federal¹³².

¹³¹ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal, nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72, p. 276-278.

¹³² Entrevista realizada pela autora e por Edgar Gandra em 20/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

Observa-se, por esse relato, e pelos Boletins da RFFSA, o “beco sem saída” que esses militantes foram obrigados a enfrentar. Pois, se ficassem foragidos perderiam o emprego e se voltassem ao trabalho seriam presos. Germano optou pela segunda opção. Talvez, depois de pensar em sua situação se viu sem escolha, pois se continuasse fugindo dificilmente conseguiria outro emprego, visto que estava com o nome fichado como subversivo. Na parte final da sua fala tem-se presente que as relações de trabalho estavam bastante tencionadas. Enquanto alguns chefes recusavam-se a entregar, ou dar ordem de prisão aos trabalhadores, outros o faziam com total despreendimento. Talvez isso fosse uma tentativa de ser valorizado pela nova direção, mostrando que apoiavam suas medidas e buscando ganhar pontos para uma possível promoção.

Seguindo a história narrada por Saturnino Novo, sabe-se que Germano estava desaparecido, porque havia ido para Santa Maria ajudar na destruição de uma documentação que pudesse comprometer a ele e a seus companheiros. Esse fato mostra a capacidade da realização de ações em conjunto entre os ferroviários gaúchos, mesmo num período extremamente delicado, em que a repressão se apresentava de forma muito intensa.

Tinha outros que saíam fugido, como eu te falei desse amigo nosso, o Germano. Ele foi a Santa Maria, pra entrar no partido né, pra destituir toda a papelada, toda a parte né, que pudesse tira nós de comunista. [...] Ele conseguiu, ele lutou, conseguiu. Saiu daqui fantasiado de marinheiro, gaúcho, sei lá. E ele foi lá e voltou, e mostrou que, tinha esses caras, que eram assim corajosos. E tinha os que não era corajosos, que não iam né, ficavam lá, não iam.¹³³

Nota-se, assim, a preocupação que os ferroviários tinham, principalmente os mais militantes, com a documentação das suas atas e dos partidos, aos quais eram filiados. De certa forma, eles já anteviam o que poderia acontecer, ou seja, que os materiais produzidos por eles poderiam ser usados como prova de sua participação em movimentos grevistas e reivindicatórios. Assim, trataram de eliminar os principais vestígios de uma

¹³³ Entrevista realizada pela autora em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

possível condenação. Miguel Gomes explica que “essas atas de reunião, tudo, eles deram um jeito de levar né, pra ver aqueles que tinha parte ativa na luta das entidades de classe. Então por ali também, eles começaram a prender o pessoal”.¹³⁴ De acordo com o ferroviário aposentado Ney Moraes, o período da Ditadura foi,

Muito severo, barbaridade [...] Ai eles chegavam e, na época eles demitiam, se fosse comprovado qualquer coisa nós não tinha nem conversa. Ninguém falava mais nada, ficava todo muito quietinho. [...] A revolução foi muito violenta. Principalmente na época do Castelo Branco, ali eles não perdoaram ninguém.¹³⁵

Através desse relato se pode perceber uma nítida divisão de “nós” *versus* “eles”, distinguindo a existência de dois grupos e a intolerância por parte do governo civil-militar frente às opiniões/visões dos trabalhadores. Não havia mais espaço para conversas abertas sobre qualquer tema político e que envolvesse críticas a “revolução”. Uma questão que chama a atenção nessa fala é o fato desse ferroviário considerar que a pior época da Ditadura veio com o governo de Castelo Branco, o qual é considerado, por muitos, como um dos mais amenos ditadores do período. A visualização da Ditadura para esse ferroviário, no entanto, é outra. Compreende-se essa interpretação, pois foi com o primeiro governo militar que os ferroviários riograndinos visualizaram a principal limpeza dentro dos seus sindicatos e a retirada brusca de muitos acordos e direitos conquistados nos governos anteriores, assim como a punição aos membros mais combativos da classe. O impacto inicial da Ditadura foi muito brusco, pois modificou toda uma forma de se organizar enquanto classe, alterando significativamente o cotidiano dos trabalhadores, tanto dos ferroviários, como dos demais. Isso não significa que os anos posteriores tenham sido mais amenos, mas, sim, que houve uma adaptação ao sistema. Ou seja, depois de um tempo as ações repressivas passam a ser normatizadas, ou não encaradas com tanto espanto, visto que passaram a cercar vários âmbitos da vida dessas pessoas.

¹³⁴ Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPEL.

¹³⁵ Entrevista realizada pela autora em 16/12/2011, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Ney Quegles de Moraes.

Uma questão importante de se analisar é o fato de que todos os ferroviários entrevistados chamaram a Ditadura de “revolução”; isso se deve, principalmente, à grande propaganda efetuada pelo governo, na tentativa de legitimar suas ações. Obviamente, os civis e os militares que derrubaram o governo democrático não se consideravam golpistas, mas salvadores do país. A denominação de “revolução” foi divulgada maciçamente por 21 anos e ficou normalizada no linguajar da população, sendo muito difícil mudar a denominação dela no atual período, ainda mais, porque não se efetuou uma real discussão sobre o assunto no país. No entanto, é importante salientar que os ferroviários entrevistados não utilizavam o termo “revolução” com a mesma concepção usada pelo governo. Eles mantiveram o termo, mas o ressignificaram, usando-o de forma pejorativa/negativa.

O ferroviário Saturnino Novo, ao referir-se ao golpe, explicou que:

Foi a maior tristeza, não só da minha parte, mas de muitos, pá aquilo foi como se tivesse perdido uma pessoa da família, que coisa triste, [...] nós no auge da Rede reivindicando promessas e tudo né, e nós tava bem né, na época nós tava pertencendo ao quadro dos polícia né, do Exército, dos sargentos, nós tava bem, [...] “João Goulart foi deposto, não tem mais nada!” Pô aquilo parece que foi um troço que caiu por cima da gente, fico todo mundo desorientado, fico todo mundo sem cabeça! [...] A gente fico assim completamente decepcionado, que a gente nunca tinha sofrido um golpe né, e sabia que atrás vinha ferro quente, então havia isso tudo, que até hoje eles empastelaram a Rede inteira e nunca retornaram, completamente errado porque é lei, não pode! Lei federal!¹³⁶.

No trecho acima, o entrevistado demonstrou a visão de perda e a decepção dos ferroviários com o golpe e a consciência de que, a partir de então, a continuidade de suas ações teria um caminho muito mais difícil para seguir. Claro que passados tantos anos do golpe, a avaliação feita pelo narrador, calcada no presente e nos fatos vivenciados, não necessariamente demonstrava que esses tivessem noção da projeção que o golpe teria. No entanto, quando se trabalha com História Oral, tem-se presente que os testemunhos são mais desorganizados que as fontes escritas e estão sempre carregados do presente e das novas opiniões que vão adquirindo durante suas vidas. “As histórias de vida e os relatos pessoais dependem do tempo, pelo

¹³⁶ Entrevista realizada pela autora e por Edgar Gandra em 20/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

simples fato de sofrerem acréscimos e subtrações em cada dia da vida do narrador (PORTELLI, 1991, p. 298)”.
 Como aborda Montenegro,

O processo de construção ou de produção opera em uma dimensão em que, partindo do real, do acontecido, a memória – como um elemento permanente do vivido -, atende a um processo de mudança ou de conservação. A reação ou a resultante do impacto da realidade sobre o indivíduo ou o grupo constituirá a marca que a caracteriza. Dessa maneira, a memória tem como característica fundante o processo reativo que a realidade provoca no sujeito. Ela se forma e opera a partir da reação, dos efeitos, do impacto sobre o grupo ou o indivíduo, formando todo um imaginário que se constitui em uma referência permanente do futuro. (MONTENEGRO, 2003, p.20)

Assim, a referência que os ferroviários riograndinos tem da Ditadura condiz com o impacto dessa para suas vidas. Alguns podendo ter a sentido de forma mais aguda e outros de maneira branda.

Outra informação que pode ser apreendida dessa fala é a gradativa decadência da Rede Ferroviária Federal S.A. Como citado no capítulo dois a Ditadura civil-militar de 1964 impulsionou a continuação de uma grande perseguição aos trabalhadores ferroviários, devido a suas inúmeras paralisações.¹³⁷ Assim, diminuir a força desses trabalhadores, ao mesmo tempo em que se sucateava as ferrovias foram medidas “necessárias” para acelerar o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. O relato de Miguel Gomes é elucidador desse momento, pois afirma que “depois que entrou essa gente, que fizeram essas privatizações aí, enfraqueceram monetariamente nosso país, nós não temos mais nada. Infelizmente isso aí veio a acontecer. Fizeram só dívidas, dívidas e dívidas, e o nosso país nessa situação”¹³⁸. Ainda segue afirmando que:

A gente sabia que o João Goulart era um presidente que fazia propostas populares, coisa que não agradava o capitalismo. Então a classe dominante sempre foram capitalistas né! Então eles

¹³⁷ A modernização industrial brasileira da década de 1950 não admitia o controle dos trabalhadores em um setor tão importante, como o de transportes. Com o presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), há uma inserção de inúmeros investimentos nas rodovias e a oposta nesse setor como principal meio de transporte de carga do país.

¹³⁸ Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPEL

derrotaram aquele presidente que pendia para o lado do proletariado. Então a gente já esperava que ia acontecer isso. As forças reacionárias né, o sindicato dos golpistas que existe no nosso país, a gente sabia que ia acontecer isso. Tanto é que no dia em que estourou a revolução nós nos reunimos na associação dos ferroviários, eu vi quando a caminhonete da polícia passava de um lado pra outro, e eu disse: - Olha companheiros, nós escutemos a rádio e vimos que tava perdida a revolução pro nosso lado. Digo: - Olha, não demora muito eles vão vir nos prender. Teve um companheiro meu que boto a mão na cabeça e se desesperou. Eu disse - Não adianta se desesperar isso aí foi dado um golpe, e **esse golpe é contra o trabalhador**. E a gente que faz parte das entidades de classe pode esperar o pior. Foi o que eu esperava, isso aí era dia primeiro de abril¹³⁹.

Miguel Gomes fez uma análise dos governos pré e pós-golpe e quem eles representavam. Identificou o governo de João Goulart como favorável à classe trabalhadora e às reformas políticas necessárias para o Brasil, visualizando, por outro lado, a classe conservadora como contrária aos avanços populares. Entendeu, assim, o golpe, como um golpe de classe e concluiu que os trabalhadores pagariam a conta por terem se colocado em posição de enfrentamento aos “donos do poder”. Afirmando ter sido o golpe, uma medida contra o trabalhador. Pode-se ainda supor, que ao se referir ao dia primeiro de abril, sua memória estivesse associada ao dia dos bobos, sendo ele e os demais trabalhadores tratados, naquela situação, como bobos.

Nesse sentido, acredita-se que

Não se pode compreender o Golpe Civil-Militar como resultado da crise de uma democracia que ainda era incipiente, justamente quando ela realmente começava a se tornar uma democracia, no sentido de regime político onde diferentes projetos de sociedade disputam a hegemonia e o poder. Esta disputa gerou um rico debate de ideias que o Golpe estancou de forma autoritária. Reafirma-se conseqüente, que a democracia, para as direitas, embora constantemente reivindicada, é tolerada somente até o limite onde seus interesses de classe não sejam ameaçados. (KONRAD e LAMEIRA, 2007 p.369).

Além do Golpe não poder ser interpretado como uma crise da democracia, o controle exercido aos trabalhadores tinha objetivos claros: desmantelar suas formas de luta e desestruturar suas lideranças. O fato dos

¹³⁹ Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPEL

ferroviários riograndinos terem que dar explicações aos órgãos do Estado, como para o SOPS/RG, sobre acontecimentos simples, como a realização de reuniões e a troca de diretorias demonstra que as movimentações dessa classe estavam em contínua vigia. Também a condenação àqueles militantes mais ativos, com demissões, afastamentos e aposentadorias, demonstra a tentativa de frear qualquer movimento de contestação ao regime. O mesmo ferroviário, Miguel Gomes, explica esse momento:

...] nós tava sendo perseguido né, nós sabia que tava sendo cuidado, eu e mais outros companheiros. [...] Todos, todos os sindicatos, aqueles que fizeram parte de sindicatos antes da revolução, tavam proibidos de fazerem parte de qualquer entidade. Se eles soubesse que tu tinha sido líder de qualquer entidade aí, tu ia preso na hora. Então nós tava proibido de fazer parte, nós fomos cassados.¹⁴⁰

Mais uma vez é expressa a perseguição efetivada aos ambientes sindicais e a seus representantes, ficando esses sob constante custódia e observação por parte de polícia política. Cabe destacar que a questão do medo e sua função pedagógica também foi de crucial importância para a efetivação desse controle, visto que, por receio de serem acusados como subversivos, ou comunistas, a maioria dos ferroviários deixou de participar ativamente das associações. Assim,

A suspeição que recai sobre o movimento como um todo é suficiente aos olhos da polícia política para justificar o esforço permanente de vigilância sobre as atividades mais cotidianas nos espaços de trabalho, a intromissão na organização sindical oficial e na eleição de seus dirigentes, bem como a contenção pela força das manifestações e greves, legais ou não. É a polícia política que constitui, com sua prática, o *comunismo* como um “desvio” que precisa ser controlado, enxergando em formas tradicionais de luta dos trabalhadores, como as greves, bem como qualquer discurso de tom mais crítico ao governo, atitudes voltadas para *subverter a ordem estabelecida* e, dessa forma, as criminaliza. (PEREIRA, 2004, p.165).

¹⁴⁰ Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPEL

Dessa forma, consultando os arquivos da Secretaria de Ordem Política e Social do Rio Grande (SOPS/RS),¹⁴¹ averiguou-se a existência de uma vigia permanente sob os sindicatos e uma constante preocupação das autoridades golpistas em averiguar as denúncias sobre possíveis levantes contrarrevolucionários e reuniões ilegais em Rio Grande¹⁴². A busca sobre um possível passado militante era prática corriqueira para a comunidade de informação do governo civil-militar e entre elas estava o SOPS/RG.

Assim, o governo civil-militar buscava se constituir num polvo, o qual mantinha seus tentáculos sobre quaisquer recantos do país, tentando controlar todos os possíveis focos de oposição. Pelo menos era essa a visão que tentava passar para a população, num intuito de intimidar qualquer ação de resistência. Não que, necessariamente, fosse tão eficiente que pudesse observar a vida de todos os militantes e ex-militantes políticos da cidade. Um dos ferroviários entrevistados afirmou que os membros do SOPS “eles faziam o controle, eles vinham, o exército vinha até o DOPS [...] Vinha o DOPS fazer o levantamento e entrevistar o cara”.¹⁴³ Também declara ter visto vários de seus colegas levados para depor e esclarecer denúncias de que seriam comunistas ou estariam difamando o regime político. “Em resumo, elegia-se a priori o suspeito e providenciava-se a culpa depois”. (FICO, 2009, p. 180).

Em tal contexto, era muito comum, nas averiguações do SOPS/RG, a verificação dos antecedentes políticos e comportamentais de sindicalistas, estudantes, políticos, comerciantes, advogados, professores, entre outros, não importando a distância temporal do acontecido, pois qualquer ação, mesmo realizada num passado longínquo, colocava o sujeito sob suspeita. O objetivo, segundo os dados colhidos, era verificar o posicionamento de determinadas pessoas diante de greves, eleições e acontecimentos políticos importantes para a cidade e o país, assim como levantar informações de quem já havia sido presidente de alguma entidade de classe e possuía alguma simpatia com o

¹⁴¹ A SOPS/RG era subordinada ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Esses faziam parte, em nível nacional ao Serviço Nacional de Informação (SNI).

¹⁴² O teor das investigações aos supostos movimentos subversivos varia muito de ano pra ano e de documento pra documento. Em alguns anos aparecem mais informações e detalhes que em outros, dependendo tanto “agitações”, como da procura por informações.

¹⁴³ Entrevista realizada pela autora em 16/12/2011, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Ney.

comunismo. Pedidos de busca, levantamentos de dados e confirmação de endereço, de pessoas com passado militante, eram práticas constantes de 1964 em diante. Muitos desses pedidos estão concentrados na década de 1970, enquanto processos e descrições mais detalhadas se verificam entre os anos de 1964 e 1966. As informações solicitadas não se restringiam apenas às atuações dos indivíduos no pré-64; inclusive buscavam descobrir a existência/atuação de novos atores políticos. Exemplo disso foi o levantamento de todos os dados sobre os prefeitos e vereadores eleitos no RS, tanto da ARENA, como MDB, seu endereço, profissão, escolaridade e seus antecedentes criminais ou policiais.

Assim, firmar um abaixo-assinado de protesto, participar de uma assembleia, manifestar apoio a uma greve, ter o nome citado pela imprensa operária, ou conversar em *rodinhas* com colegas de trabalho sobre temas *subversivos* pode funcionar como indício ou prova de um vínculo secreto com os *vermelhos*. As implicações derivadas de ter o nome *fichado no Dops* numa época em que existem *atestados de ideologia* e declarações de *nada consta* são inúmeras: a impossibilidade de ocupar uma vaga em qualquer chapa que concorra à direção sindical, o risco do serviço público e a prisão como suspeito são apenas algumas delas. (PEREIRA, 2004, p.165-6).

As investigações e os interrogatórios realizados pela Secretária de Ordem Política e Social do Rio Grande não começaram em 1964, ao contrário, remontam à década de 1950 e os principais movimentos reivindicatórios, ocorridos na cidade. Exemplo disso é o levantamento de informações sobre os acontecimentos do Dia do Trabalhador, 1º de maio, nos anos de 1953, 1954, 1955, 1956 e 1957, os quais continham dados sobre quais foram os festejos nas fábricas, se houve perturbação da ordem pública, e quem fez os principais pronunciamentos; estes, geralmente identificados como vermelhos, agitadores e/ou comunistas. Obviamente, a partir do golpe civil-militar de 1964 essas investigações se tornaram muito mais frequentes. Tanto que passam a ser algo comum, no dia-a-dia da população, pois a partir desse momento deixa de ser algo quase exclusivo dos antigos alvos, (políticos, professores e sindicalistas) e passam a ocorrer com qualquer pessoa e pelas mais variadas motivações, muitas delas tênues/banais.

Alguns elementos conhecidos como velhos comunistas e agitadores de Rio Grande aparecem constantemente nas acusações do SOPS, muitas vezes não diretamente, mas para comprovar a ligação de outras pessoas a movimentos considerados subversivos. As principais influências tidas como negativas, segundo os delegados do SOPS, eram o Capitão reformado da Brigada, Athaydes Rodrigues, vereador por alguns mandatos em Rio Grande, pelo Partido Republicano e, conhecido defensor dos direitos trabalhistas; e o advogado Carlos Lima Aveline, também conhecido como defensor dos direitos dos trabalhadores e como agitador comunista.

Além disso, eram muito comuns os pedidos de atestado de antecedente político e social, solicitados por diversas pessoas, principalmente para conseguir novos empregos; eram necessários para constatar a não vinculação e simpatia a ideologias de esquerda.¹⁴⁴

Os anos de 1964, 1965, 1966, 1968, 1970 e 1971 contaram com uma série de inquéritos a diversos indivíduos de Rio Grande. Foram contabilizados 41 processos, sendo 33 deles nos anos de 1964 e 1965 e os outros 8 nos demais anos. Eles incluíram estivadores, portuários, telefonistas, vereadores, ex-vereadores, estudantes, promotor público, trabalhadores da refinaria Ipiranga, da construção civil, da Cia. Eppo, municipais, industriários, marítimos, bancários, políticos, corretores, comerciários e arrumadores; um leque expressivo de profissões, mas sobretudo operários.

As acusações, apesar de conter teor específico, de acordo com cada caso, possuíam inúmeras peculiaridades. Acusações de agitador e comunista eram as mais comuns e estão presentes em 90% dos casos. Entre as demais e complementares acusações está o fato de ser ou ter sido Presidente de alguma entidade de classe, insuflar as massas para movimentos de subversão à ordem pública, atacar os governos Estadual e Federal, e/ou possuir alguma ligação com o Brizola, ou o PTB. Ter passado meses no Uruguai, do mesmo modo, era motivo de forte desconfiança de uma possível fuga ou infiltração. “Após março de 1964, o PTB é, sem dúvida, o partido sobre o qual recai a mais dura

¹⁴⁴ Esses não são exclusivos do período ditatorial, também eram muito corriqueiros na década de 1950, principalmente a partir da ilegalidade do Partido Comunista, em 1948, e a necessidade da comprovação da não vinculação e/ou simpatia com esse. Isso foi se flexibilizando a partir da metade da década de 1950 até o 1964.

repressão, que se expandiu também para seu braço sindical. Essa situação perdurou até a cassação da legenda pelo Ato Institucional nº 2, de 1965. Naquela circunstância, boa parte de seus integrantes migrou para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), iniciando uma nova trajetória política (GOMES, 2007, p.78)”.

Algumas pessoas foram presas após essas investigações. Os ferroviários não aparecem muitas vezes como seu alvo delas, contudo, o nome de alguns deles, como de Roberto Germano consta como “vermelho” em diversos documentos. Estranha-se essa falta de documentação, pois muitos ferroviários afirmaram terem sido processados e obrigados a comparecer quase diariamente ao SOPS, para provar que não haviam fugido e que não estavam infringindo a lei. Também não constam informações e processos sobre a maioria dos presos do navio *Canopus*. Fatos que levam a crer que boa parte dessa documentação foi destruída, ou desapareceu. Corroborando com essa afirmação, Miguel Gomes, afirmou que:

Todos os dias eu tinha que ir assinar um pontinho na DOPS. [...] É todos os dias tinha que ir lá assinar. E não me arrependo do que eu fiz, se tivesse que fazer hoje eu fazia tudo de novo. Tenho certeza que eu tava no caminho certo. Errado foi aqueles que tiraram um governo constituído. Aquele era legal, eles que pegaram ilegal¹⁴⁵.

Outras denúncias como ser frequentador da Sociedade União Operária, ter recebido suspensões trabalhistas, ter entregado panfletos e falar mal dos agentes do Dops foram motivo de condenação. Também alguns estudantes foram processados por organizar junto à União Riograndina de Estudantes atos “subversivos” frente aos acontecimentos de abril de 64, se posicionando contrariamente ao golpe e incitando o povo a resistir.

Nesse universo de condenações, também apareceram aqueles que se colocavam contra as arbitrariedades do regime, como foi o caso de um pedido de *habeas corpus* para o filho de um industrial que foi preso, de acordo com seu pai, sem motivo, em dezembro de 1964.

¹⁴⁵ Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPEL

Enfim, a Secretária de Ordem Política e Social do Rio Grande se cercou de uma série de informações que identificassem pessoas, as quais pudessem representar alguma ameaça ao regime imposto, assim como exerceu forte controle aos sindicatos e agremiações políticas e estudantis. Exemplo disso é um documento de 13 de janeiro de 1975. Com o assunto geral denominado “atuação dentro dos sindicatos”, este afirma que “a divisão da Polícia Federal em Rio Grande/RS permanece vigilante quanto aos movimentos reivindicatórios dos sindicatos e seus associados, nesta circunscrição”, mas que “até a presente data, não foi constatado infiltração no meio sindical de elementos comunistas, nem a existência de orientação de cunho subversivo”.¹⁴⁶

O historiador Leandro da Costa, em entrevista realizada com um policial civil de Rio Grande, nos permite conhecer a dimensão dessas perseguições e da repressão efetivada no município. O policial entrevistado, afirmou que a tortura física e psicológica eram práticas comuns, utilizadas no intuito de obter confissões ou informações que julgassem importantes. Este relata: “[...] recebíamos a informação do SOPS de que fulano de tal era subversivo ou comunista... ficávamos de campana, seguindo o elemento aonde ele fosse... se as informações procedessem prendíamos o cidadão e o levávamos pra delegacia [...]”. Costa ainda salienta que “a utilização da tortura se ampliou até mesmo sobre os crimes comuns como furtos em residências ou no comércio” (COSTA, 2012, p.157-158).

A 7ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Rio Grande possuía celas especiais para presos políticos, “equipadas com diversos aparatos para a prática da tortura física, entre estas a campainha de choques elétricos e o pau-de-arara. Surras com pedaços de pau ou toalhas molhadas eram muito utilizadas” (COSTA, 2012, p.157). O mesmo policial civil entrevistado por Costa, ainda afirma que

[...] quando o delegado exigia que obtivéssemos rapidamente uma confissão ou uma informação, tínhamos que apertar o cara ainda mais... levávamos o indivíduo vendado e sem roupa lá pra praia do

¹⁴⁶ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretária de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG. Rio Grande, 13/01/1975.

Cassino na madrugada. Daí amarrávamos as mãos e os pés dele com uma corda e entrávamos com ele no mar. Afogávamos o cara... contávamos a passagem de seis ou sete ondas e depois retirávamos ele da água. Repetíamos isso várias vezes, até quase ele não aguentar mais. Se mesmo depois disso ele não falasse nada, nós eletrocutávamos ele com os fios ligados no dínamo do Opalão, isso sempre funcionava [...] (In: COSTA, 2012, p.157).

A partir desse relato fica clara a forma desumana como os suspeitos eram tratados. Obviamente, depois de tanta violência, a pessoa confessaria qualquer informação para se livrar da tortura, mesmo não tendo nenhuma vinculação com a denúncia. Dentro da lógica da DSN qualquer pessoa poderia ser considerada um inimigo em potencial, possíveis comunistas e subversivos estariam infiltrados em todos os lugares, tramando uma guerra revolucionária. Dessa forma, estava sempre sendo realimentada a necessidade da existência de uma polícia política e de um governo ditatorial. As ações coercivas, como a citada acima, pelo policial, eram legitimadas, como a única maneira de “salvar” o país de um “mal maior”.

* * *

Igualmente, no aspecto da repressão, vivenciada pelos ferroviários, foi criada, pela própria Rede Ferroviária Federal S.A., uma comissão investigativa, em cada unidade de operação e nas empresas subsidiárias. O objetivo era apurar todos os fatos praticados contra a Segurança Nacional, o patrimônio da Rede, a probidade administrativa e o regime “democrático”, por servidores ou empregados da mesma, apontando os responsáveis e enquadrando-os nos dispositivos legais. Assim, em maio de 1964, uma circular da comissão de investigação convocou todos os ferroviários para enviar a Porto Alegre, com caráter urgente e sigiloso, no prazo de 8 dias, os indícios contra colegas de trabalho. Esse relatório tinha caráter obrigatório, pois quem não o enviasse seria “considerado co-responsável em qualquer dos atos puníveis aqueles que, dos mesmos tendo conhecimento, deixem de comunicá-los”¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal, nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72, p. 210-222.

Dessa forma, as delações também eram práticas comuns dentro desse espectro, na maioria das vezes, elas vinham sem muita fundamentação e, em outras, faziam parte de vinganças pessoais. Como exemplificou um dos ferroviários entrevistados, elas eram normais dentro do local de trabalho. “Tinha muitos traidores também. Tinha - Fulado de tal, é comunista. [...] Tinha muita denúncia [...]. Tinha ferroviário denunciando os outros”¹⁴⁸.

A eficiência do trabalho policial está relacionada ao sistema de informações, que constituía parte importante dos dados colhidos durante a investigação. Nesse sentido, a figura do “dedo-duro” foi de fundamental importância para o início de muitas investigações, como também para aprisionar suspeitos políticos. A conivência da população, participe e colaboracionista, envolvida pelo discurso oficial, foi fundamental para o efetivo trabalho da polícia política, pois facilitou o desempenho policial para a obtenção das provas do crime (PEDROSO, 2005, p. 138).

Provavelmente essa comissão investigativa fazia parte das ramificações do Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual se constituiu “de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o país, pois, além dos ministérios civis, as pastas militares obviamente também contavam com seus órgão de informações, bem como todas as autarquias, fundações e demais órgãos públicos” (FICO, 2009, p. 176).

A partir da criação de uma comissão própria de investigação contra os funcionários da RFFSA, pôde-se entender como a colaboração da Rede foi importante para a elaboração de inúmeros Inquéritos Policiais Militares (IPM's) destinados a investigar as ações militantes dos ferroviários. Os IPM's são processos da Casa Civil do governo do Estado do RS, efetivados contra funcionários estaduais e municipais considerados subversivos e estão disponíveis para a consulta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), em Porto Alegre; fazem parte do Acervo da Luta Contra a Ditadura no Brasil. Boa parte dos IPM's consultados são processos contra trabalhadores ferroviários de diversas cidades do Rio Grande do Sul, o que nos dá uma noção da preocupação que o governo civil-militar tinha em controlar esses

¹⁴⁸ Entrevista realizada pela autora em 16/12/2011, em Rio Grande, na residência do ferroviário Ney Quegles de Moraes.

trabalhadores. O Major Alexandre Maximo Chaves Amendola, era o responsável pelos IPM's na Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Não foi possível encontrar, nos arquivos pesquisados, Inquéritos Policiais Militares completos envolvendo os ferroviários de Rio Grande. No entanto, acredita-se que parte desses trabalhadores foram alvo desses processos, pois eram frequentemente nomeados neles.

Os processos completos expressam, com uma riqueza de detalhes, os argumentos usados para provar a culpabilidade desses trabalhadores, muitos dos quais, com o término do inquérito, foram demitidos ou aposentados. Nesses IPM's, existem informações que remontam às ações militantes de ferroviários de diversas cidades do RS e a ligação entre eles. O ferroviário Paulo N. de Carvalho assim define os IPM's:

[...] e, eles faziam assim, em cada lugar, em tempo em tempo vinham instalavam ali por semana uma espécie de um tribunal, não um tribunal assim, prendiam, eles ouviam as pessoas e alguns eles levavam né, e ficavam uma semana mais ou menos! [...] já tinha um comentário que andavam lá instalaram, tinha até subdelegacia, instalaram um mini QG lá o pessoal do quartel, tinha um coronel e mais um¹⁴⁹.

Como expressa o narrador, eram montados, nos locais de trabalho, espécies de tribunais para investigar as atuações dos ferroviários. Os mais militantes foram obviamente os que mais sofreram. Suas condenações e prisões passaram a ser usadas como uma função pedagógica, para os demais trabalhadores, pois o exemplo, tanto dos constrangimentos, como dos sofrimentos, que esses passaram, geraram medo e receio de frequentar as associações de classe, já que poderiam passar por situações parecidas.

Os agentes de informação consideravam como fato estabelecido a existência de uma conspiração, qual seja, a escalada do “movimento comunista internacional”, que agiria dissimuladamente, envolvendo “incauto” e, por causa dessa lógica, nunca era surpreendente para ele encontrarem indício suspeitos em quaisquer investigações. Quando tais indícios não existiam, eram fantasiados. [...] Pode-se falar, sem exagero, de uma paranoia que se manifesta, constantemente, com

¹⁴⁹ Entrevista realizada pela autora em 10/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Paulo Nilton de Carvalho.

delírio persecutório, gerados de uma suspeição universal. (FICO, 2009, p. 180).

Dentre as informações divulgadas nesses inquéritos está a concessão de passes livres para o deslocamento dos ferroviários participarem de reuniões em outras cidades, sendo a maior parte das autorizações localizadas entre dezembro de 1962 a março de 1964. Acredita-se que a liberação dos passes esteja anexada nesses processos para averiguar, tanto a frequência das assembleias estaduais (que na maioria das vezes ocorria em Santa Maria ou em Porto Alegre), quanto perceber quem eram os membros mais ativos dessas organizações e também constatar quem era o chefe responsável pela liberação desses passes. Quem fazia essas concessões era o diretor da VFRGS até 1964, Vicente Cortazzi. Aparentemente, a relação deste com os ferroviários era boa, pois tanto a liberação dos passes, como a dos trabalhadores para participar de reuniões, era rapidamente concedida por ele.

Nos IPM's, ainda foram encontradas listas com o nome, a cidade e a quantidade de vezes que cada ferroviário participou de assembleias estaduais, as quais reuniam todos os núcleos classistas do RS. Nessas encontrou-se o nome de pelo menos sete ferroviários riograndinos. Alguns dos citados são Emílio Cougo Martinez; Roberto Leonardo Germano; Nery de Avila; Pedro Paulo Espadone; Jurandir Lopes Cool; Damião Pimentel e Miguel Gomes¹⁵⁰. Os Inquéritos Policiais Militares também informaram o nome dos ferroviários riograndinos que foram presos no navio *Canopus* (Miguel Gomes, Roberto Germano e Nery Ávila) e o tempo que a RFFSA os manteve afastados do trabalho, como punição, e sem remuneração. Consta que o afastamento destes não se deu por mais de 20 dias, no entanto, os que foram presos ficaram muito mais tempo afastados, pois suas prisões contabilizam quase dois meses.

O que impressionou nesses IPM's foi a longa listagem e a classificação de 72 ferroviários de Santa Maria como: Altamente Comprometido, Mediamente Comprometido e Levemente Comprometido. Dentro desses três quadros, ainda havia a separação por agitador, doutrinador comunista,

¹⁵⁰ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Casa Civil. Subfundo: Comissão de Investigação. Série: Investigação Sumária do Pessoal Civil. Caixa 3.

comunista, comunista por ouvir dizer, criptocomunista, esquerdista, inocente útil e aproveitador/oportunista. Esse está montado em forma de uma tabela, onde se cruzava o nome da pessoa, com as acusações e as vezes que eles foram condenados/classificados por tal. Por exemplo, o ferroviário Balthazar Mello¹⁵¹ foi classificado 16 vezes como agitador, cinco como doutrinador, 20 como comunista, uma como comunista por ouvir dizer e uma como aproveitador/oportunista, totalizando 43 acusações.¹⁵² Em um jogo de comparação, pode-se supor que Rio Grande e outras cidades ferroviárias tivessem suas próprias listas também.

O que pode se avaliar desses IPM's é que eles serviram como uma, entre outras formas de limpeza do movimento operário ferroviário. Pois ao processá-los, o Estado condenava como ilegais suas formas de luta, mesmo as realizadas no período democrático.¹⁵³ De acordo com Nilson Borges,

Ora, para que a Doutrina possa impor seu projeto político é fundamental que se apele para a guerra psicológica. Trata-se de aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos e, de outra parte, de assegurar a não-oposição ativa contra o projeto político da Doutrina. As técnicas psicossociais e os meios de comunicação adquirem uma grande importância na manifestação das massas. Com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros engajados, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa a desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar (delatar) e a fazer às políticas do Estado. (BORGES, 2009, p. 28).

Seguindo a linha desse subcapítulo, a qual trata da repressão efetivada aos ferroviários, voltar-se-á a dirigir a atenção para o *Boletim do Pessoal*,

¹⁵¹ Balthazar Mello era um dos principais líderes ferroviários do RS. Assumido comunista e temido e como perigoso subversivo pelos setores conservadores e militares de Santa Maria. Este foi preso, logo da deflagração do golpe, em 05/04/64. E sem seguida foi demitido da RFFSA. Relatos de familiares afirmam que esse foi durante torturado física e psicologicamente e passou a viver com graves problemas psicológicos. (Berni, 2012, p.102-106).

¹⁵² Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Casa Civil. Subfundo: Comissão de Investigação. Série: Investigação Sumária do Pessoal Civil. Caixa 2.

¹⁵³ Obviamente, as acusações deliberadas e muitas vezes infundadas dos órgãos de informação, por mais que fossem nos parecer cômicas e de terem sido muito criticadas por sua forma conspiratória e cheia de clichês, tentado achar inimigos em ações corriqueiras, como participação em passeatas, ou em assembleias, não pode "ocultar a dimensão dramática do problema, pois a espionagem da ditadura gerou consequências gravíssimas, que repercutem até hoje no país. [...] milhares de pessoas foram espionadas, julgadas e prejudicadas pela comunidade de informações". (Fico, 2009, p. 181).

documentação produzida pela RFFSA, sendo no RS elaborada pelos diretores da VFRGS. Os *Boletins do Pessoal*, além de divulgar as mensagens e ordens dos diretores interventores citados anteriormente, ainda traziam inúmeras informações sobre quase todas as medidas que envolviam o ambiente de trabalho. Tratavam, entre outras coisas, dos reajustes salariais, do regime de trabalho, dos auxílios hospedagem e alimentação, dos direitos aos pagamentos de insalubridade e periculosidade e das medidas assistencialistas. Assim como traziam informações sobre a CLT, a previdência, os auxílios doença, os acidentes de trabalho e fundo de garantia. Essas determinações apareceram todos os anos nesses *Boletins*, alguns com mais, outros com menos detalhes, dependendo das mudanças efetivadas na legislação trabalhista e/ou nas normas da Rede Ferroviária Federal S.A.

Uma das notificações encontrada no *Boletim do Pessoal* foi a alteração do regime de trabalho, efetivada em 1966. Entre as alterações abordadas, estava o número de horas de trabalho e de descanso que os ferroviários, dependendo do cargo ocupado teriam direito, o pagamento de horas extras, às normas de trabalho, entre outras deliberações. O item que mais chama a atenção informa, que em casos de urgência, a duração do trabalho poderia elevar-se a qualquer número de horas, respeitando um revezamento entre as turmas. Nessa norma consta que “a recusa por parte de qualquer servidor ou empregado, sem causa justificada, à execução do serviço extraordinário mencionado neste item, seria considerada insubordinação, sendo passível das penalidades legais”¹⁵⁴. Esse critério demonstrava o duro disciplinamento imposto ao regime de trabalho, o qual modificou a relação anteriormente estabelecida, na qual o trabalhador tinha um relativo controle do tempo de trabalho. A partir de 1964 - 1966 essa prática se tornou praticamente impossível.

É importante salientar que as práticas de controle da Viação Férrea do RS, federalizada em 1957, e de outras empresas ferroviárias, como a do estado do Paraná, não foram exclusivas desse período, pois sua administração

¹⁵⁴ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal, nº 1-24, ano XXV. Arquivo/caixa DP2/74. 24/06/66; p.312-314

sempre tentou manter uma fiscalização sobre seus funcionários, buscando conquistar a disciplina, a responsabilidade, a obediência e a gratidão dos ferroviários. A antiga VFRGS incentivava e financiava a criação de diversas associações recreativas, assistencial e de previdência, assim como disponibilizava cursos de formação técnica e de alfabetização tanto para os ferroviários como para sua família. Apesar dessas associações serem, segundo Marluza Harres, importantes para o controle dos trabalhadores ferroviários, as quais pregavam uma série de preceitos que estimulavam a disciplinarização e a cooperação entre os trabalhadores e os empregadores, os ferroviários mantiveram um movimento operário bem articulado e que se distanciava dos preceitos controladores da administração da RFFSA até 1964 (2002, p. 219-250)

No ano de 1966 a Rede também lançou um programa chamado “ideias valem dinheiro”, esse, organizado pelo Departamento de Relações Públicas, tinha por objetivo “colher ideias e sugestões que possam beneficiar a estrada. Tais ideias, que tanto poderão referir-se a serviços burocráticos, como operacionais da empresa, ou mesmo, no sentido de elevar-lhe o conceito, serão premiadas com razoável recompensa financeira, se aprovadas”¹⁵⁵. Esse programa seguiu pelo ano de 1967, com um novo *slogan* “sua Inteligência a serviço da Empresa”, onde o ferroviário era estimulado a apresentar sugestões em benefício da estrada. Nota-se, nesse projeto, a ideia de valorizar o indivíduo ferroviário, e não o grupo ferroviário, estimulando assim a competição entre eles.

O ano de 1967 foi marcado por uma nova onda de contenção de gastos na RFSSA, com o objetivo de “reduzir as despesas e investimentos ao mínimo indispensável” e manter um equilíbrio entre a receita e as despesas.¹⁵⁶ Logo, os ferroviários e os demais operários brasileiros passaram a vivenciar os planos de reajuste econômico do governo militar.

¹⁵⁵ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal, nº 1-24, ano XXV. Arquivo/caixa DP2/74. 26/05/66, p. 276

¹⁵⁶ É importante salientar que em praticamente todas as mensagens que trataram da questão econômica, a culpa sobre a situação deficitária da Rede recaía sobre o governo anterior e os “maus” brasileiros que administravam e trabalhavam na empresa.

Os mecanismos de ajuste pretendiam recompor o salário real pela média, e não pelo pico. Este modelo pressupunha uma previsão da inflação para o ano seguinte. Como esta foi sistematicamente subestimada, o resultado foi que os aumentos salariais ficaram sempre abaixo da inflação do período. Segundo os cálculos de Lara Resende (1990, p.229), a aplicação desta fórmula levou à redução do salário mínimo real entre 1965 e 1974, e à queda do salário real médio industrial, de 10 a 15% entre 1965 e 1967. Portanto, os resultados estavam muito distantes da neutralidade apregoada pelo governo (PRADO; Earp, 2009, p.236 - NR).

Também aparece nas informações dos *Boletins do Pessoal* o decreto presidencial que regulamentava a salvaguarda de assuntos e documentos sigilosos, que tratassem de operações militares, econômicas, aperfeiçoamento técnico, dados de países estrangeiros, informes sobre atividade de pessoas e entidades, entre outras coisas. São 26 páginas descrevendo como se identifica, classifica (nos níveis ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado), recebe, registra, manuseia, arquiva e transporta tais documentos¹⁵⁷. Tudo isso estimulava o ambiente de controle e de medo, implementado dentro dos locais de trabalho.

Outra ação repressiva, bastante significativa da Rede, foi a proibição do ir e vir dos ferroviários. Esses ficaram impedidos de saírem do país sem autorização prévia da Presidência da República, pelo decreto 67494 de 06/11/1970. Esse fato demonstra que mesmo passados seis anos da implantação da Ditadura o controle aos trabalhadores e o medo da insubordinação desses continuavam intensas. Os ferroviários continuaram sendo vistos como perigosos. Sua militância passada estava sempre presente. Fato esse que se percebe por uma correspondência enviada aos chefes de departamento da RFFSA, pelo Setor de Segurança Nacional. Nessa, são solicitadas informações de alguns ferroviários e o levantamento sobre “o número de servidores e empregados, desligados por aposentadoria, exoneração ou qualquer outro motivo”.¹⁵⁸ Também foi montada em 1967, pelo Departamento de Segurança e Informação da própria Rede, uma Comissão de

¹⁵⁷ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal, nº 1-24, ano XXVI. Arquivo/caixa DP2/75. 22/05/67, p. 201 -227.

¹⁵⁸ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal, nº 1-24, ano XXVII. Arquivo/caixa DP2/76. 21/02/68; p. 71.

Inquérito no intuito de investigar vários trabalhadores que tinham efetivado “faltas graves” para a empresa e outros por apresentarem faltas não justificáveis ao trabalho.¹⁵⁹ Esse departamento ainda distribuiu para todas as suas subsidiárias um manual explicativo do por que a coleta de informações era importante. Esse se constituía em uma cartilha de perguntas e respostas que tentava convencer o leitor, nesse caso os ferroviários, sobre a necessidade de um órgão de informação da/na empresa.

A polícia política tem na preservação ao crime político e à *subversão* da ordem, a justificativa fundamental de sua existência, sendo uma instituição que se define pela tarefa de localizar e desmembrar os focos de *ameaça* ao poder constituído, vigiando indivíduos e grupos que melhor representem, no momento, essa ameaça. Para os membros dessa instituição, os *comunistas*, por exemplo, não são apenas dissidentes políticos, mas criminosos. São *subversivos*, *agentes de Moscou* que *contaminam os meios são*s, colocando em risco não só Estado, mas também a moral, os costumes, a família e a própria ordem das coisas (PEREIRA, 2004, p.163).

No mesmo sentido, também foi lançada/divulgada em 1971 mais uma cartilha do Setor de Segurança e Informação, dando instruções para o serviço de policiamento ferroviário. Esse contém deveres, atribuições e posturas exigidas do policial ferroviário.

De acordo com o ferroviário Paulo Carvalho.

Aí até 1964, até 1970 mais ou menos a nossa polícia ferroviária era meio de pânico [risos], porque o que era os guarda ferroviário. [...] Aí depois na revolução de 64, ali mais ou menos, uns quatro, cinco anos eles criaram então a Polícia Ferroviária né, tinha até um coronel interventor do Rio Grande do Sul, então fico independente! Então eles fizeram assim, aqueles pessoal fizeram treinamento pra policial mesmo, os que admitiam já entravam como guarda! Então aí mudo, aí foi muito rigoroso, aí era duro, as entrada mesmo no recinto de Santa Maria, antes era meio frouxo pra entra, aí agora já não entrava, era complicado! Só entravam pro lado normal da sala de espera!¹⁶⁰

Interessante perceber que o processo de vigilância foi se aprimorando e ficando mais rigoroso ao longo do tempo, ao invés de abrandar. Os

¹⁵⁹ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Livro sobre o departamento de segurança e informação. Arquivo/caixa AG8/439. P.73.

¹⁶⁰ Entrevista realizada pela autora e por Edgar Gandra em 10/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Paulo Nilton de Carvalho

departamentos de segurança e informação, completados pelos de policiamento, cercavam e cerceavam o ir e vir dos ferroviários, bem como suas “indisciplinas” eram punidas pelos policiais ferroviários. Suas opiniões eram vigiadas tanto pelos setores da empresa responsáveis por isso, como por alguns trabalhadores, que serviam como espões de seus colegas.¹⁶¹

Tendo em vista esse controle e a pouca recepção de suas reclamações pelos interventores estaduais, os ferroviários passaram a endereçar cartas à presidência da Rede e ao Ministério dos Transportes. No *Boletim do Pessoal* de 1968 existe uma reclamação do diretor da RFFSA, quanto à frequência e o número dessas cartas. Em tais correspondências os ferroviários pleiteavam, de acordo com o *Boletim do Pessoal*, favores pessoais, promoções, transferência e vantagens. Essa prática foi considerada extremamente prejudicial pela empresa. Além de ser um “ato passível de aplicação de pena disciplinar, por infringir disposições legais e regulamentares”.

Não deseja a Presidência da Empresa cercear a seus servidores o direito de requerer e, até pelo contrário, tem interesse em que os mesmos, uma vez se sintam prejudicados, transmitam, a quem de direito, as suas pretensões, deseja, contudo, que o façam obedecendo aos tramites regulamentares, ou sem a interferência de terceiros estranhos aos quadros da própria RFFSA (políticos, militares, amigos ou conhecido). Espero que estas determinações da Presidência da RFFSA sejam fielmente cumpridas, a fim de que esta superintendência não seja compelida a reprimir disciplinarmente os transgressores.¹⁶²

Essa passagem ao mesmo tempo em que demonstra uma tentativa de se fazer ouvir e uma quebra de hierarquia ao enviarem suas queixas diretamente à diretoria da RFFSA, não seguindo a burocracia exigida. Também revela uma forma de luta individual, pois buscava resolver problemas pontuais

¹⁶¹ Outra denúncia de mal comportamento encontrada nos *Boletins do Pessoal*, foi uma correspondência dirigida ao diretor da VFRGS, pelo delegado regional de polícia de Santa Maria e pela SOPS. Essa relatava que nas noites 21 e 22 de janeiro, um ferroviário ativo e um aposentado, distribuíram boletins subversivos. O primeiro confessou imediatamente após haverem encontrado o restante do material em sua casa. O segundo, primeiro negou e depois admitiu que ajudou o companheiro a distribuir os ditos panfletos. As delegacias consideraram esse fato de suma gravidade e pediam a suspensão preventiva do ferroviário ativo. Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal, nº 1-24, ano XXV. Arquivo/caixa DP2/74. 11/02/66; p.78-9.

¹⁶² Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal, nº 1-24, ano XXVII. Arquivo/caixa DP2/76. 13/03/68, p.89-91.

e não de toda classe. Ou seja, ou ferroviários buscavam com essas cartas, serem beneficiados, apadrinhados ou terem seus problemas resolvidos individualmente. A prática de mandar cartas aos governantes começou no governo de Getúlio Vargas e também tinha como norte a resolução de problemas particulares. Mas, se naquela época essas cartas tiveram algum respaldo, com o atendimento de muitos de seus pedidos, durante a Ditadura de 1964 serviu para distanciar ainda mais os trabalhadores de seus objetivos.

A maioria das mensagens dos diretores/interventores da RFFSA/VFRGS e das ordens de funcionamento da Rede, se repetiam todos os anos, muitas vezes com roupagens diferentes, mas com a mesma perspectiva. Boa parte das mensagens citadas nesta dissertação remontam aos primeiros anos pós-golpe, no entanto elas aparecem em todos os anos pesquisados (de 1964 a 1970).

Nesse sentido, é importante citar o discurso do superintendente na Rede no RS, quando do segundo aniversário do golpe. Esse, apesar de extenso, é fundamental para entender a lógica de sustentação do regime.

No transcurso do 2º aniversário da Revolução de 31 de março de 64 é com imenso júbilo que podemos comemorar tal evento pelo muito que já se conseguiu na Viação Férrea. No ano de 65, nossa empresa ultrapassou todos os índices anteriores com volume de transporte realizado e o déficit que crescia anualmente, na proporção de 45 foi contido e, no ano de 65, não ultrapassou o de 64, apesar do aumento dos preços do material e combustível. A ordem e a disciplina voltaram a reinar, sem necessidade de violências, conscientes todos os ferroviários de que trabalham pelo bem do Rio Grande e do Brasil. Compreendeu-se que a demagogia explorava o trabalhador brasileiro, tornando-o massa de manobra nas mãos dos mais espertos, para satisfação de apetites eleitoreiros e inconfessáveis. Comemora-se hoje o 2º aniversário de uma Revolução em que não houve derramamento de sangue entre irmãos. Graças a Deus pudemos fazê-lo. Mas, necessitamos todos, nesta hora da vida nacional, fazer um exame de consciência e verificar: -- que a Revolução não é só isso; é também mudança de atitudes e de mentalidade; mudança de rotinas e de métodos de trabalho; - que Democracia não é licenciosidade, mas regime de decência respeito ao próximo, honestidade; Democracia é regime para homens conscientes e livres; livres do egoísmo, do ódio, das vaidades e ambições humanas; e responsáveis pelos seus atos. Liberdade é conquista dos homens conscientes; - que Justiça Social é conquista valiosa dos povos e só pode existir onde houver sentimento de Solidariedade e Fraternidade. Não se pode terminar com a fome sem se aumentar a produção em bases realmente econômicas; não se pode falar em Solidarismo estimulando-se lutas de classe; não se pode construir o bem com o ódio. Dois anos de trabalho passaram. Muito há que realizar.

Impossível seria corrigir-se erros, desmandos e omissões em somente dois anos. Cabe-nos aguardar e cooperar cheios de Fé e entusiasmo. O Brasil tem condições para ser uma das maiores nações do mundo e de ditar regras de moral e de decência. Necessário é que todos os brasileiros se tornem dignos de seu futuro, pelo trabalho honesto e consciente, pela dignidade, respeito ao próximo e a si mesmo. Ass.) Gen. Antonio Adolfo Manta.¹⁶³

Essa mensagem é muito significativa pois enfoca os inúmeros valores tidos como necessários para o estabelecimento da “democracia” e aqueles que precisavam ser suplantados. O Gen. Manta afirmava que a ordem e a disciplina já estavam restabelecidas na VFRGS, mas que era preciso mais que obediência para mudar o país. Era necessário, aos ferroviários, transformar suas atitudes e mentalidades para que fossem homens livres e conscientes e não mais massa de manobra de políticos demagogos. Nesse sentido percebe-se a negação do trabalhador crítico e a condenação das atitudes reivindicatórias desses, como alienação e desonestidade. Logo, fica claro que o objetivo do governo civil-militar era negar a luta de classes e criar um novo tipo de trabalhador. “A essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de característica anti-subversiva, contra o inimigo comum”. (BORGES, 1009, p.29).

Assim, para finalizar esse tópico é importante ter-se presente a forte repressão lançada aos trabalhadores ferroviários e o controle sempre intenso das atividades sindicais. A punição, quando não de forma violenta, era de caráter econômico. Mesmo frente a perseguições e a intensa repressão, os trabalhadores foram por muito tempo considerados como submissos durante a Ditadura, não levando-se muito em conta, todas as adversidades que estavam vivenciando. Nesse sentido, Fernando Teixeira da Silva, aborda que o problema dessas interpretações que enfocam o suposto desmonte do movimento operário, no pós-1964, é que

¹⁶³ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal, nº 1-24, ano XXV. Arquivo/caixa DP2/74. 14/04/66; p.191-3

[...] o poder da classe localiza-se em uma meta definida por outros agentes sociais, que o avaliam em termos da conquista de objetivos pré-fixados. A contabilidade dos pontos marcados baseia-se nos triunfos da classe em momentos históricos decisivos. Os pontos obtidos de maneira menos triunfal são, nesta perspectiva pouco relevantes no veredito que os julga a partir 'dos deveres da classe'. Assim, o período anterior a 1964 tornou-se legível em seu 'crepúsculo'. (SILVA, 1995, p.216)

Dessa forma, os trabalhadores não podem ser definidos por modelos ideais, pelo que deveriam ter feito quando se analisar sua atitude frente a situações concretas como o golpe de 1964, e nem julgá-los e condená-los a partir de premissas externas (GANDRA, 2009, p.38).

3.3 A gente vai contra a corrente, até não poder resistir¹⁶⁴

Este subcapítulo abordará como se dava a oposição frente às várias formas de repressão enfocadas anteriormente. Busca-se compreender como os trabalhadores ferroviários de Rio Grande passaram a se organizar num ambiente cerceador de liberdades e quais suas possibilidades de ação frente a essa nova realidade política do país.

É importante lembrar que no capítulo dois se analisou a forma como os ferroviários riograndinos se organizavam enquanto classe reivindicatória, através, principalmente, da Coligação Pró Reivindicação, no período democrático. Assim, ainda vivenciando esse momento, a Coligação, nos primeiros 3 meses de 1964, realizou cinco reuniões, as quais trataram da nova tabela de salário, os preços altos dos produtos vendidos nas suas cooperativas e os pagamentos do 13º salário e das férias remuneradas.

De abril de 1964 a fevereiro de 1965, a Coligação esteve fechada, devido ao impacto do golpe civil-militar, o qual obrigou os ferroviários a paralisar as atividades em andamento. Esse silenciamento forçado inviabilizou atividades práticas, como o balanço financeiro da diretoria e o seguimento das obras da nova sede. Quando da retomada/reabertura da Coligação, em

¹⁶⁴ Trecho da música Roda Viva de Chico Buarque.

fevereiro de 1965, apenas dezesseis trabalhadores participaram da reunião. Nessa, foi esclarecido o porquê de seu fechamento.

Deve observar-se, que a partir do mês de Abril de 1964 deixou de ser apresentado o balancete mensal desta entidade, motivado pela cassação dos direitos de vários elementos da diretoria, inclusive o senhor tesoureiro, pela direção de VIFER, ficando os trabalhos desta entidade, suspensos temporariamente, por ordem do senhor presidente em exercício.¹⁶⁵

Essa nota explica que o funcionamento da Coligação ficou suspenso devido à deflagração do golpe e à cassação dos direitos políticos de parte da diretoria, fato que impossibilitou sua continuidade formal. Não se pode interpretar esse fechamento apenas como uma fuga, mas, sim, como um momento extremamente violento, o qual forçou os ferroviários a recuar, para se autoprotger.

O ferroviário aposentado Paulo Carvalho, explica como se realizou a prisão de seu pai, também ferroviário, e como ele reagiu a isso.

Aí bateram na porta e eu abri a porta, aí eu vi, tinha um sargento e tinha uns três soldado ali, aí até engraçado, ele olho assim e diz “[...] é o senhor?” E eu “não senhor, é o meu pai! Quer fala com ele?” Mas eu achei meio estranho, mas eu chamei o pai, aí o pai veio, abriu a porta, e ele disse assim “o senhor é [...]?” Sou! - “De acordo com o ato institucional o senhor ta preso!”. Eu até achei engraçado, o meu pai era muito calmo assim, ele fico quieto né, aí eu achei interessante, tinha três soldado ali, eles ficaram tudo em prontidão armado, de fuzil! [risos] Aí se ataco, a esposa deu quase uma crise nela! Mas o pai disse assim “mas eu posso termina de toma café?” Isso que eu achei engraçado, porque o cara quando vai prende um cara, os cara tavam bem preparado “o senhor pode toma café aí, ficamo esperando!” Aí achei engraçado! Aí levaram ele num caminhão e lá na delegacia onde tinha o QG. O pai conta que entro de manhã e soltaram ele de noite, eles diziam que o pai tinha feito também o chamado telegrama pro... o pai não tinha feito, apesar de ser Brizolista né. O pai conto “não, eu sou brizolista, mas terrorismo nada”, mas diz que o pai escreveu uma carta, nunca vi essa carta! Aí passo todo o dia lá, pergunta e pergunta de manhã! E de tarde liberaram ele, mas fico o processo! Passado um tempo depois, um dia veio num jornal, até publicado em Santa Maria, as pessoas que tinham sido condenada e absolvida e apareceu o nome do pai absolvido.¹⁶⁶

¹⁶⁵ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 19/2/65, ata nº 196

¹⁶⁶ Entrevista realizada pela autora e por Edgar Gandra em 10/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Paulo Nilton de Carvalho

A atitude desse ferroviário cabe bem nesse subcapítulo, porque demonstra coragem e enfrentamento aos setores golpistas. Ele, além de não se apavorar com sua eminente prisão, ainda debocha dessa detenção, pedindo um tempo para terminar de tomar seu café, apresentando certo descaso àqueles que o vinham prender. Esse exemplo demonstra que se assumir como brizolista era motivo para detenções arbitrárias.

Ao retomar as atividades da Coligação, foi realizada eleição e posse da nova diretoria. Dos seus antigos membros componentes só dois trabalhadores se mantiveram na nova coordenação; eles são Jurandir Lopes Coll, eleito para o cargo de presidente e Saturnino Novo, que ocupou o cargo de 2º secretário. Alguns dos antigos membros, como Nery de Ávila, Miguel Gomes e Roberto Germano tiveram seus cargos cassados, foram presos e impedidos de participar novamente das diretorias sindicais. Quanto aos demais membros, não se teve informações precisas, se eles foram afastados ou punidos de alguma forma. De acordo com Miguel Gomes, “só aqueles que já vinham há muitos anos na luta de classes é que eles procuraram prender”.¹⁶⁷

É importante salientar que pelas fontes orais não se obteve a informação de que a associação havia fechado, pelo período de dez meses; só se descobriu esse fato consultando as Atas da Associação. Acredita-se que talvez isso não tenha sido revelado porque, como comentado na introdução, a maioria dos entrevistados, com exceção de Saturnino Novo, não eram grandes militantes no período e podem não ter acompanhado de perto a Coligação. Outra possibilidade é que alguns ferroviários seguiram, informalmente, se comunicando e articulando algumas ações, fato que pode ter suplantando a decepção de ter a Coligação fechada. Também isso pode ser um simples esquecimento. Como afirma Montenegro,

A memória coletiva ou individual, ao reelaborar o real, adquire uma dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente. Nesse sentido, o tempo da memória se distingue na temporalidade histórica, haja visto que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda uma dimensão do inconsciente (MONTENEGRO, 2003, p.20).

¹⁶⁷ Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPEL

As eleições das novas diretorias prosseguiram todo ano. Claro que nem todos os ferroviários podiam se candidatar, devido a já citada proibição do novo governo e que cada diretoria eleita deveria ser comunicada ao SOPS e à diretoria da RFFSA. Até 1970 teve-se uma alternância nas diretorias. Em 1971 Saturnino Novo assumiu a diretoria da Coligação e ficou nesse cargo por mais 10 anos, até 1982, quando a Coligação foi extinta por possuir “um número reduzido de associados, sem arrecadação suficiente para manter suas despesas e sem número suficiente para formar uma chapa de diretoria”.¹⁶⁸ Seu patrimônio foi doado para a Associação dos Ferroviários Aposentados da Cidade de Rio Grande, onde a pesquisa dessas atas foi realizada.

As reuniões que se seguiram de 1965 a 1970, além de ter sua periodicidade reduzida, se comparadas com os anos anteriores, contaram com poucos sócios, não ultrapassando, na maioria das vezes, 20 pessoas por encontro. Com exceção do ano de 1965, que chegou a contar em uma reunião com 192 trabalhadores, e em outras duas com 30 e 50 pessoas presentes, nas demais ocasiões elas tiveram pouquíssima participação. No entanto, o fato de sempre haver um pequeno grupo participando e tocando a Coligação mostra a resistência e a vontade de seguir na luta. Em alguns momentos, dependendo do tema, houve o respaldo dos demais ferroviários.

Percebe-se, através das atas, que algumas pautas eram constantemente retomadas nas reuniões. O aumento salarial, prometido e assinado pelo antigo Presidente da República, João Goulart, e não pago pelo governo militar, foi a mais citada delas. Dos 110% de aumento que receberiam, apenas lhes foi pago 30%; os demais 70% renderam anos de briga judicial, mas a situação nunca foi revertida. Essa questão é sempre lembrada nas atas e nas entrevistas orais, por estes se sentirem injustiçados pelo governo militar, fato causador de muita amargura a esses trabalhadores.

A partir do golpe de 1º de abril de 1964, as duas principais entidades de classe de Rio Grande (Coligação e Associação S.R.G), passaram por sérias

¹⁶⁸ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 04/0882, ata nº 01/82

dificuldades para sobreviver e seguir atuante. Tanto a cooperativa dos funcionários da estrada de ferro, como a Associação Sul-Rio-Grandense, estavam sob intervenção; ou seja, só poderiam funcionar legalmente se dirigidas por pessoas indicadas pelo próprio governo. As atas consultadas informam que “A Sul Rio-Grandense piorou da revolução para cá, pois tem muitas dívidas, [...] e o atual interventor fechou créditos e etc. para poder pagar dívidas.”¹⁶⁹

Já a Coligação Pró Reivindicação não estava sob interferência direta, mas não foi reconhecida como uma entidade legal. Os ferroviários precisaram refazer seu Estatuto, acrescentando normas que limitavam sua independência, para assim, ser reconhecida como representante dos trabalhadores e para poder fazer negociações e reivindicações com a Rede. O governo civil-militar não considerou válido o Estatuto, por não constar nele a cláusula que permitia à RFFSA fazer a conferência e a aprovação dos gastos da associação. Dessa forma, a empresa podia ter o controle sobre todas as movimentações da Coligação, logo poderia punir mais facilmente qualquer ato que considerasse subversivo. Por outro lado, se a Coligação não acrescentasse esse item no estatuto, constaria como não representante legal dos trabalhadores, não tendo autorização de intervir em assuntos referentes à classe. A necessidade de ser reconhecido como entidade legal e representante da classe foi uma forma de luta e oposição desses trabalhadores e permeou vários anos. Nota-se a necessidade de se inserir no jogo político construído pelo governo civil-militar, para não fechar as portas da Coligação e ficar sem sua principal entidade em Rio Grande. Nesse sentido, Pozzi afirma que,

Es de notar que el régimen no tenía la intención de destruir la vinculación Estado-sindicatos, ni tampoco de eliminar el sindicalismo. Por el contrario se trataba de readecuar los gremios, eliminando su relativa independencia y fortaleciendo la dominación del aparato estatal sobre éstos. Se intentaba mantener la organización sindical existente, por considerarla el movimiento obrero; y al mismo tiempo aumentar su dependencia del Estado recortando su poder económico y estableciendo limitaciones a la actividad política de los dirigentes (POZZI, 2012, p.56).

¹⁶⁹ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação 03/05/66, ata nº 203.

Mesmo que essa situação apresentada por Pozzi foi pensada para a Argentina, ela se encaixa perfeitamente na estrutura de controle efetivada pelos militares brasileiros. Dessa forma, a Ditadura intentava transformar os sindicatos em instituições burocráticas, que só funcionassem com o reconhecimento e a ajuda financeira do Estado. O novo estatuto da Coligação e as intervenções foram assuntos tratados em várias reuniões. Alguns ferroviários acreditavam que era preciso fazer primeiro um pedido formal às autoridades pelo fim da intervenção, pelo menos na sua cooperativa [COOPFER], outros, acreditavam isso só ser possível após a regulamentação da Coligação. Numa ata de dezembro de 1965 algumas dessas questões foram discutidas.

O Sr. Presidente [Jurandir Coll] fez um relato da sua ida a Porto Alegre com o fim de esclarecer em definitivo o que é que faltava para a legalização desta entidade no DPP. Lá foi informado que falta nos estatutos da coligação o que consta na letra "D" do artigo 4 da circular nº 11, de 11 de julho de 1951, e que diz o seguinte, admitir a fiscalização de sua contabilidade por parte da Viação Férrea para obtenção de qualquer auxílio ou benefício. [...] O comp. Presidente disse que a assembleia foi convocada para acrescentar um item nos estatutos e não para modificá-lo, pois sem este, será uma entidade sem autoridade para resolver casos junto a administração da VFRGS, como já houve casos de se comprovar pra nós mesmo. Prosseguindo, o comp. Presidente pediu para a assembleia aprovar ou não tal emenda. Salientando que seria melhor aprovar porque sem esta emenda, conforme já explicou, será uma entidade sem força para nada.¹⁷⁰

Como expresso na Ata acima, caso não fosse acrescentada a cláusula da fiscalização das contas por parte da Rede, a Coligação ficaria irrelevante, porque não teria forças, nem legitimidade para representar os ferroviários. Logo, esse item foi incorporado ao estatuto, o que demonstra que eles sabiam ler as regras do jogo. Na Ata ficou expresso que esse artigo, regulador das despesas era de 1951, o qual até então não tinha sido cobrado dos ferroviários riograndinos e mesmo que tivesse sido, isso não impedia de eles seguirem suas atividades normalmente. Esse fato demonstra uma tática do governo civil-militar de se aproveitar de toda a legislação que lhes coubesse, para tentar

¹⁷⁰ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 20/12/65, ata nº 200

provar que os errados sempre foram os ferroviários, por estarem ilegais há tanto tempo, buscando, assim, uma legitimidade para suas ações, isentando-se, de certa forma, da alcunha de serem os criadores de todo o controle aos meios sindicais.

Nessa linha de criminalizar as entidades ferroviárias, a Ditadura também colocou sob intervenção a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, Ltda. (COOPFER), com sede em Santa Maria. A COOPFER foi posta sob intervenção do Cel. Datero De-Lorenzi Maciel, em abril de 1964. “Os interventores procuravam dotar a estrutura burocrática da instituição de um *ethos* militar, de forma que se fizesse valer uma determinada visão de mundo, independente da presença ou não de militares nas estruturas superiores da instituição (BERNI, 2012, p. 89)”. Este interventor, logo abriu uma sindicância para apurar possíveis irregularidades cometidas na administração anterior. (BERNI, 2012, p.88-90)

Um fato que se estendeu por longos anos, nas atas consultadas, foi a construção da nova sede da Coligação e os desentendimentos em torno dela. Com a deflagração do golpe, parte dos ferroviários escolhidos para participar da comissão de obras foi cassada, a outra parte, devido ao fechamento da Coligação, também não havia cumprido suas funções/obrigações. No relato a seguir um ferroviário comenta esse fato e a prisão de Germano.

O companheiro Ferrer disse que não tinha procurado a Coligação antes, porque ao rebentar a revolução não teve mais Coligação. Salientou também que o companheiro Germano foi afastado da C.O. [Comissão de Obra] por motivo dele ter sido preso e não queria que ele passasse por essa vergonha novamente. Respondendo o companheiro Germano disse que uma vez que não existisse a Coligação, então também não seria mais da C.O. E quanto a ser preso em defesa da classe era um orgulho e não uma vergonha. Sendo bastante aplaudido pela assembleia.¹⁷¹

A partir desse relato, nota-se que o fato de Roberto Germano ter sido preso em abril de 1964 não era encarado por ele, nem pela maioria dos ferroviários, como uma vergonha, visto que isso só havia acontecido porque ele lutava em prol de sua classe. Apesar do constrangimento de ter sido preso,

¹⁷¹ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação.29/07/65, ata nº 198

esse fato sempre era lembrado como um sinal de “heroísmo” e extremo comprometimento pela causa dos ferroviários. Esse reconhecimento de entrega e luta pela classe era muitas vezes lembrado nas reuniões da Coligação, como essa declaração de Saturnino Novo, de 1979.

Novo lembrou o nome de Manoel Rechia, Osmar Borges de Ávila, Gumercindo Saraiva, Neri de Ávila, Leonardo Germano, Miguel Gomes e outros que no momento a lembrança não alcança, muitos companheiros destes foram presos na luta pela classe e desde 1964 que se vem engatinhando.¹⁷²

Observa-se, deste modo, que esses militantes citados por Saturnino Novo eram considerados, pela maioria dos ferroviários riograndinos, como exemplo de dedicação à classe, sendo que suas opiniões eram ouvidas com muito respeito pelos demais trabalhadores e sempre acatadas. Esse fato demonstra uma inversão dos valores pregados pela Ditadura; enquanto esta condena os presos como “subversivos”, os ferroviários os entendem como pessoas admiráveis.

Ao propagarem suas avaliações sobre a “ameaça subversiva” ou a “escalada do movimento comunista internacional”, os agentes da comunidade de informações difundiam como versão autorizada as ideias da linha-dura, constituindo-se em uma espécie de corpo de especialistas capaz de enunciar a “verdade” ou a “versão autorizada”, colaborando, assim, para a longa duração da ditadura e de seu aparato repressivo (FICO, 2009, p.181).

Numa assembleia de 1966, houve a participação do então deputado federal, Croacy Cavalheiro de Oliveira (PTB) e uma ampla discussão sobre as dificuldades que a classe estava passando. Nesta assembleia ele declarou sua simpatia aos ferroviários e os elogiou por sua união, ainda

[...] fez uma ampla explanação de seus serviços prestados ao ferroviário gaúcho, dizendo também, que pode ter seu mandato cassado a qualquer hora devido a situação atual. Mas como ferroviário que é, toda vez que pode tirar proveito para a classe o faz. Disse ainda o Sr. Dep. que não se acomodou, pois não é medroso. Visto que foi o único político a fazer comício em praça pública depois da revolução, precisamente no dia 5 de abril deste ano em Santa Maria.¹⁷³

¹⁷² Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 30/08/79, ata nº 2/79

¹⁷³ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 03/05/66, ata nº 203

Notadamente, os ferroviários riograndinos ainda buscavam apoio político para sua entidade, tentando se aproximar daqueles que poderiam ter alguma influência para minimizar as consequências da repressão. Esse fato também demonstra coragem por parte deles, ao chamar um político, visivelmente ligado ao governo deposto, para uma reunião.

Com seu pronunciamento o deputado, que era advogado e foi consultor jurídico da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, afirmou que sempre defendeu os trabalhadores e que não se amedrontou frente à Ditadura, pois continuava se posicionando publicamente a favor deles. No entanto, fez um alerta ao afirmar “que é contra esta política econômico-financeira, mas a situação não permite protestos. Por isso recomenda ordem e não rebelião”. Nesse sentido, pede cautela aos ferroviários frente a seus possíveis protestos, pois se o fizessem poderiam ser punidos. Quando afirmou que seu mandato poderia ser cassado também se colocou em uma posição de destaque e enfrentamento à Ditadura. De acordo com o site da câmara dos deputados não consta que ele tenha sido cassado, mas sim, que terminou seu mandato em 1967 e mais tarde mudou de partido, para o MDB¹⁷⁴.

Contestando de certa forma a declaração do deputado Croacy Cavalheiro de Oliveira, o ferroviário Evandro afirmou que havia ficado decepcionado com o deputado desde sua última visita a Rio Grande, pois esse teria afirmado ser a favor do governo. O deputado se defendeu, dizendo nunca ter sustentado tal ideia. Afirmou que apenas declarou que se “em vez do atual presidente fosse outro mais duro, seria pior”.¹⁷⁵ Assim, é visível o jogo de palavras adotado pelos políticos ao não acusar direta e publicamente o governo, elaborando uma defesa política, para não serem cassados.

Quando questionado sobre as possibilidades de intervir em alguns problemas que estavam afetando os ferroviários, como a falta de pagamento da insalubridade, o deputado afirmou que essas questões estavam acima da

¹⁷⁴ http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Detalhe.asp?id=122150&leg=42. Acesso em 17/01/2013, 11h15min.

¹⁷⁵ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 03/05/66, ata nº 203

sua capacidade, mas que ira fazer o possível para interceder pela classe. Ainda, assegurou que o General Manta estava fazendo de tudo para resolver a situação pendente e que ele “luta pela classe”.

Nota-se, assim, a dubiedade de suas posições, pois ao mesmo tempo em que afirmou lutar pelos ferroviários, informou que existiam assuntos onde não podia intervir. Ainda salientou que o interventor da Rede no RS, o General Adolfo Manta, se preocupava em ajudar os ferroviários. Não se sabe se isso era um jogo de palavras, elaborado para constar em ata e não ser vinculado como contrário ao interventor da VFRGS, ou se esse político, realmente acreditava que o Gen. Manta pudesse conceder alguma melhoria a esses trabalhadores. Nesse sentido, aproveitando a presença do deputado Croacy Cavalheiro de Oliveira, o ferroviário Volmir Bica pediu para que esse interviesse junto ao General Manta, para que houvesse,

[...] um pouco de liberdade para a Coligação, pois toda a vez que um membro precisa sair para a DOPS, ou qualquer outro assunto da Coligação o elemento perde horas. Admirou-se o senhor dep. de ter de se comunicar ao DOPS sobre assembleia, mas como é amigo do inspetor Valdir comprometeu-se de falar com ele sobre a Coligação.¹⁷⁶

Não se deve menosprezar a tentativa desses ferroviários em utilizar todos os caminhos possíveis para melhorar sua capacidade organizativa, usando da influência que esse deputado poderia ter, junto às autoridades, para tentar reverter algumas de suas perdas. Aproveitando a presença de um político, que poderia influenciar e tentar amenizar o controle a que estavam submetidos, os ferroviários riograndinos expuseram suas dificuldades, na esperança de visualizar uma maior liberdade em suas ações. Também solicitaram para o deputado Croacy tentar agendar, junto ao diretor, Gen. Manta, uma reunião com eles.

Essa ata é uma das poucas, se não a única, que fala diretamente sobre as intervenções e como elas estavam prejudicando os ferroviários, assim

¹⁷⁶ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 03/05/66, ata nº 203

como expressa a necessidade de explicar para o DOPS qualquer ação que realizassem.

Em outubro de 1966 ocorreu o encontro entre o diretor da Rede Gen. Adolfo Manta e o ferroviário Volmir Bica. Este foi a Santa Maria e a Porto Alegre como representante do núcleo de Rio Grande. Bica, tratou com o general três assuntos, a legalização da Coligação, o pagamento da insalubridade e a transferência da fortaleza, utilizada para o conserto dos trens, para Santa Maria. Não se tem maiores detalhes dessa conversa nas atas, no entanto, se percebe que as respostas do interventor, ao ferroviário, são bastante secas e não demonstram muitas expectativas de melhorias ou concessões.¹⁷⁷ As negociações eram geralmente infrutíferas, aumentando o distanciamento entre empresa, governo e trabalhadores.

Quanto a essa transferência da Fortaleza para Santa Maria, o *Relatório Anual* de 1972, da VFRGS, afirma que as

[...] Oficinas de Rio Grande: Continuaram sofrendo redução em seu efetivo de pessoal e concentração dos serviços nos pavilhões destinados antigamente à reparação de locomotivas a vapor. Os pavilhões anteriormente destinados à reparação de carros e vagões (Fortaleza) foram inteiramente demolidos, bem como entregue ao Departamento de Transporte o antigo pavilhão de reparação de locomotivas Diesel-hidráulicas, que passou a Depósito Diesel. Mesmo assim, as Oficinas em questão produziram, no corrente ano, uma média de 20 grandes reparações de vagões por mês, todas pesadas, além dos 50 vagões plataformas para 54 toneladas de lotação construídos durante o ano.¹⁷⁸

Esse relatório demonstra o contínuo processo de desestruturação da Rede Ferroviária. Dentre os cortes/fechamento que a RFFSA vinha fazendo, também estavam os depósitos. Alguns depósitos de locomotivas ao longo das linhas ferroviárias foram extintos, outros quatro, entre eles o de Rio Grande, se mantiveram. De acordo com os dados do Relatório de 1972, “de 1958 a 1972 o número de Depósitos e locomotivas foi reduzido de (18) dezoito para quatro

¹⁷⁷ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 07/10/66, ata nº 206

¹⁷⁸ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/Relatório anual da RFFSA – Região Sul – superintendência. Arquivo/caixa AG3/136. p. 31

(4), o número de abrigos de locomotivas passou de três para dois e o número de postos de visita foi reduzido de vinte seis (26) para doze (12)".¹⁷⁹

Isso significa que tudo que não gerasse produtividade estava propenso a ser extinto, eliminado ou, na melhor das hipóteses, repassado para a guarda do Estado. Foi o que aconteceu com o ensino técnico-industrial que era subsidiado pela Cooperativa e sobre o qual o relatório sugeria um acordo com os governos federal e estadual para que pudesse se livrar de tal ônus. Esta ideia já havia sido recomendada pela assessoria em um ofício datado de primeiro de outubro de 1965, onde ratificava a necessidade de extinção de alguns segmentos escolares taxados de improdutivos, como no caso do Internato e do Ensino Técnico (BERNI, 2012, p. 94).

No relato a seguir, o narrador expressa como se efetivava o controle da RFFSA e do SOPS/RG para com os ferroviários de Rio Grande e como eles lidavam com isso.

O diretor da Rede me disse, “Quando assumi tava assim e vai fica assim até que a diretoria mude [...] pra mim tá muito bom assim!” [...]. Tinha um inspetor aí que era chefe da segurança né, não sei o que Cruz, o cara era ruim, metido a besta e a gente depois dessa revolução aí, a gente tinha que tudo que ia fazer, a diretoria tinha que ir lá mostra, e eu ia, fazia na diretoria e ia lá mostra e tal e aí um dia nós fomos lá e esse Cruz, “Mas e pra que diretoria? Pra que diretoria, pra que associação?” E nós “ué, todas as categoria não tem? Por que as outras categoria podem ter e nós não podemos ter?” [...] Tudo [os ferroviários] tinham um medo da Coligação, eles tinham medo, passavam por longe, que pudessem prender eles. Eu tinha receio, mas não tinha medo assim, tava na chuva, tava na chuva era para molhar. E aí “ta aqui a chapa, vai ser eleita ta aqui a chapa oh, agora o senhor faça o que o senhor quiser, se quiser bota um papel lá interditando lá. [...] Era metido, é eu era metido.”¹⁸⁰

A partir desse relato se pode perceber as inúmeras formas criadas para tentar frear e imobilizar esses trabalhadores. Mas eles resistiam. Primeiramente, esse ferroviário cita a conversa que teve com o diretor da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), na cidade; esse interventor demonstrou

¹⁷⁹ Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo/Relatório anual da RFFSA – Região Sul – superintendência. Arquivo/caixa AG3/136. p. 32

¹⁸⁰ Entrevista realizada pela autora em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

pouca abertura para conversas e negociações com os ferroviários, pois ao expressar que “pra mim tá muito bom assim!” expõe que a direção não permitiria que esses trabalhadores saíssem de seu controle e que não estava disposta a fazer concessões que pudessem desestabilizar a ordem da empresa. Já a segunda pessoa a ser citada por esse ferroviário, provavelmente seja o diretor da Seção de Ordem Política e Social do Rio Grande (SOPS/RG); esse demonstrou sua antipatia para com as associações ao perguntar por que o ferroviário queria manter a Coligação em funcionamento, pois, pela lógica desses policiais, entidades de classe só serviriam para criar agitações, ascender ódios e promover conflitos que abalavam o bom desenvolvimento do país. O narrador enfoca a necessidade de ter que apresentar relatórios ao SOPS/RG com as atividades da Coligação, tendo os ferroviários que avisar sobre as trocas de diretorias e sobre a realização de reuniões. Ao mesmo tempo também podemos notar certa tolerância com algumas entidades de classe e alguns trabalhadores, atitude que necessitavam desempenhar para efetivar a suposta legalidade que pregavam.

Também se pode observar no final da fala desse narrador, que muitos ferroviários tinham medo que participar da Coligação, porque temiam ser presos. O medo de ser demitido, afastado, ou sofrer algum tipo de violência, juntamente com o exemplo dos colegas que passaram por essas situações, intimidava os trabalhadores a seguir participando mais ativamente das associações de classe. Assim, o controle pode ser entendido também a partir desse medo sempre presente e realimentado.

[...] a lógica da criminalização social, onde uma simples amizade ou relacionamento profissional próximo era tomado como motivo para ilações e pré-condenações. Baseando-nos nas análises de Ginzburg (1989), considerando-se suas pesquisas e constatações em documentos processuais da Inquisição, onde se salienta o desequilíbrio total entre as partes envolvidas, podemos afirmar que os ritos processuais da Ditadura possuem certa similaridade, pois, da mesma forma que aqueles, estes também são calcados em desequilíbrios, ameaças, medos e certezas de punição (BERNI, 2012, p.98).

No entanto, isso não impediu que pelo menos parcela dos ferroviários se mobilizasse. Saturnino Novo enfoca que ele era metido, ou seja, que alguém

tinha que enfrentar o governo e posicionar contra seus desmandos, mesmo que isso trouxesse riscos de segurança a ele.

Da mesma forma em que a liberdade de expressão e de agremiação dos sindicatos foram cortados, o número de membros, bem como os recursos financeiros das entidades diminuíram. Como as entidades continuaram abertas, caiu sob os trabalhadores a maioria dos encargos econômicos. Mesmo com seus salários defasados os trabalhadores contribuíram para a manutenção da mesma. Porém, mesmo com a ajuda desses, a Coligação passou por uma séria crise financeira. Em 1967 teve até sua luz foi cortada, por atraso de pagamento. Também nas atas das assembleias da Coligação eram relatadas muitas das reclamações dos ferroviários, como os péssimos serviços odontológicos e médicos que estavam recebendo.

Apesar de se notar inúmeras rupturas no movimento sindical ferroviários após 1964, percebe-se a tentativa de retomada de algumas ações, envolvendo todos os núcleos ferroviários do Rio Grande do Sul. A partir de 1967, voltam a ocorrer reuniões estaduais esporádicas em Santa Maria e em Porto Alegre. Geralmente quem representava o núcleo de Rio Grande era Volmir Bica. Em agosto de 1967, por iniciativa da Sul Rio-Grandense, os ferroviários gaúchos se reuniram, em Porto Alegre, para tratar, junto às autoridades, sobre diversas de suas reivindicações. Volmir Bica relatou a dificuldade para se formar uma comissão, pois talvez muitos ferroviários não quisessem se expor junto a seus chefes e políticos, para evitar represálias. Quando esta foi finalmente formada,

[...] os ferroviários tiveram uma entrevista com o Sr. Secretário de Segurança, General Iba I. Moreira, na qual foram bem recebidos. Logo após com o Sr. Presidente da Arena Sr. Solano Borges que se prontificou, entre outros, de levar as reivindicações ao Sr. presidente as República. Logo após, estiveram no Palácio com o sr. Governador Valter P. de Barcelos, o qual atendeu rapidamente de pé não dando assim muita atenção que a comissão desejava para suas pretensões. Em seguida a comissão entrou em contato com o presidente da Rede Sr. Gen. Adolfo A. Manta que se encontrava no aeroporto já de volta para o Rio, o qual viu os pedidos da comissão e disse, como sempre, o que for de lei a Rede não se nega a pagar. Logo após a entrevista com o Diretor Sr. Romualdo da Costa e Silva. Sobre diversas reivindicações, entre outras o Quadro Industrial que o Diretor dissera que ainda está em formação, só será aplicado em 68, pois que trará

diversas modificações pois que extingue várias leis do quadro atual, ou seja a Lei 3780 e o termo de Reversão.¹⁸¹

Essa grande articulação para ir falar com várias autoridades, políticos, chefes de segurança e diretores da Rede demonstra tanto uma ousadia ao enfrentar um governo autoritário, como uma não acomodação e simples aceitação das dificuldades vividas. Nota-se, nessa passagem, o desprezo da maior parte dos interventores procurados e o esforço dos ferroviários para negociar melhorias à classe.

O novo quadro industrial, que era uma das pautas de suas reivindicações, alteraria significativamente algumas leis e funções dos ferroviários. Por exemplo, o número de artífices seria reduzido e muitos desses trabalhadores seriam realocados para outra função e só poderiam voltar a ocupar o cargo se abrisse novo concurso para tal função. Esse novo quadro traria prejuízo a antigos trabalhadores da Rede e, conseqüentemente, desemprego, visto que muitos deles não iriam mais se encaixar nas suas antigas funções e os possíveis concursos não absorveriam todos os trabalhadores existentes. O novo quadro também não contaria com duas principais leis que beneficiavam os ferroviários. A Lei 3780 que lhes garantia estabilidade e o Termo de Reversão, o qual proporcionava aos ferroviários gaúchos serem funcionários estaduais, trabalhando para a União.

Pôde-se perceber que as situações vivenciadas nos anos de 1967 e 1968, contaram com uma certa retomada de esperanças por parte do movimento sindical ferroviário, visto que ações, como a relatada acima, de se organizar em nível estadual, para ter suas reivindicações ouvidas, trouxe novas perspectivas a esses trabalhadores, pois mostrou que havia muita gente disposta a lutar pela classe e que era necessário abrir espaço para essa luta. O relato, a seguir, demonstra essa retomada de confiança.

¹⁸¹ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 25/08/6, ata nº 210.

O Sr. Teixeira fez um apelo aos companheiros que prestigiassem a Diretoria que comparecessem as assembleias convocadas para debater os problemas que mais afligem a classe. Em apoio o Sr. Avila chamou a atenção dos companheiros dar atenção as autoridades que não [lhes] deram muito ouvido e que a luta está iniciada, falta agora em diante o apoio de toda classe. Voltou com a palavra o Sr. Germano que disse de sua insatisfação de ver alguns nomes na comissão de elementos que não mereciam muita confiança, mas que confiava no companheiro Bica e pediu um voto de confiança da assembleia.¹⁸²

Dessa passagem pode-se destacar três importantes elementos. O primeiro é que os membros da diretoria estavam sempre solicitando maior engajamento dos ferroviários riograndinos nos problemas da classe. O segundo, expresso por Nery de Ávila, expõe que a luta estava posta novamente e que era preciso união de toda a classe para que ela ganhasse força. Também salienta que todos deveriam ter atenção com aqueles que se recusaram a negociar e ouvir os ferroviários. A terceira é expressa por Roberto Germano; este expôs a dinâmica das lutas internas, expressando sua pouca confiança em alguns membros da nova diretoria. Nas atas os motivos não são explicados, no entanto, consultando a historiografia sobre o período, pode-se compreender essa desconfiança, porque muitos trabalhadores não tinham um grande engajamento em prol da classe e estavam nesse cargo apenas para conquistar benefícios próprios. Também alguns podiam ser informantes do regime militar.

Levando em consideração as informações retiradas das atas, em 1967 e 1968, pode-se supor que boa parte dos ferroviários riograndinos acreditavam que a abertura política estava a caminho, pois, nota-se uma confiança no que estava por vir. Apesar de não se ter encontrado em nenhuma ata discussões abertas sobre o governo ditatorial, acredita-se que pelo menos momentaneamente essas reivindicações tenham motivado os ferroviários a acreditar que sua classe pararia de sofrer tantas perdas. Também foi nesse ano de 1968 que ocorreu a maior parte dos levantes e das críticas à Ditadura

¹⁸² Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 25/08/67, ata nº 210

civil-militar.¹⁸³ O movimento estudantil se destacou nesse momento ao liderar a maior parte dos movimentos de resistência. São marcas desse ano a Passeata dos 100 mil¹⁸⁴, o Congresso da UNE¹⁸⁵ e as Greves de Osasco¹⁸⁶ e de Contagem¹⁸⁷. Acredita-se que essas movimentações também tenham contribuído para que os ferroviários retomassem suas expectativas num enfraquecimento do regime. De acordo com Marcelo Badaró Mattos,

Entre 1964 e 1967, os sindicatos estiveram completamente amordaçados pelas intervenções e pelas perseguições aos militantes mais conhecidos do período anterior. A partir de 1967, o Ministério do Trabalho passou a ter um discurso de liberalização progressiva das atividades sindicais e promoveu eleições em várias entidades. Apesar do controle das candidaturas, em alguns sindicatos, assumiram a direção militantes pouco conhecidos, mas identificados com as comissões por local de trabalho (novas ou sobreviventes ao golpe) e com os partidos de esquerda. Mobilizações operárias e greves, numa conjuntura de avanço da oposição à ditadura, foram consideradas ameaça ao regime e novas cassações e intervenções ocorreram, esvaziando novamente a representatividade das entidades (MATTOS, 2009, p.102).

Assim, foi vivida pelos ferroviários riograndinos uma situação que, supõem-se, tenha sido uma represália pelas suas mobilizações de 1967. Em dezembro daquele ano foi discutido, com termos de grande preocupação e até de certo desespero, o atraso nos pagamentos. “A Coligação telegrafou à diretoria da rede **suplicando** liberação do pagamento antes do Natal, e a outra, que a insalubridade fosse paga na folha de fevereiro de 1968, ou melhor, que os 20% fossem pagos nas folhas de fevereiro de 1968”.¹⁸⁸ A partir desse trecho, nota-se como a situação econômica dos ferroviários estava bastante delicada, visto que poderiam passar as festas de final de ano sem receber seu pagamento. Dessa forma, suplicaram à Rede a liberação desse antes do Natal. Pode-se pensar que esse atraso no pagamento dos salários não seria mero descuido, mas uma forma de punir os ferroviários, por algumas das pressões

¹⁸³ Obviamente, todos esses movimentos vieram acompanhados de dura repressão, censura, assassinatos e torturas.

¹⁸⁴ Ocorreu no centro do Rio de Janeiro e reuniu estudantes, artistas, intelectuais, clero e sindicalistas, em protesto aos abusos cometidos pela ditadura civil-militar.

¹⁸⁵ Cerca de 800 estudantes são presos no Congresso clandestino da UNES, em Ibiúna –SP.

¹⁸⁶ Greve de seis metalúrgicas de Osasco – SP. O ministro do Trabalho, interveio no sindicato e os operários tiveram que deixar a fábrica sob a mira de metralhadoras do exército.

¹⁸⁷ 15 mil metalúrgicos fazem greve pro aumento de salário em Contagem - MG

¹⁸⁸ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 15/12/67, ata nº Ata 211

feitas no decorrer daquele ano. E, conseqüentemente, desacreditar a entidade frente aos demais trabalhadores, deixando subentendido que quanto mais apáticos esses fossem, menos sofreriam.

Todavia, a procura por ouvidos que dessem importância a suas reivindicações, continuava crescendo. No ano de 1968, novamente o presidente da Coligação, Volmir Bica, foi procurar o Interventor Federal da RFFSA, mas não foi atendido. Volmir Bica “disse das dificuldades que lhe foram impostas pelos departamentos aos quais compareceu e que nem mesmo foram recebidos pelo Interventor Federal, sendo somente ouvidos pelo oficial de gabinete, cidadão, este, que não tem competência para resolver ou encaminhar as nossas petições”.¹⁸⁹ Assim, nota-se o abismo criado entre os diretores da Rede e seus empregados, aumentando a sensação de descaso que os ferroviários vinham sentindo.

Nessa esteira, o ferroviário Saturnino Novo narrou como foi seu encontro com o superintendente/diretor da VFRGS, Romualdo da Costa e Silva, numa visita deste a Rio Grande.

Tá chegando aí o seu presidente da rede, que era o Costa e Silva, irmão do presidente da república. Tá chegando aí, quem sabe a gente pedia um auxílio. [...] Aí a gente cumprimentou ele. Eu disse - É de praxe, quando o superintendente vem visitar o nosso extremo sul aqui, a gente aproveitar pra, de qualquer maneira ele conhecer os seus funcionários e reivindicar também alguma coisa. Putz, ele quase que me correu. - Reivindicar o quê? O que vocês tem para reivindicar, vocês não tem que reivindicar nada. Nos temos em dia com vocês, não devemos nada pra vocês. - É verdade que vocês estão em dia com nós, até. Mas o senhor veja a diferença e o senhor veja o nosso salário, pro senhor vê que o nosso salário tá muito defasado, não tem como sobreviver desse jeito, sobreviver não tem. - É que não sei o quê, fazer o que, vocês só reclamam [...]. - Se o senhor acha que eu to importunando, eu já to de saída. - Não, não, o que mais que vocês querem aí?¹⁹⁰

Saturnino Novo expôs a tensa conversa que teve com o interventor da Rede no RS e o tratamento pouco receptivo que dele recebeu. Primeiramente,

¹⁸⁹ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 26/07/1968, ata nº 212

¹⁹⁰ Entrevista realizada pela autora em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

o diretor se colocou contra a atitude e a petulância desse ferroviário, dando a entender que ele não deveria estar ali, porque, como a empresa os estava pagando em dia, não haveria motivos para reivindicar. Saturnino contra-argumentou, discorrendo sobre a defasagem de seus salários e explicitando como era difícil sobreviver com ele em contínua estagnação. Nesse sentido, Luiz Prado e Fábio Earp explicam como o governo pensava os reajustes salariais.

Finalmente, pretendia-se criar um mecanismo de reajuste dos salários que não mais gerasse pressões inflacionárias. Isso implicaria “despolitizar” as negociações salariais, adotando uma fórmula considerada neutra, baseada na recomposição das perdas com a inflação e na incorporação aos salários do aumento da produtividade da economia. Além disso, pretendia-se aumentar a flexibilidade da contratação e demissão da mão-de-obra, substituindo-se as indenizações pagas pelo empregador pelo mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que teria como virtude adicional ser uma fonte de poupança compulsória. Para completar a reforma das relações de trabalho, foi preciso intervir nos sindicatos mais ativos para evitar a eclosão de movimentos grevistas. (PRADO; EARP, 2009, p. 215-6).

Dessa forma, a partir das atas, foi possível perceber que a partir dos anos de 1969 e 1970, ficou muito mais difícil manter a Coligação na ativa. As reuniões passaram a ser menos frequentes que na década anterior e a participação dos ferroviários nas atividades propostas pela entidade diminuíram cada vez mais. Também muitos membros da diretoria começaram a deixar seus postos, o que levou a uma troca constante desses. Assim,

Analisar os “anos de silêncio” operário – mais especificamente entre 1964 e 1968, quando grande parcela da historiografia “esqueceu” de lhes dar voz e vez – significa trabalhar um campo fecundo para perceber as possibilidades de continuidade entre o velho e novo sindicalismo, descobrindo as práticas operárias na defesa de interesses, nesse período aparentemente amorfo, tentando definir o que se chama de intencionalidade de busca de direitos e a consciência de resistência, visto que os operários [...], tinham a consciência que os homens que tomaram o poder em 64 não lhes eram favoráveis (GANDRA, 2009, p.39).

O que se pode constatar, baseando-se nas atas, é uma oscilação tanto nas ações, como na esperança de dias melhores. Constata-se que nos primeiros meses após o golpe, de 1964 a 1965, quando a Coligação estava

fechada, a incerteza de como se deveria agir e o que se poderia esperar do novo regime, juntamente com o medo da repressão, fizeram com que o impacto inicial do golpe fosse fortemente sentido, devido à forma abrupta como o governo de João Goulart foi deposto e de como o movimento operário/sindical passou a ser demonizado pelos setores golpistas. Já os anos de 1965 e 1966 foram momentos para se adaptar à nova realidade e às possibilidades desse período. A partir de 1965, a Coligação já se encontrava aberta e tentava se rearticular, retomando algumas pautas inconclusas após 1º de abril de 1964.

Os anos de 1967 e 1968, contaram com uma retomada de ações mais expressivas, com reivindicações sendo solicitadas e levadas à direção da Rede Ferroviária Federal e ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Esses anos também contaram com a tentativa de retomada da articulação estadual dos ferroviários. Os anos de 1967 e 1968 são expressivos, por que apesar dos entraves sempre presentes às suas organizações, demonstram mais claramente uma oposição e a disposição de se manter à frente das lutas. Já a partir de 1969 percebe-se um novo refreamento das suas lutas. Acredita-se que isso tenha ocorrido, principalmente, devido à deflagração do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e com ele a tolerância zero àqueles que demonstrassem algum tipo de contestação e resistência à ditadura.

Os poderes atribuídos ao executivo pelo Ato Institucional nº 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos e reinstituição do "Estatuto dos Cassados"; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juizes e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens, como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de habeas corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) julgamento dos crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo (ALVES, 2005, 161).

O AI-5 fechou e condenou todas as formas de se estabelecer uma oposição pacífica e legal. Assim, notou-se que a associação representativa dos ferroviários riograndinos não teve mais espaço para realizar ações como as descritas em 1967 e 1968, entrando, dessa forma, numa nova fase de refreamento. Tem-se presente, que esse pode ter ocorrido, também, por outros motivos, os quais, aliados ao AI-5, proporcionaram uma fase de maior acomodação e de menor agressividade. Um deles foi o aparente cansaço e saturação da maioria dos membros e, parte da direção, da Coligação Pró Reivindicação. Há de se considerar que enfrentar seis anos de dura repressão e escasso diálogo com o governo, abala qualquer movimento e desestimula ações de enfrentamento. Também é necessário ponderar que o perfil dos trabalhadores ferroviários foi mudando. Muitos deles se aposentaram entre o começo e o final da década de 1970 e entra uma nova geração de trabalhadores na Viação Férrea, os quais não viveram a fase pré-64, marcada pela forte movimentação reivindicatória. Ao contrário, vivenciaram a fase do silêncio e da depressão, logo, sua concepção do impacto do golpe para a sociedade e seus níveis de politização foram diferentes dos ferroviários da antiga geração. Nesse sentido, o ferroviário Cláudio Lima afirmou que

A época que eu tenho mais lembrança eu já te disse, foi a época do Médice né, que era tudo aquele oba-oba, era tudo muito bom, tudo muito legal. Só que também a gente naquela época não tinha a consciência que vocês tem agora né, e nem informação. Para todos os efeitos era tudo muito bom, muito bonito¹⁹¹.

A entrevista deste ferroviário, que entrou para a VFRGS no ano de 1976 foi fundamental para entender esse novo momento e a forma efetiva como se concretizou a propaganda em prol do governo, bem como a despolitização que a ditadura causou no movimento operário. O entrevistado afirma “Olha, pelo que eu me lembro [...] censuraram tanto e dá a impressão

¹⁹¹ Entrevista realizada pela autora em 20/08/2012, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Cláudio Emerson Ferreira de Lima.

que a maioria das pessoas ficaram com medo de fazer alguma coisa né, então simplesmente aceitaram aquilo ali né”¹⁹².

A Ditadura buscou, e com muito sucesso, incentivar a despolitização da população. Alguns elementos que a incentivaram foi a censura imposta aos meios de comunicação e a massiva propaganda que exaltava o país, o governo civil-militar e condenava/demonizava toda a oposição como baderneira. A educação também passou a incentivar a obediência e a moralidade, e a desestimular a formação crítica e a contestação social. O ensino técnico passou a ser estimulado e as disciplinas das ciências humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) reduzidas, quando não eliminadas, dos currículos escolares e universitários proporcionando, assim, uma educação voltada para a execução técnica e não para a reflexão¹⁹³.

Estruturada essa tentativa de esvaziamento político dos trabalhadores e da sociedade em geral, percebe-se, que, a partir dos anos 1970, a Coligação estava muito desacreditada pelos ferroviários riograndinos. Em parte, isso se deve as poucas conquistas/alterações que essa adquiriu no pós-golpe. Por outro, se deve ao crescente aumento da vigia aos centros sindicais. De acordo com Saturnino Novo,

aí entro aquela depressão de [...] 71 exatamente, tava numa crise aí, que vou te conta, [...] não tinha perspectiva de nada, [...] todo mundo assustado, botando gente pra rua e matando gente lá pra cima, é, mataram muita gente em Santa Maria, atiravam pelas costas¹⁹⁴.

Como explica o narrador, nos anos 1970, se agudiza a crise dentro dos ambientes sindicais. “Não tinha perspectiva de nada”. Nesses primeiros anos de 1970, o Brasil vivencia um dos períodos áureos da ditadura civil-militar. Foi o momento do milagre econômico e da grande propaganda ufanista do regime. Ao mesmo tempo em que se aumentava a euforia do “Brasil: esse é um país

¹⁹² Entrevista realizada pela autora em 20/08/2012, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Cláudio Emerson Ferreira de Lima

¹⁹³ A incorporação de disciplinas como Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros tinham nos seus conteúdos os princípios e conceitos da Doutrina da Segurança Nacional. Objetivam transformar os alunos em reprodutores da Doutrina. (Borges, 2009, p. 38).

¹⁹⁴ Entrevista realizada pela autora em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência de Saturnino Novo.

que vai pra frente”, foram nesses anos que ocorreram as maiores violações dos direitos humanos, com a perseguição, prisão, tortura e morte de quase toda a oposição.

No seguimento dos anos 1970, se percebeu, que muitos problemas da Coligação visualizadas em 1964 continuaram sem resolução. A construção de sua sede é um exemplo disso. Apesar de todos os anos se fazer um reajuste nas mensalidades, seu término só foi efetivado em 1979 ou 1980. Os problemas financeiros da Coligação, também se acentuaram, essa tendo dificuldade para pagar, desde suas contas de água e luz, até seus impostos. Apesar disso, Saturnino Novo, ainda expõe em uma ata 1973 “que a Coligação não estava inerte, pois temos muitas vantagens negadas, mas recorreremos sempre a porta errada dos deputados”.¹⁹⁵ Por essa fala, se percebe a tentativa sempre presente na busca por melhorias.

Outra reclamação apreendida nas atas, apresenta o relato de mais alguns cortes efetivados aos ganhos dos ferroviários. Nela é afirmado

[...] que o ferroviário, que luta sem trégua para poder oferecer a seus filhos o pão de cada dia, luta para um Brasil que se destaque no Cenário Mundial, e que nestas pequenas vantagens em que de muito tempo lhe foi dado o direito e que agora na hora mais precisa, na hora mais angustiosa acharam eles, por bem em tirar mais um pouco do pouco que resta a classe ferroviária.¹⁹⁶

Esse desabafo enfatiza que as perdas continuavam a ocorrer ano após ano. Apesar de muitas entrevistas relatarem que a partir de 1970 os salários melhoraram, contudo, complementos estavam sendo retirados paulatinamente. Na ata dessa assembleia, também é salientada a presença do inspetor da Segurança Nacional. “Nesta modesta reunião, [...] tivemos a honra de termos conosco Sr. Inspetor da Segurança Nacional”.¹⁹⁷ Mesmo que muitas entrevistas tenham enfatizado a presença de membros do SOPS, em contínuas reuniões, essa é a única ata que expressa tal participação. O fato de registrar a presença

¹⁹⁵ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 11/05/1973, ata nº 220

¹⁹⁶ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 07/01/1972, ata nº 217

¹⁹⁷ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 07/01/1972, ata nº 217

desse inspetor também pode significar o desejo de demonstrar o controle das atividades corriqueiras dos ferroviários.

No ano de 1972 foi assinado um convênio da Coligação com a Associação Sul-Rio-Grandense, ficando os ferroviários riograndinos ligados às duas entidades. Acredita-se que essa união tenha ocorrido para melhor atender algumas demandas, principalmente de saúde, dos ferroviários. Elas continuaram sendo duas entidades separadas, mas passaram a agir e planejar ações em conjunto. Esse fato demonstra a tentativa de se manter a militância, não fechando as entidades, mas as unindo. No ano seguinte, em 1973, a Coligação Pró Reivindicação contratou um advogado para tratar de certas questões e tentar reverter algumas perdas na justiça. Entre as reivindicações estava o pagamento do 13º salário, do abono familiar e dos quinquênios, além do cumprimento da lei 4345. Após 5 anos, em 1978, os ferroviários riograndinos ganharam a causa do 13º salário. Sobre a conquista, o ferroviário Volmir Bica, que era vereador na época, pelo MDB, expressou que

[...] de fato hoje era dia de festa pois era uma vitória da classe. Mas que não se esqueceu que por causa das lutas em favor da classe muitos companheiros foram perseguidos e dois que se encontram no recinto foram presos, mas a coligação não parou, em 1965 quase os mesmos companheiros que hoje ainda fazem parte da diretoria se reagruparam, formaram novamente uma diretoria para chegar aos dias de hoje¹⁹⁸.

Importante perceber que nas vitórias adquiridas para a classe são rememorados os antigos companheiros que lutaram pelos ferroviários e por isso foram perseguidos e aqueles que não deixaram a Coligação esmorecer. Vale o destaque de dois pontos: o primeiro, como já exposto anteriormente, foi a ressignificação dos valores impostos pela Ditadura. Diferentemente do que essa divulgava, os ferroviários que foram presos, não eram vistos como baderneiros ou subversivos, mas sim, como homens que mereciam admiração. O segundo ponto importante, é que muitos membros, os quais assumiram a direção da Coligação após o golpe, mantiveram-se como membros ativos

¹⁹⁸ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 29/09/78, ata nº 224

dessa, chamando para si a responsabilidade de mantê-la em funcionamento, com é o caso de Saturnino Novo.

Nessa assembleia, ocorreu o pagamento do 13º salário e, por isso, contou com a presença de 253 ferroviários. Nessa ocasião, os membros da diretoria reclamaram da pouca participação dos ferroviários na Coligação, assim como a falta de cooperação com a Coligação e com as lutas. Saturnino Novo “lembrou que em outros estados existem muitos trabalhadores em greve por um dia melhor, mas nós, embora com a razão, conforme decisão do TST, continuamos ordeiramente esperando a palavra da Rede”.¹⁹⁹

Nessa perspectiva, visualizou-se que a década de 1970 para os ferroviários riograndinos, significou um outro momento na sua vida sindical. Obviamente não se fez uma pesquisa aprofundada nessa década, como na de 1960. No entanto, constatou-se, que a conjuntura de enxugamento da Rede, a não renovação dos quadros sindicais e logicamente o cansaço de anos de vivências autoritárias, contribuíram para que esses trabalhadores não seguissem o padrão nacional do final dos anos 1970 de entrarem em grandes movimentos grevistas. Tentaram sim, reverter suas perdas, via judiciário. Portanto, apesar de se notar que existia um estímulo e uma consciência sobre a importância de se manter como uma entidade atuante, percebeu-se a existência de um refluxo em suas lutas, durante essa década.

¹⁹⁹ Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação. 30/08/79, ata nº 2/79

CONCLUSÃO

Ao longo dessa dissertação destacou-se o papel atuante dos trabalhadores ferroviários de Rio Grande no decorrer da década de 1960. Os primeiros anos analisados, até o golpe de abril de 1964, caracterizaram-se pela ascensão de seu movimento sindical. Como características marcantes desse período, pode-se citar: 1) A grande articulação e união entre os ferroviários gaúchos, fato que proporcionou a conquista de uma série de direitos. 2) A interação dos ferroviários riograndinos para com os problemas municipais, estaduais e nacionais, efetivando pautas e pressões reivindicatórias que iam além da sua classe, colocando-as num plano maior, as quais objetivavam a conquista de reformas sociais para o Brasil. 3) O apreço pela democracia, visto que se colocaram contra, tanto a tentativa de João Goulart decretar o Estado de Sítio em outubro de 1963, quanto ao Golpe civil-militar de 1964.

Com a implantação da Ditadura civil-militar em 1º de abril de 1964, a cultura reivindicatória compartilhada até então, entre os ferroviários riograndinos, alterou-se. Como demonstrado ao longo dos capítulos uma série de limitações foram impostas ao movimento sindical brasileiro. Além da ilegalidade de formas tradicionais de luta e negociação; os direitos, duramente conquistados em anos anteriores, foram paulatinamente retirados. Se não bastasse esse dois fatores, uma forte repressão foi imposta aos trabalhadores e suas entidades sindicais. Muitos processos passaram a averiguar as “atitudes subversivas” dos trabalhadores e puni-los pelas lutas que estabeleceram nos anos anteriores a 1964, com prisões, demissões, afastamentos, torturas e, em alguns casos, morte.

À vista disso, o que se pôde avaliar sobre os ferroviários riograndinos entre os anos de 1964 a 1970, sustenta que suas mobilizações não podem ser interpretadas de forma monolítica, como se em todo o período tivesse havido lutas ou, de forma inversa, acomodação ou condescendência. O que se visualizou não foi uma simples submissão e/ou conformação com o novo

regime político. Ao contrário, percebeu-se, uma intencionalidade de resistência, ou melhor, uma *oposição*, nos termos que foram explicados na introdução.

A forma como os ferroviários de Rio Grande se posicionavam dependeu do momento vivido e das condições reais de fazer oposição, ou recuar. Nesse sentido, por vezes, havia espaço para ações mais ousadas, por outras, para um refreamento, fator que direcionava o espaço para confrontos ou silenciamentos.

Importante perceber que os ferroviários gaúchos tentaram manter-se enquanto grupo, na medida em que, promoveram algumas ações e mobilizações conjuntas, como se pôde observar nas reivindicações de 1967 e 1968. Nesse espectro, é imprescindível destacar que as formas de luta empregadas pelos ferroviários riograndinos seguiram, de certa forma, a mesma prática (“populista”/trabalhista) utilizada nos anos anteriores ao golpe. Visto que, eles buscavam fazer negociações diretas com os poderes constituídos, na tentativa de serem acolhidas suas reivindicações; postura essa, condenada e não aceita pelo governo civil-militar. Tentavam, assim, dar continuidade a uma tradição de luta por direitos que haviam vivenciado desde sua formação militante.

A luta e a *oposição* estabelecida a partir 1964 se firmou no sentido de tentar frear a diminuição dos direitos dos trabalhadores, entrando esses numa fase defensiva. Essa etapa defensiva, no entanto, se estende até os dias de hoje. Posto que, os trabalhadores brasileiros se colocam em constantes batalhas para não perder os direitos já estabelecidos, poucas vezes, visualizando-se a possibilidade para amplia-los, apenas de frear sua regressão.

Nessa dissertação objetivou-se mostrar tanto a repressão efetivada contra as organizações trabalhistas, como o papel ativo dessas, no caso, dos ferroviários de Rio Grande, frente aos desmandos ditatoriais. Entretanto, é importante situar que apesar dos enfrentamentos, eles não contiveram o caráter devastador da Ditadura civil-militar e seus longos, 21 anos. A Ditadura foi vencedora em inúmeros sentidos: despolitizando boa parte da população

brasileira, diminuindo a cultura reivindicatória dos trabalhadores e incentivando um processo de individualização de suas lutas. Teve significativo sucesso também ao minimizar o seu caráter ofensivo.

As ferrovias e os trabalhadores ferroviários também tiveram duras derrotas nesse período. Essas começaram no final dos anos 1950, com o sucateamento das ferrovias e a troca desse meio de transporte pelo rodoviário. Sucateamento esse que se acentuou durante a Ditadura civil-militar e tirou de vez o protagonismo das ferrovias como principal meio de transporte e de cargas do Brasil. Fato que resultou na sua privatização em 1996.²⁰⁰

A cidade do Rio Grande que, por boa parte do século XX, era reconhecida pela alcunha de “cidade vermelha”, hoje é bastante famosa pelo seu caráter conservador. Deve-se a predominância dos setores conservadores na cidade, principalmente, pelo amplo espaço destinado a eles pela Ditadura civil-militar. Tais grupos, buscaram abafar as lutas políticas e sociais protagonizadas, em grande medida, pelo movimento operário do município. Observa-se então, que a Ditadura, foi muito eficiente, ao eliminar parte das tradições contestatórias de Rio Grande, a partir de um sistema que implantou o medo, a violência e a perseguição aos seus opositores.

²⁰⁰ Destaca-se que quando da privatização os ferroviários brasileiros fizeram uma grande campanha contrária a ela. Mas não conseguiram impedir que ela fosse realizada. Muitas das entrevistas abordam o descontentamento quanto aos rumos do sistema ferroviários no Brasil e o descaso em que foi posto.

LISTA DE FONTES

1. Centro de Preservação da História Ferroviária no RS –Museu do Trem – São Leopoldo:

Relatório da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Arquivo/caixa/AG3/103

Livro sobre o departamento de segurança e a informação. Arquivo/caixa AG8 /439

DNEF- Anuário do sistema Ferroviário do Brasil. Arquivo/ caixa AG8/440

Superintendência geral administrativa- Divisões dos sistemas regionais. Arquivo/ caixa AG8/444

Regulamento para readaptação profissional. Arquivo/caixa DP1/06

Perfil Longitudinal de Cacequy a Bagé, a Rio Grande. Arquivo/ caixa VP2/31

Boletim do pessoal nº. 1- 20 ano XXII. Arquivo/ caixa DP2/71

Boletim do Pessoal nº .1 – 26 Ano XXI. Arquivo / caixa DP2/68

Boletim do Pessoal nº . 1 – 25 Ano XXIII. Arquivo / caixa DP2/ 72

Boletim do Pessoal nº. 1- 24 Ano XXIV. Arquivo / caixa DP2/73

Boletim do Pessoal nº .1 – 24 Ano XXVI. Arquivo / caixa DP2/74

Boletim do Pessoal nº .1 24 Ano XXIV. Arquivo / caixa DP2/75

Boletim do Pessoal nº .1 -24 Ano XXVII. Arquivo / caixa DP2/76

Boletim do Pessoal nº . 1 -14 Ano XXVIII. Arquivo / caixa DP2/77

Boletim do Pessoal nº .15.1 -24 Ano XXVIII. Arquivo /caixa DP2/78

Boletim do Pessoal nº . 1 -24 Ano XXIX. Arquivo / caixa DP2/79

Cooperativa – Relatórios. Arquivo / caixa DP7243

Cooperativa – Relatórios. Arquivo / caixa DP7/244

Cooperativa – Relatórios. Arquivo / caixa DP7/245

Cooperativa de consumo dos empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – Operação COOPLEX. Arquivo / caixa DP7/241

Instruções para o serviço de policiamento VII. Arquivo / caixa VP1/26

Livro Fundação da Rede Ferroviária de seguridade social – Você conhece a REFER? Arquivo / caixa DP7/246

Relatório da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Arquivo /caixa AG3/113

Relatório do resultado das principais atividades da RFFSA. Arquivo /caixa AG3/126

Relatório anual da RFFSA – Região Sul – Superintendência. Arquivo / AG3/137

Relatório anual da RFFSA Sistema Regional Sul – 13º Divisão. Arquivo / caixa AG3/ 138

Guia Geral das estradas de ferro e empresas de transportes com ela articuladas. Arquivo /caixa AG8/432

Mapa da linha Rio grande – Bagé- Cacequi.Mapoteca/ arq. Nº .21 C5 (gaveta nº .4)

4) Instalação da ferrovia Rio Grande. Mapoteca/ arq. Nº .21 C5(gaveta nº .

4) Oficina e casas de Rio Grande. Mapoteca/ arq. Nº .21 C5 (gaveta nº .

2. Entrevistas Orais:

Entrevista realizada à Paulo Nilton de Carvalho, por Lidiane Friderichs e por Edgar Gandra, em 10/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência deste.

Entrevista realizada à Saturnino Novo, por Lidiane Friderichs, em 24/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência deste

Entrevista realizada à Saturnino Novo, por Lidiane Friderichs e por Edgar Gandra, em 20/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência deste.

Entrevista realizada à Ney Quegles de Moraes, por Lidiane Friderichs, em 16/12/2011, na cidade de Rio Grande, na residência deste.

Entrevista realizada à Cláudio Emerson Ferreira de Lima, por Lidiane Friderichs, em 20/08/2012, em Rio Grande, na residência deste.

Entrevista realizada à Miguel Gomes, por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência deste. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) – UFPEL.

Entrevista realizada à Farydo Salomão, por Francisco das Neves Alves, na cidade de Rio Grande, nos dias 23, 26 e 30/11/87. Acervo do Centro de Documentação Histórica (CDH) – FURG.

3. Atas:

Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação, de Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias. Acervo: Associação dos Ferroviários Aposentados do Rio Grande – RS. Atas de 25 de janeiro de 1960 – nº 130 – à 22 de junho de 1960 – nº 140

Livro de Atas da Coligação dos Ferroviários Pró Reivindicação, de Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias. Acervo: Associação dos Ferroviários Aposentados do Rio Grande – RS. Atas de 05 de julho de 1960 – nº 150 – à 04 de agosto de 1982 – nº 01/82

4. Jornal:

Jornal Rio Grande – Rio Grande – RS. Acervo: Biblioteca Riograndense (janeiro de 1964 à agosto de 1964).

5. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Porto Alegre – RS:

Documentação da Secretaria de Ordem Política e Social do Rio Grande – SOPS/RG. Acervo da Luta Contra a Ditadura.

Inquéritos Policiais Militares (IPM's) – Processos da Casa Civil do Governo do Estado do RS. Acervo da Luta Contra a Ditadura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p.155-202.

ALMEIDA, Antonio. Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista – 1964/1990. **Revista Brasileira de História**. V.19, n.37. São Paulo, Set. 1999.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUB, 2001.

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismos de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BERNI, Antonio Augusto Durgante. **Fim do Pragmatismo: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1968)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Santa Maria: UFSM, 2012.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.43-91.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia na Era Vargas**. 02. 169L. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CANDAU, Joel. **Antropologia de la Memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo: Contexto, 1988.

CATTANI, Antônio David. **Sindicalismo: ação – reflexão**. Caxias do Sul: EDUSC, 1990.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

COSTA, Leandro. A cidade do Rio Grande na primeira metade da década de 1970. Desenvolvimento econômico, vigilância, repressão e legitimação da Ditadura Civil-Militar. In: COSTA, Leandro e FRIDERICHS, Lidiane. **Rio Grande Século XX: Olhares Históricos**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012. P.125-163

COUGO JÚNIOR, Francisco. Golbery e a Cidade Surreal”: Reflexões de uma luta sem fim. In: COSTA, Leandro e FRIDERICHS, Lidiane. **Rio Grande Século XX: Olhares Históricos**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012. P.207-230.

CRUZ, Fábio Simone Porta Nova da. **Jornal Rio Grande: Discurso rio-grandino durante o golpe militar de 1964**. Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação. Lato Sensu em História, Política e Cultura do RS. FURG, Rio Grande, 2003.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-**

militar de 1964. (O Brasil Republicano; v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P.343-404.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia, política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.167-205.

FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **O pragmatismo político dos Ferroviários Sul-Rio-Grandense. Com foco histórico na cidade de Santa Maria.** Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2009.

GANDRA, Edgar Ávila. **O cais da resistência. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos ano de 1959 a 1969.** Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.

GANDRA, Edgar Ávila. **O porto dos direitos. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre nos ano de 1959 a 1969.** Porto Alegre: Ed. Universitária UFPEL, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Cia das letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão Reis. **Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964**. (As esquerdas no Brasil; v.2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.53-81.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. **A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARRES, Marluza Marques. **Ferrovários: disciplinarização e trabalho (VFRGS. 1920 -1942)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras. A história de Doña María; história oral e questões de gênero. In: BATALHA, Cláudio. **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 287-314.

JAKOBY, Marcos André. **A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la Memoria**. Madri: Siglo XXI de España Editores, S.A, 2002

KONRAD, Diorge e LAMEIRA, Rafael. A luta de classes e o golpe civil-militar de 1964. **IV Jornada do GT Mundos do Trabalho – RS**. A Pesquisa do Trabalho – 1917, Noventa anos da Revolução Russa e das Greves Gerais no Brasil. RS. Pelotas, outubro de 2007. P.358-377.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. P. 133-161.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas. 1888-1937**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. Revista **História e Luta de Classes**. 2005, p.07-18.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe B. e HOLANDA, Fabíola. **História Oral. Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTEIRO, Claudia. **Fora dos Trilhos. As experiências da militância comunista na Rede de Viação Paraná – Santa Catarina (1934-1945)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória e cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2003.

MOURA, Fabrício Renner de. **Avante, vamos para a luta: cotidiano e militância dos trabalhadores ferroviários da cidade de Cruz Alta (1958-1964)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linha de Montagem. O Industrialismo Automotivo e a Sindicalização dos trabalhadores (1945/1978)**. Tese de doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2001.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como El Uruguay no hay....Terror de Estado e segurança nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos (org.). **Ditadura e**

democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p.143-178.

PADRÓS, Enrique Serra e MARÇAL, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS; BARBOSA, LOPEZ, FERNANDES (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória.** Vol. 3. Porto Alegre: Corag, 2010; p. 35-48.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Política política e a caça aos comunistas: repressões e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro (1945-1964). In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca.** Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004. P.161-199.

PETUBA, Rosângela Maria Silva. Elite operária ou trabalhadores em luta? Experiências ferroviárias na cidade de Ponta Grossa – PR (1950-1970). **Revista Mundos do Trabalho**, vol.4, n.7, janeiro-junho de 2012, p. 85-99.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa Ribeiro 173L 173L. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho d'Água, 2000, p. 296-313.

POZZI, Pablo. La Dictadura del Proceso de reorganización nacional y la represión al movimiento obrero argentino. **Anos 90**, Porto Alegre, v.19. n.35, p.43-84, jul.2012.

POZZI, Pablo. **La opresión obrera a La dictadura (1976-1982)**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.

POZZI, Pablo. Memoria, politización y fuentes orales en la cultura de los obreros argentinos. **Historia Voces y Memoria**. Revista del Programa de Historia Oral. Universidad de Buenos Aires. 2/2010, p.41-57.

PRADO, Luiz C. D. e EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.207-241.

RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu...A Revolução de 1964 em Rio Grande**. 1980.

RODRIGUES, Kátia de Sousa. **Era uma vez em São Bernardo. O discurso sindical dos Metalúrgicos – 1971-1982**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / Centro de Memória – Unicamp, 1999.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo** (Rio Grande 1949, 1950 e 1952). Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto. Protesto operário, repressão policial e anticomunismo: apontamentos iniciais. (Rio Grande 1949, 1950 e 1952). In: Anais do **IX Encontro Estadual de História**. Seção Rio Grande do Sul: Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política e Sociedade**. Nº 13, outubro de 2008. P. 279-309.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Entre a Filosofia e a Sociologia: Matrizes teóricas das discussões atuais sobre História e Memória. Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre, PUCRS, v. XXXII, n.1, junho 2006, p. 85-97.

SILVA, Fernando Teixeira & COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira e NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). **O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** (O Brasil Republicano; v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P.47-96.

SOUZA, Paulo Ricardo Salati de. **Áreas urbanas desfavorecidas do município do Rio Grande/RS.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** NEGRO, A.L e SILVA, S. (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y conciencia de clase.** Barcelona, Critica, 1984.

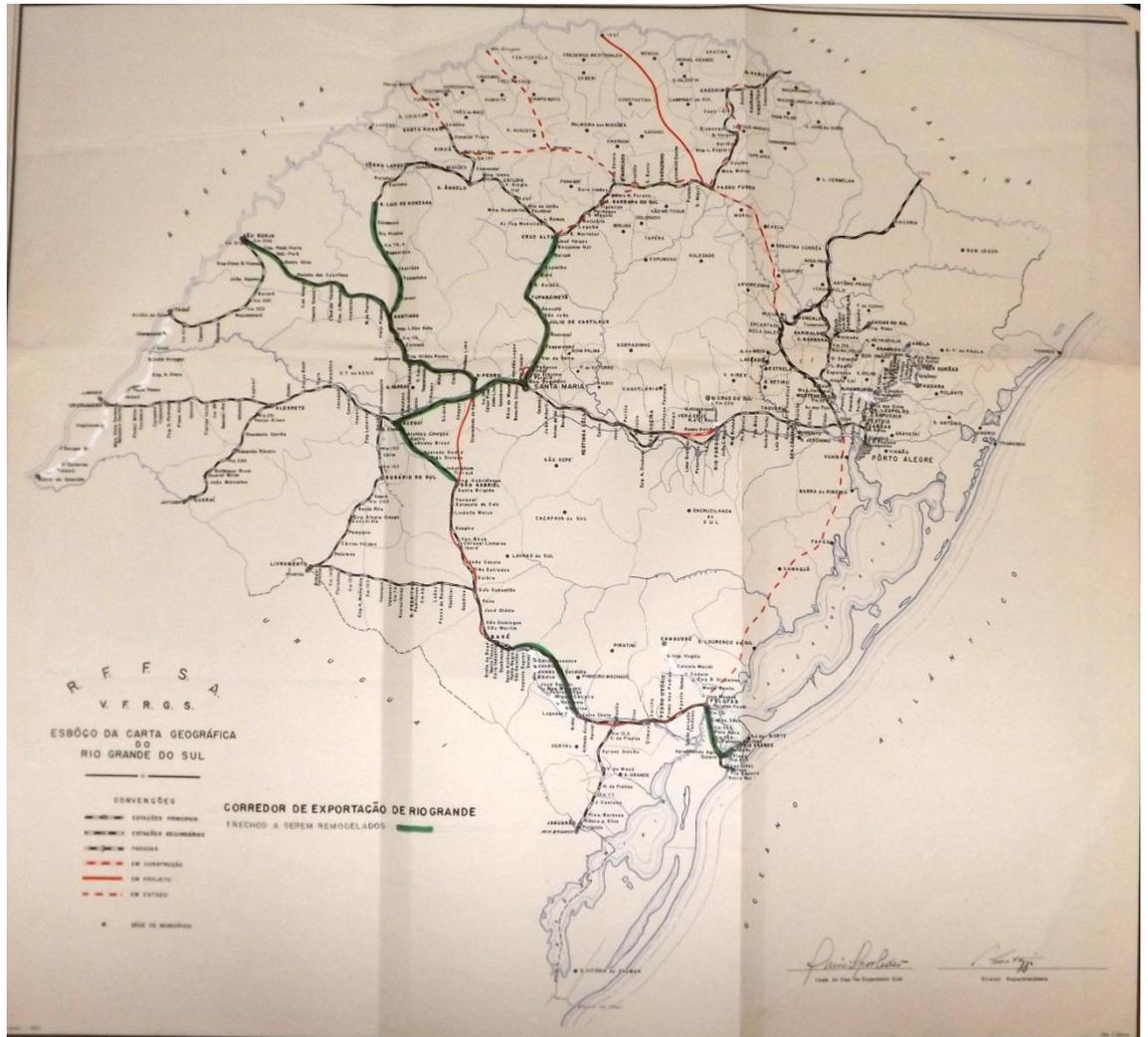
TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 1964.** 11ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica marxista**, 2006, p.27-48.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ANEXO

Mapa1



Centro de Preservação da História Ferroviária no RS – Museu do Trem – São Leopoldo/ Mapa da linha Rio Grande – Bagé- Cacequi. Mapoteca/ arq. N° .21 C5 (gaveta nº .4)